

PROGRAMA DE ENSINO E PESQUISA EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA



FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS



INSTITUTO
DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA NO BRASIL (ENSAIOS)

MARIA CRISTINA CACCIAMALI

- 1985 -



ÍNDICE

Agradecimentos	3
Apresentação	5
Setor Informal e Formas de Participação na Produção: O Caso do Município de São Paulo	9
Introdução	9
1. Conceituação Adotada para o Setor Informal Urbano	10
2. Categorias de Análise: A Classificação sob as Formas de Participação na Produção	15
Trabalhadores por Conta Própria	15
Conta Própria com Estabelecimento	16
Conta Própria com Ponto	17
Conta Própria sem Ponto	17
Assalariados	17
3. Trabalhadores Assalariados e Autônomos: Hierarquia e Comparações	20
Ramos da Produção e Formas de Participação na Participação na Produção dos Trabalhadores Amostrados	20
Hierarquização das Categorias Analíticas: Uma Aplicação do Coeficiente de Concordância de Kendall	24
Comparação entre Trabalhadores Assalariados e Autônomos ..	33
Conclusões	40
Notas	44
Bibliografia	47
Distribuição de Renda, Formas de Participação na Produção e Setor Informal	49
Introdução	49
1. Setor Informal: Conceituação, Dinâmica e Níveis de Renda	53

1.1. A Conceituação de Setor Informal Adotada	54
1.2. Composição e Dinâmica do Setor Informal	56
1.3. Setor Informal e Níveis de Renda	61
1.4. Setor Informal e Ciclo Recessivo da Economia	63
2. Evidências Empíricas sobre a Distribuição da Renda entre Formas de Participação na Produção	64
Conclusões	71
Notas	81
Bibliografia	84
Distribuição de Renda entre Segmentos Sociais: O Caso do Mu nicípio de São Paulo	86
Introdução	86
1. Notas Sobre a Família como Unidade de Reprodução da For- ça de Trabalho	88
2. Evidências Empíricas Sobre Distribuição de Renda, Famí- lias e Segmentos Sociais no Município de São Paulo	94
2.1. Fontes dos Dados	94
2.2. Famílias e Trabalhadores por Estrato de Renda Fami- liar <i>Per Capita</i>	96
2.3. Evidências Empíricas Sobre Distribuição de Renda por Segmentos Sociais	113
Conclusões	122
Notas	126
Bibliografia	128
Relações Entre Desemprego Aberto, Subemprego e Setor Infor- mal no Brasil	129
Apresentação	129
1. Limitações Conceituais da Taxa de Desemprego Aberto	131
2. Tipos de Desemprego e suas Conceituações	136
3. Relações entre os Desempregados do Setor Formal e o Em- prego no Setor Informal	139
4. Metodologia Adotada e Fonte de Dados	140
5. Resultados e Análises	142
Conclusões	159
Notas	162
Bibliografia	163

AGRADECIMENTOS

As instituições mencionadas a seguir contribuíram com suporte financeiro para os estudos, a elaboração das pesquisas e a publicação dos trabalhos que são apresentados neste documento: Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

APRESENTAÇÃO

O conjunto de ensaios que são apresentados neste documento originaram-se de uma única preocupação: a maneira como é tratado no meio acadêmico e político a questão referente ao emprego urbano. A meu ver, os diagnósticos sobre Emprego, apresentam-se, em geral, adequados para fins estritamente macroeconômicos. No entanto, a literatura especializada, mormente, em economia, apresenta omissões sobre aspectos e detalhes que surgem, existem, se desenvolvem e desaparecem entre os participantes do Mercado de Trabalho, bem como entre outros segmentos sociais que obtêm rendas a partir de inserções fora deste mercado.

Assim, independentemente do enfoque teórico ou do corte de desagregação adotados, poucos são os estudos sobre a(s) mobilidade(s) no(s) mercado(s) de trabalho ou à respeito de segmentos, sua composição e suas características nesse(s) mercado(s). Análises sobre a distribuição de renda entre segmentos sociais praticamente não são produzidos. E, em muitos estudos, os trabalhadores são tratados como um todo homogêneo, obscurecendo-se a origem da renda e portanto, omitindo-se um elemento social importante - a inserção do indivíduo na produção. O não conhecimento desse último fato, pode conduzir a proposições de políticas sociais, voltadas para o mercado de trabalho, a distribuição de renda ou a contenção de pobreza que não atingirão as metas propostas.

Nessa direção, por exemplo, a implementação de políticas que objetivem minorar a pobreza, e que concentrem esforços, estritamente, sobre o Setor Informal da Economia podem vir a colidir com obstáculos que venham a frustrar essa meta. No outro extremo, caso o ataque à pobreza e à concentração de renda seja

dirigido apenas por meio de políticas que visem o Setor Formal da Economia, também, a meta proposta poderá não ser alcançada.

Evidentemente, essas questões são menos pertinentes aos países desenvolvidos, que se defrontam com uma parcela relativamente maior de assalariados, com menor grau de concentração de renda, e em a grande maioria da população alcançou um patamar de vida acima das necessidades meramente biológicas.

Contudo, para os países subdesenvolvidos, ainda distantes da construção de uma *economia de bem-estar*, são de extrema relevância os estudos que intentem captar os segmentos sociais relativamente mais vulneráveis no mercado de trabalho, bem como daqueles que pouco se apropriam da renda gerada.

Os quatro ensaios que foram aqui reunidos estão longe de preencher as lacunas mencionadas acima contudo, constituem-se num esforço e numa contribuição, mesmo parcial e pequena, para sua superação. Os temas apresentados versam sobre as formas de emprego urbano e as relações entre as maneiras de apropriação da renda, enfatizando-se os grupos sociais, relativamente mais pobres. Os três primeiros trabalhos concentram-se no estudo dos segmentos sociais dos setores formal e informal da economia e dos perfis de distribuição de renda gerados. Esses trabalhos foram realizados para o Município de São Paulo contando com informações referentes ao ano de 1980. Enquanto, o último ensaio centraliza-se numa discussão sobre o conceito e as relações entre a taxa de desemprego aberto e um conjunto de outras taxas de desocupação formal e informal da força de trabalho originadas pelo sistema econômico. Esse estudo apresenta informações para o Brasil e para as Áreas Metropolitanas enfatizando o período agudo da recessão econômica limitando-o até o ano de 1983.

O eixo comum a todos os estudos é a crença de que a estrutura de um sistema econômico - no caso brasileiro, - capitalista e atrasado, sua especificidade e seu caráter de evolução cíclico criam formas e relações de produção no espaço urbano que são merecedores de um número maior de estudos. Por sua vez, a existência de estudos com esse teor poderão vir a gerar e/ou

subsidiar tanto proposições, como a implementação de programas econômicos que ataquem, tanto globalmente, como em seus pontos nevrálgicos as difíceis questões sociais com que se defrontam os países subdesenvolvidos.

Maria Cristina Cacciamali

São Paulo, maio de 1985

SETOR INFORMAL E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Introdução

É corrente na literatura sobre mercado de trabalho a afirmativa de que o Setor Informal absorve na produção urbana grande contingente de trabalhadores que retêm baixos níveis de escolaridade, de capacitação profissional e de renda relativamente aos demais trabalhadores⁽¹⁾. Por outro lado, dois fatos conduzem a tomar esta assertiva com ressalvas. O primeiro procede desta mesma literatura, visto o uso pouco rigoroso e difuso deste termo⁽²⁾. O segundo provém de informações sobre salários, número de assalariados, distribuição de renda e reivindicações sindicais no País que fornecem indicações de que o recebimento de rendas relativamente baixas é comum também ao assalariado. Surge, então, a questão: em que proporções se estendem as situações precárias de trabalho e as baixas remunerações entre trabalhadores do Setor Informal e assalariados?

Esta indagação é abordada em três seções. Na primeira seção expõe-se o conceito de Setor Informal que está sendo adotado, na segunda apresenta-se um conjunto de categorias analíticas construído para refletir um espectro de formas de participação dos indivíduos na produção e permitir comparações entre grupos de trabalhadores selecionados. Em seguida, na terceira seção apresentam-se alguns resultados obtidos em pesquisa de campo no Município de São Paulo, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em janeiro de 1980, envolvendo 804 domicílios.

As informações coletadas foram objeto de dois tratamentos estatísticos. Inicialmente, as categorias analíticas formuladas foram submetidas a teste de hipótese para verificar se respondem, sintetizam, e mantêm perfil coerente, frente a traços mais comumente utilizados para caracterizar os indivíduos que participam da produção e do mercado de trabalho. Em seguida, comparam-se características pessoais (idade, sexo e escolaridade), condições de trabalho (qualificação, horas médias trabalhadas por dia, tempo de permanência no posto de trabalho ou atividade) e níveis de renda entre trabalhadores por conta própria e assalariados. Neste último caso a pergunta que se quer responder é: será que os trabalhadores por conta própria detêm situação de trabalho e níveis de renda piores do que aqueles que são apresentados pelos trabalhadores assalariados?

Por último, sintetizam-se as principais conclusões decorrentes do enfoque e metodologia adotados.

1. Conceituação Adotada para o Setor Informal Urbano

A distinção analítica - Setor Informal - não pretende ter neste trabalho nem as conotações frequentemente adotadas nas análises duais (autonomia, complementaridade, tradicional, *desprotegido* etc.) nem a associação imediata com baixo nível de renda ou pobreza. A intenção é retomar a origem do conceito Setor Informal Urbano associando-o às formas de organização da produção que não têm como motor o trabalho assalariado. Entende-se que este Setor deve ser analisado:

- a. em função do processo de desenvolvimento capitalista encerrado em uma dada realidade, numa dimensão espaço-temporal específica e não no sentido genérico;
- b. como forma de organização da produção dinâmica, intersticial e subordinada que se insere e se amolda aos movimentos da produção capitalista. Sua composição e seu pa

pel modificam-se com o padrão de expansão e reprodução capitalista e, assim, ele é continuamente deslocado e recriado, tornando-se flexível e permeável, adaptando-se às condições gerais da economia, em especial, da urbana;

- c. como sendo forma de organização da produção e de trabalho específica, com características próprias, na qual o produtor direto também é proprietário dos meios de trabalho. Isto é, o Setor Informal constituiu-se num espaço econômico possível de ser explorado por trabalhadores por conta própria.

Isto posto, acrescentam-se aos itens anteriores dois pontos. O primeiro refere-se aos movimentos da produção capitalista, o segundo às características associadas às formas de organização da produção que não são postas em marcha por meio da força de trabalho assalariada.

A produção capitalista expande-se explorando as esferas e ramos da produção que forneçam, em função do tamanho do mercado e de uma tecnologia disponível, taxa de retorno competitiva. Este movimento de expansão constitui-se, simultaneamente, em destruição de ramos da produção, de firmas capitalistas e de atividades informais. É neste sentido que as grandes empresas, ao imprimirem sua dinâmica sobre o espaço econômico, o redimensionam quantitativa e qualitativamente e recompõem as relações entre as grandes e demais firmas e entre as formas capitalistas de organização da produção e seus interstícios (atividades informais). É neste sentido, também, que é um único movimento que fortalece, mantém, cria ou destrói atividades produtivas, estejam elas organizadas sob quaisquer formas.

Dado esse enfoque, o Setor Informal guarda subordinação ao Formal, seja porque não pode avançar no terreno produtivo explorado pelas firmas capitalistas, seja porque se extingue ou se expande em espaços ainda não ocupados, abandonados, criados e recriados pela produção capitalista. Os produtores do Setor Informal desta forma têm de perceber, e adaptar-se a, este espaço

econômico que lhes é permissível, bem como, adaptar-se à distribuição de renda (pessoal, entre firmas e entre lucros e salários) existente. Isto terá implicações e condicionará a forma e as horas de trabalho, bem como, o nível de renda desses produtores.

As características que definem essas formas de organização da produção e de trabalho são relacionadas abaixo. Estas virão embasar a construção das categorias analíticas que refletem o Setor Informal, apresentadas na próxima seção. Sinteticamente são:

- a. o produtor direto é o possuidor dos instrumentos de trabalho e/ou de estoque de bens para realização de seu trabalho;
- b. ele emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão do seu próprio trabalho: participa diretamente da produção e conjuga essa atividade com aquelas de gestão;
- c. o produtor direto vende seus serviços ou mercadorias e recebe um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente, para consumo individual e familiar e para manutenção da atividade econômica. Mesmo que o indivíduo aplique seu dinheiro com o sentido de acumular, a forma como se organiza a produção, com apoio no próprio trabalho, em geral, não lhe permite tal acumulação⁽³⁾;
- d. a atividade é dirigida pelo fluxo de renda que a mesma fornece ao trabalhador e não por uma taxa de retorno competitiva; é desta renda que se retiram os salários dos ajudantes que possam existir;
- e. nesta forma de produzir, não existe vínculo impessoal e meramente de mercado entre os que trabalham - entre estes encontra-se com frequência a mão-de-obra familiar;
- f. o trabalho pode ser fragmentado em tarefas, mas isso não impede ao trabalhador apreender todo o processo que ori

gina o produto ou serviço final, processo este muitas vezes descontínuo ou intermitente, seja pelas características da atividade, pelo mercado ou em função do próprio produto⁽⁴⁾.

- g. ao nível mais geral, pode-se afirmar que, para os trabalhadores por conta própria, a propriedade dos instrumentos de trabalho, o conhecimento e controle do processo de trabalho, a habilidade para sua realização e a apropriação do produto lhes conferem maior domínio sobre o exercício do trabalho, quando comparados à massa de assalariados em relação a seus postos de trabalho. Em contrapartida o espaço econômico ocupado, a necessidade de adaptar-se, em geral, ao nível de produtividade médiasociais, o tempo de trabalho, bem como as relações de mercado, refletem a subordinação das condições de trabalho e dos níveis de renda desses produtores às formas de organização da produção capitalista.

2. Categorias de Análise: A Classificação sob as Formas de Participação na Produção

A construção do conjunto de categorias a ser apresentado tem um duplo objetivo: descrever um espectro da forma dos indivíduos participarem da produção e permitir comparações entre grupo de trabalhadores selecionados.

As grandes categorias de análise, das quais se origina a classificação adotada, centram-se na captação de grupos de indivíduos delimitados inicialmente por graus de propriedade e/ou comando de meios de produção e de força de trabalho.

A propriedade de meios de produção e seu comando, assim como o comando sobre trabalhadores, definem o *proprietário*. Ao indivíduo que, desprovido de meio de produção ou instrumentos de trabalho, vende o que possui - a força de trabalho - defi-

ne-se por *assalariado*. Intermediando estas duas categorias, existe o *conta própria*, que trabalha diretamente na produção, possuindo instrumentos de trabalho e ajuda ocasional ou sistemática de poucos trabalhadores ou membros da família.

A partir destes pontos constituiu-se o conjunto das categorias analíticas, que, para efeito deste estudo, descreve as formas de participação dos indivíduos na produção. Estas constam abaixo, no quadro 1.

Quadro 1
Quadro síntese das categorias
analíticas utilizadas

PROPRIETÁRIOS E ORGANIZADORES DA PRODUÇÃO
ASSALARIADOS
Operários
Controladores na produção de bens
Em atividades de escritório
Controladores em atividades administrativas
Em atividades de apoio ou serviços
Controladores em atividades de apoio ou serviços
TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA
Com estabelecimento
Com ponto fixo
Sem ponto
ASSALARIADO INFORMAL
SERVIÇO DOMÉSTICO

Os critérios que conduziram à construção destas categorias analíticas estão expostos em outros estudos⁽⁵⁾. no entanto torna-se necessário esclarecer os critérios que conduziram à formação das categorias *trabalhadores por conta própria e assalariados*, visto serem aqui os objetos principais de investigação e de comparações estatísticas.

Trabalhadores por Conta Própria

As características enunciadas anteriormente sobre as formas de organização e de trabalho que constituem o Setor Informal indicam ser esta categoria o núcleo deste Setor, para efeitos deste estudo. O trabalhador por conta própria é possuidor dos instrumentos de trabalho ou estoque de bens para realização de seu trabalho. Às vezes, é possuidor apenas de sua força de trabalho sem participar como assalariado. Também pode contar com o auxílio de familiares para o exercício de atividade ou ajudante que, no entanto, são *extensão de seu próprio trabalho*.

Os elementos utilizados para construir e desagregar esta categoria foram:

- a. o produtor trabalha diretamente na produção de bens ou serviços;
- b. descrição e características do trabalho exercido e do local de trabalho;
- c. descrição do estabelecimento, caso exista;
- d. número e membros da família e número de ajudantes, que participam da atividade.

Observe-se que para diversos conjuntos de atividades passíveis de serem realizadas por conta própria, a mesma atividade ou ocupação pode ser exercida sob diversas gradações e tipos de locais e meios de trabalho, o que acoplado a outros elementos influenciam os requisitos necessários, as condições de trabalho e os níveis de renda auferíveis. Uma cabelereira, por exemplo, pode exercer sua atividade em um salão, em casa ou na residência dos clientes; um vendedor ambulante pode realizar seu trabalho na rua em um local predeterminado ou deslocar-se pelas ruas ou pelas casas dos clientes. Optou-se, então, pela formação dos seguintes grupos: *conta própria com estabelecimento, conta própria com ponto fixo e conta própria sem ponto*.

Conta Própria com Estabelecimento

Este grupo é constituído por meio dos seguintes critérios:

- a. o estabelecimento é entendido como um local separado do domicílio, ou acoplado ao domicílio, mas neste último caso *fisicamente* destinado ao trabalho;
- b. a ajuda de membros da família é computada, no caso de sociedade, como *conta própria com estabelecimento*; no caso de trabalho subordinado ao conta própria, como *trabalhadores familiares com ou sem remuneração*;
- c. os *ajudantes assalariados* são computados como *assalariados informais*. A ajuda no exercício da atividade deve-se caracterizar como *extensão do trabalho do conta própria na produção, sob a forma de execução*. O conta própria deve, *obrigatoriamente*, encerrar em si as atividades de produção e gestão do estabelecimento. Em caso de suspeitas de que tais atividades tenham um embrião de desagregação, entre as atividades realizadas pelos trabalhadores ajudantes (execução) e aquelas desenvolvidas pelo conta própria (somente gestão e controle sobre os ajudantes) este último é considerado na categoria *pequeno proprietário*.

Entre as atividades incluídas, destacam-se unidades varejistas, bares, lanchonetes, serviços diversos destinados às unidades de consumo (cabeleireiros, barbeiros, ourives, sapateiros, serralheiros, marceneiros), reparação de bens de consumo duráveis e de moradias, e profissões liberais (quando seus integrantes são não-proprietários nos termos da definição acima e não-assalariados).

Conta Própria com Ponto

Os critérios neste caso são:

- a. ponto é um local físico no domicílio ou fora do domicílio destinado regularmente ao trabalho:
- b. os critérios que caracterizam a ajuda como extensão do trabalho do produtor são os mesmos utilizados para o grupo anterior, contudo, nesta categoria, em geral, predomina o trabalho familiar.

Destacam-se, entre os trabalhos exercidos, vendedores em geral e ambulantes com ponto fixo, reparadores em geral, costureiras, alfaiates, manicures, feirantes, corretores de imóveis, jornaleiros, tapeceiros, joalheiros etc.

Conta Própria sem Ponto

Este é o conjunto de trabalhadores que não detêm nem ponto, nem estabelecimento e dificilmente contam com ajudantes⁽⁶⁾. Aqui, destacam-se vendedores, reparadores de duráveis e, em geral, fornecedores de serviços destinados às unidades de consumo e aos indivíduos, por exemplo, costureiras, manicures, motoristas de táxi e de furgões, pedreiros, pintores etc⁽⁷⁾.

Destaca-se, novamente, que o critério que desagrega a categoria *Conta Própria* é o tipo de local onde se exerce a atividade e não a atividade em si. Desta maneira, uma só atividade, por exemplo reparador de duráveis, pode inserir-se em qualquer uma das subcategorias acima, dependendo do tipo de local onde é exercida (com estabelecimento, com ponto ou sem ponto).

Assalariados

Os critérios adotados para categorizar assalariados foram ramo da produção, local de trabalho e ocupação. Inicialmente,

separam-se os assalariados em firmas, dos demais, e em segundo lugar são desagregados pelo local do posto de trabalho. Se o assalariado está situado na produção direta de bens, define-se como operário e, no interior desta delimitação, se o trabalhador exercer supervisão e controle sobre os subordinados define-se como controlador na produção. Separam-se, desta forma, os operários e controladores na produção de bens de outros assalariados ligados a outros postos de trabalho na indústria de transformação e nos demais ramos da produção.

Os assalariados, que não estão diretamente ligados à produção de bens são subdivididos pelo local do posto de trabalho em dois grupos: trabalhadores em escritórios e trabalhadores em atividades de apoio ou de serviços.

O primeiro grupo é composto pelos assalariados em postos de trabalho que se situam nas atividades administrativas da firma e constituem ramificações do comando sobre o processo produtivo, por exemplo, almoxarifado, secretárias, escriturários, calculistas, técnicos de administração, de contabilidade etc. Decompoem-se estes postos pela existência ou não de atividade de controle e distribuem-se em todos os ramos da produção.

O segundo grupo é formado pelos assalariados em postos de trabalho que:

- a. constituem apoio às atividades de produção e/ou administração no interior da firma independentemente do ramo de produção, por exemplo, vendedores, motoristas, faxineiros, copeiros etc.; ou
- b. produzem serviços e, simultaneamente, não estão em trabalhos de escritórios nos ramos da produção do Setor Serviços, por exemplo, professores, balconistas, enfermeiros, motoristas de táxi, de ônibus etc. Decompõem-se, finalmente, pela existência de postos de controle.

Obtêm-se, então, os seguintes grupos, que, operacionalmente, constituem as formas de participação dos assalariados em firmas:

- Operários;
- Controladores na produção de bens:
- Assalariados em atividades de escritório ou administrativos;
- Controladores em atividades administrativas;
- Assalariados em atividades de apoio ou serviços;
- Controladores em atividades de apoio ou serviços.

Os assalariados pelo Estado são considerados sob a denominação de *assalariados estatais* categorizados de acordo com esses mesmos critérios e desagregados segundo sua vinculação a empresas estatais, administração pública (municipal, estadual, federal) ou serviços de educação ou saúde. Os assalariados em associações civis e religiosas (sindicatos, associações patronais, religiosas etc) são tratados separadamente e também obedecem à mesma categorização adotada para os assalariados em firmas.

A rigor, cada uma das categorias analíticas apresentadas deve ser desagregada em subcategorias que envolvam conjuntos de ocupações. Esses conjuntos devem ser criados levando em conta o grau de especialização e a origem e evolução da ocupação, suas relações com o desenvolvimento da produção e dos mercados. Por exemplo: entre operários e assalariados em atividades de serviços caberia uma desagregação entre ocupações criadas em processos de trabalho recentes ligados à introdução do uso de computadores; os profissionais liberais, enquadrados aqui na categoria *conta própria com estabelecimento*, devido à origem e evolução das ocupações, bem como aos requisitos legais para exercê-las mereciam uma subcategoria. Esta etapa no desenvolvimento das categorias não foi realizada neste estudo, no entanto este fato esteve sempre presente na interpretação das evidências empíricas que serão apresentadas.

3. Trabalhadores Assalariados e Autônomos: Hierarquia e Comparações

Ramos da Produção e Formas de Participação na Produção dos Trabalhadores Amostrados⁽⁸⁾

Os indivíduos que participam da produção do Município de São Paulo⁽⁹⁾ - exceto desempregados - repartem-se pelos ramos da produção da seguinte forma (ver tabela 1): quase dois terços na indústria, serviços de produção e comércio e serviços sociais: 20% em serviços destinados às unidades de consumo e aos indivíduos (inclusive empregados domésticos) ou de uso misto (se destinam a indivíduos ou famílias) e 4% em serviços de reparação.

Quer se destacar dois elementos entre as informações que estão sendo apresentadas. O primeiro refere-se à concentração relativa por sexo em determinados ramos e formas de participação na produção. O segundo diz respeito à relação entre total de trabalhadores assalariados e total de trabalhadores por conta própria.

Observa-se que os serviços de reparação e a indústria de construção civil são ocupados quase exclusivamente pelos homens e o serviço doméstico tem caráter eminentemente feminino. Entre estes extremos, desagregando-se parcialmente os ramos, visualiza-se uma relativa concentração por sexo em determinados ramos, quando comparados à participação total de homens e mulheres (ver tabela 1). Assim:

- a. os indivíduos do sexo masculino predominam nas indústrias de bens de produção, nos serviços de infra-estrutura físico-urbana, nos transportes, no comércio atacadista e em outros serviços auxiliares da atividade econômica;
- b. os indivíduos do sexo feminino predominam mais frequentemente nos serviços de educação, saúde, nas associações civis e religiosas e nos serviços destinados às unidades de consumo ou indivíduos;

- c. ramos de atividades mais favoráveis à absorção de mulheres - administração pública, indústria de bens de consumo, comércio varejista e bancos;
- d. atividades favoráveis à absorção de homens - comunicações, outras entidades financeiras e serviços de uso misto.

A distribuição entre homens e mulheres por forma de participação é apresentada na tabela 2 e também revela, como a tabela anterior, concentração relativa por sexo em determinadas formas de participação. Observa-se aqui:

- a. os homens predominam entre os assalariados na construção civil. enquanto as mulheres constituem maioria nos serviços domésticos;
- b. são formas favoráveis à participação masculina: proprietários, organizadores da produção, controladores, operários em grandes firmas, trabalhadores por conta própria com estabelecimento e sem ponto; e à participação feminina, assalariados na administração pública sem posto de chefia, conta própria com ponto, assalariados em escritório, assalariados informais e trabalhadores familiares; enquanto operários em pequenas firmas, assalariados em serviços ou em atividades de apoio são indiferentes à desagregação por sexo.

Em síntese, o padrão de concentração relativa por sexo verificado nas tabelas 1 e 2 mostra que os homens distribuem-se em maior proporção nos ramos *nobres* da economia (indústria, serviços de produção e comércio) e nas formas de participação de maior nível hierárquico, e as mulheres nos demais.

Quanto ao segundo elemento observou-se que no Município de São Paulo existem 26 trabalhadores autônomos para cada 100 assalariados e esta relação ascende a 40 quando são incorporados aos primeiros autônomos seus ajudantes (assalariados informais).

Tabela 1

Participação na produção por ramo e sexo dos indivíduos efetivamente
trabalhando - Município de São Paulo
(1980)

Ramo de Atividade	Sexo			H/T (%)
	H (%)	M (%)	T (%)	
Indústria	16,1	21,7	18,2	56
Bens de consumo	21,3	7,4	16,1	83
Bens de produção	37,4	29,2	34,4	86
Subtotal	4,6	0,6	3,1	93
Construção civil	42,1	29,8	37,5	70
Subtotal indústria				
Serviços				
Serviços de Produção				
Infra-estrutura físico-urbana	1,3	0,21	0,9	92
Transportes	5,7	0,83	3,9	92
Comunicações	1,2	0,83	1,1	71
Bancos	4,0	5,38	4,5	56
Outras instituições financeiras	1,3	1,0	1,2	69
Auxiliares de atividades econômicas	3,2	1,0	2,4	84
Subtotal	16,9	9,3	14,1	75
Comércio				
Atacadista	2,1	0,8	1,6	81
Varejista	11,0	10,3	10,8	64
Subtotal	13,1	11,2	12,4	66
Serviços sociais				
Administração pública	3,9	5,0	4,3	57
Educação e saúde	2,3	10,3	5,3	28
Associações civis e religiosas	1,0	2,7	1,6	38
Subtotal	7,2	18,0	11,2	40
Serviços de reparação				
Construção civil	3,7	-	2,3	100
Duráveis e máquinas	3,0	0,2	2,0	96
Outros serviços				
Serviços destinados à unidade de consumo e ou indivíduo	3,5	9,3	5,7	39
Serviço doméstico	0,0	13,3	5,0	2
Serviço de uso misto	9,9	8,1	9,2	68
Subtotal	13,6	30,6	19,9	43
Subtotal serviços	57,5	69,4	61,9	67
Agrícola	0,2	0,2	0,2	-
NR/NS	0,2	0,6	0,4	-
Total	100,00. (818)	100,00. (483)	100,00 (1.301)	63

Fonte: Cacciamali, M.C. (1983b).

Tabela 2
 Formas de participação na produção dos indivíduos efetivamente
 trabalhando, por sexo, Município de São Paulo
 (1980)

Formas de Participação	Sexo			
	H (%)	M (%)	T (%)	H/T (%)
Operários	19	16	18	67
Assalariado fora da transformação direta	37	43	59	59
Escritório	13	17	15	56
Serviços	19	17	18	66
Total	56	59	57	61
Controlador na transformação direta	2	1	2	86
Controlador fora da transformação direta	6	3	5	76
Total assalariados	65	63	64	63
Conta própria com estabelecimento	8	8	7	82
Conta própria com ponto fixo	2	8	5	34
Conta própria sem ponto fixo	8	2	6	89
Total contas próprias	19	13	16	71
Assalariado informal	4	5	4	58
Serviço doméstico	0	13	5	2
Total trabalhadores	87	94	90	61
Organizadores da produção e proprietários	9	2	6	89
Outros	4	4	4	63
Total	100,00 (818)	100,00 (483)	100,00 (1.501)	63

Fonte: Vide tabela 1.

Os autônomos ocupam primordialmente os ramos do setor serviços destinados às unidades de consumo e ao indivíduos ou mistos (44%), o comércio (24%), de reparação (16%) e de produção (10%). Mais uma vez, os homens são maioria entre os autônomos, cabendo às mulheres, primordialmente (65%), os serviços destinados às unidades de consumo e aos indivíduos.

Tomando-se como base de comparação a proporção de 100 assalariados relativamente ao número de autônomos verifica-se quais são os principais ramos da produção ocupados por estes últimos: os serviços destinados às unidades de consumo e aos indivíduos (100:2.067) e os de reparação na construção civil (100:1.300) são ramos que estão majoritariamente ocupados por autônomos: comércio (100:88), os serviços de reparação de duráveis e máquinas (100:75) e àqueles de consumo misto (100:49) apresentam uma situação mais equilibrada, enquanto os serviços de produção (100:15) e de educação e saúde (100:9) apresentam pouca magnitude e a indústria de transformação (100:2) penetração desprezível por parte de autônomos⁽¹⁰⁾.

Este quadro pouco se altera por sexo; no entanto, deve-se ressaltar que os autônomos, homens, ocupam o comércio majoritariamente e que os serviços mistos, de educação e de saúde são favoráveis à sua absorção (ver tabela 5).

Hierarquização das Categorias Analíticas: Uma Aplicação do Coeficiente de Concordância de Kendall

As categorias analíticas formuladas para este estudo podem ser entendidas como uma taxonomia estabelecida dentro da produção e do mercado de trabalho, voltada para a classificação dos indivíduos segundo formas de participação. Ora, usualmente analisam-se esses indivíduos segundo algumas características: idade, escolaridade, estabilidade, renda etc. Quando se estabelece uma taxonomia dentro do mercado de trabalho, o que se espera é que essa conduza a categorias que consigam sintetizar algumas

Tabela 3

Relação entre trabalhadores assalariados e autônomos por ramo da produção

	Nº de autônomos para cada 100 assalariados					
	Homens		Mulheres		Total	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Indústria de transformação	2	4	2	5	2	4
Indústria de construção civil	6	-	-	-	5	-
Serviços de produção	21	23	-	-	15	17
Comércio	118	147	48	83	88	121
Serviços destinados às unidades de consumo e aos indivíduos	2.200	2.400	2.000	2.050	2.067	2.167
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-
Serviços mistos	58	68	35	-	49	67
Serviços de construção civil	1.300	-	-	-	1.300	-
Serviços de reparação de duráveis e máquinas	75	108	-	-	75	108
Serviços sociais	-	-	-	-	-	-
Educação e saúde	45	-	-	14	9	21
Total	29	35	21	49	26	40

Obs.: Coluna (1): total de trabalhadores por conta própria: com estabelecimento, com ponto fixo e sem ponto.

Coluna (2): trabalhadores por conta própria e assalariados informais.

Fonte: Vide tabela 1.

dessas características. Se isso não acontecesse, a relevância da utilização da categoria seria discutível. Assim, quando fosse mencionada, por exemplo, a categoria *conta própria com estabelecimento*, não se teria uma idéia muito clara das características dos indivíduos assim agrupados, a menos que as variáveis que caracterizam essa categoria se compusessem coerentemente a ponto de distingui-la das demais.

Nessas condições, decidiu-se submeter-se a teste a seguinte questão: em que medida as categorias formuladas sintetizam os traços mais comumente utilizados para caracterizar os indivíduos, de tal modo que ao mencionar-se essas categorias obtenhasse uma idéia coerente de suas características em face das demais? Essa noção de coerência vem do conhecimento já estabelecido a respeito dos indivíduos que participam da produção e do mercado de trabalho. Sabe-se, por exemplo, que a um baixo nível de renda estão associados, de um modo geral, características tais como baixo nível de escolaridade, qualificação e uma menor idade. Se fossem criadas categorias que violassem esse tipo de associação, ou fossem indeterminadas na sintetização dessas características, seria discutível a sua utilidade descritiva e analítica. Por exemplo, qual a utilidade de criar-se uma categoria tal como *indivíduos que almoçam entre 12 e 14 horas ou que trabalham usando as mãos?*

A operacionalização do teste consistiu em selecionar inicialmente algumas características consideradas relevantes: idade, sexo, escolaridade, qualificação, horas médias trabalhadas, tempo de permanência no posto de trabalho ou atividade, e renda. Numa segunda etapa, cada categoria formulada recebeu uma avaliação dentro de cada uma dessas características, por meio de sua posição relativamente às demais, avaliada segundo uma hierarquia de postos. Por exemplo: se houvesse apenas duas categorias, A e B, e se a categoria A apresentasse média de idade inferior à categoria B, a primeira receberia o posto 1 e a segunda o posto 2. Caso a categoria A recebesse também o mesmo posto nas demais características, apresentando menor proporção de ho-

mens, escolaridade, qualificação, horas médias trabalhadas por dia, tempo de permanência e renda, a concordância entre essas ordenações de postos seria perfeita e a categorização adotada estaria sintetizando no total e individualmente todas as características utilizadas.

Na realidade, entretanto, não se pode esperar essa perfeita concordância entre os postos assumidos pelas várias categorias dentro de cada característica utilizada. A questão que se coloca é a de estabelecer a significância estatística de determinado nível de concordância encontrado, dentro de um teste a que é submetida a hipótese de total ausência de concordância.

Assim sendo, numa terceira etapa do procedimento há que utilizar um teste estatístico adequado, tendo sido aplicado o teste de coeficiente de concordância de Kendall (W).

Esse coeficiente é definido como⁽¹¹⁾:

$$W = \frac{S}{\frac{1}{12} K^2 (N^3 - N) - K \Sigma T}$$

em que S = variância entre as somas de indicadores hierarquizados;

K = número de indicadores selecionados;

N = número de categorias analíticas;

$K \Sigma T$ = correção no caso de existir empate de postos por indicadores, onde:

$$\Sigma T = \frac{1}{12} (t_i^3 - t_i)$$

t = número de empates

Mais especificamente, as categorias analíticas adotadas para o teste são: *operários, assalariados em escritório, assalariados em atividades de serviços ou apoio, controladores na transformação direta, controladores fora da transformação direta,*

contas próprias com estabelecimento, contas próprias com ponto fixo, contas próprias sem ponto, assalariados informais, serviço doméstico e organizadores da produção e proprietários. Os indicadores selecionados e hierarquizados por postos para cada categoria analítica são: proporção de mulheres, idade média, proporção de escolaridade precária, (abaixo do ginásio completo) grau de desqualificação, horas médias trabalhadas por dia, proporção de trabalhadores com tempo de permanência no local de trabalho ou atividade maior ou igual a 5 anos, e renda média auferida.

A distribuição dos postos mostra que as categorias *organizadores da produção e proprietários, controladores e contas próprias com estabelecimento* ⁽¹²⁾, *contas próprias sem ponto* para homens e *com ponto* para mulheres apresentam somatória de postos superiores à média geral, enquanto as categorias que representam os *assalariados* (operários, escritório e serviços), os *assalariados informais* e o *serviço doméstico* se situam abaixo na média de postos. Esta ordenação por si só indica que as categorias analíticas podem ser hierarquizadas em sentido decrescente e associadas a indicadores que aqui representam requisitos, condições de trabalho e níveis de renda também ordenados no mesmo sentido, ou seja, dos mais altos níveis para os mais baixos (ver tabela 4).

O teste de Kendall foi realizado desagregando-se as informações por sexo e estas demonstraram-se significantes a 1%, exceto quando se introduz o indicador horas médias trabalhadas. Este teste mostra a relevância descritiva da taxonomia adotada (ver tabela 5).

Quer se destacar duas conclusões. A primeira refere-se ao fato de que as categorias que representam os trabalhadores por conta própria - núcleo do Setor Informal neste estudo - não se apresentam desprivilegiadas, entre as demais categorias dispostas em ordem hierárquica, em relação às variáveis consideradas.

O segundo destaque é que entre todas as categorias, o *serviço doméstico*, os *operários* e os *assalariados informais* são aque-

Tabela 4A
 Formas de participação na produção por indicadores
 selecionados, hierarquizados por postos e sexo
 Município de São Paulo
 Janeiro, 1980 - Total

Categorias	Nº de Mulheres		Idade Média		Eiscolaridade Precária		Desqualificação		Horas Médias		Tempo de Permanência >5 anos		Renda Média (Cr\$ 1.000,0)	
	(%)	P	I	P	(%)	P	(%)	P	H	P	(%)	P	R	P
Operários	32,9	6	30,1	3	37,6	2	73,1	2	9,3	4	18,8	3	7,4	2
Escritório	43,5	3	27,4	1	2,1	10	51,3	6	8,3	7	21,2	4	13,5	7
Serviços	34,5	5	32,4	4	22,6	6	57,9	5	8,3	7	22,1	5	12,0	6
Controlador na transformação direta	13,6	9	39,9	7	9,1	8	-	8	9,4	3	40,9	8	21,8	8
Controlador fora da transformação direta	23,8	7	37,4	6	1,5	11	-	9	8,6	6	43,3	10	29,9	10
Conta própria com estabelecimento	17,9	8	41,6	9	11,9	7	-	10	10,1	1	35,7	6	28,0	9
Conta própria com ponto fixo	66,1	2	41,4	8	30,5	4	62,7	4	7,5	9	39,0	7	8,6	4
Conta própria sem ponto fixo	11,1	11	42,0	9	36,1	3	44,4	7	8,4	8	43,1	9	11,4	5
Assalariado informal	41,5	4	28,8	2	22,6	5	67,9	3	8,4	8	15,1	2	7,5	3
Serviço doméstico	98,5	1	33,6	5	44,6	1	-	1	9,2	5	13,8	1	3,8	1
Organizador na produção e proprietários	11,3	10	44,0	10	2,5	9	-	11	9,5	2	48,7	11	55,8	11

Obs.: As categorias *Controlador*, *Conta Própria com Estabelecimento*, *Organizador e Proprietário* não detêm a característica *desqualificação*. Entende-se que outros atributos além da qualificação *strictu sensu* lhe são inerentes. A gradação de postos foi intencional.
 Fonte: Vide tabela 1.

Tabela 4B
 Formas de participação na produção por indicadores
 selecionados hierarquizados por postos e sexo
 Município de São Paulo
 Janeiro, 1980

Categorias	Homens											
	Idade Média		Escolaridade Precária		Desqualificação		Horas médias		Tempo de Permanência > 5 anos		Renda Média (Cr\$ 1.000,00)	
	I	P	(%)	P	(%)	P	H	P	(%)	P	R	P
Operários	32,1	4	40,8	1	65,0	2	9,4	3	21,6	4	8,7	2
Escritório	28,4	2	0,9	10	49,5	5	8,2	9	19,3	3	18,8	6
Serviços	31,9	3	23,4	5	57,1	4	9,0	5	18,2	2	14,1	4
Controlador na Transformação direta	41,8	6	10,5	7	-	7	9,3	4	36,8	5	23,8	7
Controlador fora da transformação direta	39,3	5	2,0	9	-	8	8,8	6	43,1	8	34,3	9
Conta própria com estabelecimento	42,7	8	11,6	6	-	9	10,3	1	39,1	6	30,1	8
Conta própria com ponto fixo	42,3	7	30,0	3	60,0	3	9,0	5	40,0	7	15,7	5
Conta própria sem ponto fixo	42,9	9	37,5	2	48,4	6	8,6	7	43,7	9	11,4	3
Assalariado informal	28,2	1	29,0	4	70,1	1	8,5	8	6,4	1	7,9	1
Organizador da Produção e proprietário	44,5	10	2,8	8	-	10	9,6	2	46,8	10	57,7	10

Obs.: As categorias *Controlador*, *Conta Própria com Estabelecimento*, *Organizador e Proprietário* não detêm a característica *desqualificação*. Entende-se que outros atributos além da qualificação *strictu sensu* lhe são inerentes. A gradação de postos foi intencional.

Fonte: Vide tabela 1.

Tabela 4C
 Formas de participação na produção por indicadores
 selecionados hierarquizados por postos e sexo
 Município de São Paulo
 Janeiro, 1980
 Mulheres

Categorias	Idade Média		Escolaridade Precária		Desqualificação		Horas Médias		Tempo de permanência > 5 anos		Renda Média (Cr\$ 1.000,00)	
	T	P	(%)	P	(%)	P	H	P	(%)	P	R	P
Operários	25,9	1	31,2	2	89,6	2	9,2	3	13,0	1	4,8	2
Escritório	26,1	2	3,6	8	53,6	6	8,3	5	23,8	5	10,4	7
Serviços	33,4	6	21,0	5	59,3	5	7,1	7	17,3	3	8,2	5
Controlador na transformação direta	27,7	3	-	9	-	8	9,7	1	67,0	11	9,3	6
Transformador fora da transformação direta	31,6	5	-	9	-	9	7,8	6	43,7	9	17,5	9
Conta própria com estabelecimento	36,3	8	13,3	7	-	10	9,6	2	20,0	4	18,3	10
Conta própria com ponto fixo	40,9	10	30,8	3	64,1	3	6,7	9	38,5	8	5,2	3
Conta própria sem ponto fixo	34,6	7	25,0	4	12,5	7	6,9	8	37,5	7	11,5	8
Assalariado informal	29,4	4	13,6	6	63,6	4	8,3	5	27,3	6	6,8	4
Serviço doméstico	33,4	6	45,3	1	-	1	9,2	3	14,1	2	3,6	1
Organizador da produção e proprietário	39,4	9	-	9	-	11	8,9	4	66,7	10	56,0	11

Obs.: As categorias *Controlador*, *Conta Própria com Estabelecimento*, *Organizador e Proprietário* não detêm a característica *desqualificação*. Entende-se que outros atributos além da qualificação *strictu sensu* lhe são inerentes. A gradação de postos foi intencional.

Fonte: Vide tabela 1.

Tabela 5
Resultados dos testes de concordância

Total	(1)			(2)			(3)			(4)			(5)	
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
41,54*	*	*	35,9*	29,7*	25,0*	33*	*	*	28,12*	25,0*	22,9	18,5	16,8	16,4

Obs.: H = Homem; M = Mulher; T = Total.

Os testes foram realizados com os seguintes indicadores:

- (1) Proporção de mulheres, idade média, escolaridade precária, desqualificação, tempo de permanência > 5 anos, renda média;
- (2) Idade média, escolaridade precária, desqualificação, tempo de permanência > 5 anos, renda média;
- (3) Proporção de mulheres, idade média, escolaridade precária, desqualificação, renda média;
- (4) Idade média, escolaridade precária, desqualificação, renda média e horas médias;
- (5) Idade média, escolaridade precária, desqualificação, renda média e horas médias;

Os valores de $\chi^2_{0,01}$ são 24,7 com 11 graus de liberdade e 23,2 com 10 graus de liberdade. Os testes para homens foram realizados com 10 graus de liberdade em função da exclusão de serviços domésticos. Os resultados que são significantes são apresentados com asteriscos.

las que compõem o grupo situado na hierarquia inferior desse conjunto, pois apresentam soma de postos abaixo da média geral. Destaca-se ainda que para os homens as duas últimas categorias citadas detêm idêntica soma de postos e para as mulheres a soma de postos para a categoria *operários* é inferior àquela obtida para *serviço doméstico*.

Cabe, ainda, ressaltar aqui algumas peculiaridades referentes aos operários. Inicialmente, é nesta forma de participação na produção que se concentra a maior parte dos trabalhadores (20%); em segundo lugar o salário é, em geral, a única fonte de renda para a sobrevivência; em terceiro lugar, estes trabalhadores estão envolvidos diretamente na produção industrial e, por último, são regidos por contrato subordinado às leis trabalhistas e ao quadro político e macroeconômico do País.

Comparação entre Trabalhadores Assalariados e Autônomos

Com o intuito de averiguar em que categorias analíticas - assalariados ou trabalhadores por conta própria - encontravam-se trabalhadores que apresentavam em geral piores requisitos para o trabalho e desprestígio em suas condições de trabalho e níveis de renda, constituiu-se um conjunto de testes de hipóteses sobre proporções. A primeira comparação é realizada entre os totais de cada um destes grandes grupos de trabalhadores, independentemente de características peculiares a cada subgrupo que os compõem. A segunda comparação seleciona duas categorias analíticas, uma para *assalariados (operários)*, outra para *contas próprias (sem estabelecimento)*, categorias essas em que os trabalhadores, pelas informações obtidas, apresentam em geral baixos requisitos e piores condições de trabalho e níveis de renda⁽¹³⁾. Optou-se também por esta agregação no grupo por *conta própria* pelo pequeno número de observações e pela predominância feminina entre os trabalhadores por *conta própria com ponto fixo*.

As variáveis selecionadas para a comparação são: proporção de mulheres, proporção de trabalhadores com idade menor do que 19 anos ou maior do que 50 anos, proporção de trabalhadores com escolaridade precária, proporção de trabalhadores não ou semi-qualificados, proporção de trabalhadores com tempo de permanência menor do que seis meses ou maior do que cinco anos, proporção de trabalhadores com jornada média menor do que seis ou maior do que doze horas, proporção de trabalhadores que ganha menos de dois salários mínimos, ou ganha menos de dois salários mínimos, ou ganha menos de três salários mínimos, ou ganha mais de cinco salários mínimos por mês⁽¹⁴⁾.

Efetuu-se posteriormente um teste de hipótese sobre as proporções resultantes na variável considerada, a fim de verificar se estas diferem significativamente no interior da amostra⁽¹⁵⁾.

Os resultados dos testes realizados para as categorias analíticas e variáveis selecionadas constam na tabela 6 e as inferências que podem ser extraídas a partir da amostra utilizada são relatadas a seguir.

Não se pode afirmar, para esta amostra, que os *trabalhadores por conta própria* tenham atividade instável e desqualificadas e que sejam em maioria jovens e mulheres, percebendo baixos níveis de renda, quando comparados aos *assalariados*, nem que os *trabalhadores por conta própria sem estabelecimento* apresentem essas características quando comparados aos *operários*. No entanto, a proporção de contas próprias com idade acima de 50 anos é significativamente maior, o que pode indicar tanto a necessidade de experiência para o trabalho, como a deficiência do sistema previdenciário do País, ou que o trabalhador se torna autônomo após ter sido assalariado ou talvez ainda que, em décadas anteriores, tenha existido maior espaço econômico e possibilidade para se tornar *por conta própria*. É também maior a proporção destes trabalhadores com jornada acima de 12 horas médias diárias (em especial *contas próprias com estabelecimento*), o que em parte influencia os níveis de renda que auferem - à medida

Tabela 6
Testes de proporção

Comparações entre trabalhadores assalariados e por conta própria por variáveis selecionadas.

Variáveis Selecionadas	% de trabalhadores entre total de						Z			% de trabalhadores entre						Z		
	Assalariados			Por conta própria			Calculado			Operários			Por conta própria			Calculado		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Sexo Feminino	-	-	37	-	-	29	-	-	1,14	-	-	33	-	-	36	-	-	0,01
Jovens (< 19 anos)	15	16	15	2	3	2	4,65*	3,58*	4,96*	15	32	21	2	4	4	2,95*	3,69*	4,38*
Idade:																		
Velhos (≥ 50 anos)	12	8	11	32	18	28	3,57*	2,60*	4,25*	11	4	9	26	19	24	3,00*	3,00*	3,75*
Escolaridade precária (= ginásio incompleto)	21	15	19	25	26	25	0,97	2,06**	1,92**	41	31	38	36	30	34	0,75	0,11	0,76
Não é sem qualificação	50	62	55	28	42	32	5,50*	2,94*	5,75*	65	90	73	51	55	53	2,12**	4,47*	3,92*
Tempo de permanência no posto de trabalho ou atividade (até 6 meses)	14	13	14	7	8	7	2,80*	0,80	2,80*	20	17	15	11	9	10	1,76*	0,9	0,18
Mais que 6 meses	24	24	24	41	34	39	5,00*	4,25*	1,67**	22	13	19	43	38	41	3,40*	3,25*	4,58*
Horas extras trabalhadas por dia																		
Menos que 6 horas	4	18	10	12	34	18	2,96*	3,91*	5,58*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 12 horas	5	3	4	12	6	11	3,50*	1,15*	3,50*	6	3	7	7	2	5	0,33	0,63	0,77
Níveis de renda em Salários Mínimos																		
Menos que 2 SM.	25	39	31	17	45	26	2,05	0,89	1,40	38	74	50	27	57	38	2,22**	1,95**	1,72**
Menos que 5 SM.	44	63	51	30	60	39	3,50*	0,43	3,00*	64	95	74	42	74	53	3,28*	3,11*	4,12*
Mais que 5 SM.	36	17	28	56	26	45	4,25*	1,80**	4,00*	15	-	11	32	-	26	3,09*	-	3,75*

Obs.: H = Homens; M = Mulher; T = Total.

Z* indica que o resultado é significativo a 1% (2,58);

Z** indica que o resultado é significativo a 5% (1,64).

Fonte: Vide tabela 1.

que exista demanda - e indica um maior dispêndio de número de horas médias por dia para obter esses mesmos níveis.

Com o intuito de tornar mais clara esta questão e de captar quais grupos de trabalhadores percebem os menores níveis de renda - variável que de certa forma sintetiza as demais - escalonaram-se os indivíduos por ordem crescente de renda, agregando-os, posteriormente, em decís.

Extraíndo-se os 30% dos indivíduos que ganham menos - isto é, os três primeiros decís - observou-se que a renda média mensal varia entre 0,76 salário mínimo e 1,6 salário mínimo e a média desses três primeiros estratos é de 1,2 salário mínimo (US\$ 80,1) por mês no período em que se realizou a entrevista. São nestes estratos que se encontram 26% dos trabalhadores *assalariados* e 25% dos *por conta própria*. Decompondo-se o primeiro grupo, visualiza-se que este compreende 41% dos *operários*, 21% dos *trabalhadores em escritório*, 27% dos *trabalhadores em atividades de apoio ou serviços*, 4% dos *controladores na produção direta de bens* e 3% dos demais controladores. A desagregação do segundo grupo (trabalhadores por conta própria) implica a observação de que nestes estratos se encontram 6% de *contas próprias com estabelecimento*, 46% de *contas próprias com ponto fixo* e 29% dos que não têm ponto (ou 36% dos *contas próprias sem estabelecimento*). Além desses ainda se concentram aí 60% dos *assalariados informais* e 85% do *serviço doméstico*.

Realizando-se os testes de hipóteses que vêm sendo efetuados entre as proporções de trabalhadores *assalariados* e *por conta própria* que compõem esse estrato de 30% que ganha menos, aceita-se a hipótese nula de que as proporções entre total de *assalariados* e *por conta própria* e entre *operários* e *contas próprias sem estabelecimento* não diferem significativamente nesses decís (ver tabela 7). Tal resultado indica que um trabalhadorpo de engrossar o conjunto dos 30% de indivíduos que auferem os menores níveis de renda no Município de São Paulo, independentemente de ser *assalariado* ou *por conta própria* e que outras variáveis estarão influenciando a participação do trabalhador nes

Tabela 7

Resultados dos testes de proporções
Participação dos trabalhadores assalariados e por conta própria
entre os 30% que ganham menos

Comparações	% dos trabalhadores					
	H (%)	M (%)	T (%)	Z calculados		
				H	M	T
Total de assalariados	22	34	26			
Total por conta própria	17	43	25	1,5	1,35	0,33
Operários	30	64	41			
Contas próprias sem estabelecimento	26	55	37	1,0	0,66	0,76

Fonte: Vide tabela 1.

se estrato de renda (idade, sexo, grau de qualificação, ramo de produção, tipo de firma, atividade etc.).

Contudo, quando se realizam outros testes - para cada uma das categorias analíticas - entre a proporção de trabalhadores em cada categoria que compõe o estrato de 30% que ganha menos e essa mesma proporção - 30% - observa-se que os grupos de trabalhadores que compõem o *serviço doméstico*, *assalariados informais*, *contas próprias com ponto fixo* e *operários* são os que proporcionalmente se concentram nesses decis (30%), enquanto os *assalariados em atividades de escritórios* e em *serviços*, bem como os *por conta própria sem ponto* não apresentam proporções significativamente diferentes de 30%. Por outro lado, os *controladores fora da produção* e os *trabalhadores por conta própria com estabelecimento* apresentam-se com proporções significativamente menores às dos 30% dos indivíduos que recebem os menores níveis de renda (ver tabela 8).

Outro fato a ser ressaltado é que entre os 30% dos indivíduos que ganham menos, 43% se constituem de mulheres, e que, ainda, essas predominam em todas as categorias cujos trabalhadores se concentram nesse estrato. Ou seja, realizando-se testes entre as proporções de homens e mulheres *intra* categorias analíticas verificou-se que a predominância feminina é significativa entre *operários*, *contas próprias com ponto fixo*, *assalariados informais* e *serviço doméstico*. Para as demais formas de participação na produção entre sexos os resultados são indiferentes, exceto para os *assalariados em serviços* (ver tabela 8).

Resultados dos testes de proporções
Participação dos trabalhadores por categoria analítica
entre os 30% que ganham menos

Categorias	% dos trabalhadores entre os 30% que ganham menos				
	(1)	(2)		(1)	(2)
	T (%)	H (%)	M (%)	Z calculados	
Operário	41	30	64	3,3*	4,9*
Escritório	21	26	16	2,5	1,4
Serviços	27	20	41	0,9	3,4*
Controlador na transformação Direta	4	5	*	*	*
Controlador fora da transformação direta	3	2	6	*	0,8
Conta própria com estabelecimento	6	6	7	5,7*	0,1
Conta própria com ponto fixo	46	15	62	2,6*	3,4*
Conta própria sem ponto fixo	29	30	25	0,2	0,8
Assalariado informal	60	65	55	4,6*	2,7*
Serviço doméstico	85	*	86	9,2*	*
Total de trabalhadores	30	23	43	*	7,1*

Obs.: (1) Comparação entre a proporção em cada categoria analítica e os 30% dos trabalhadores que ganham menos.

(2) Comparação entre homens e mulheres em cada categoria analítica.

Z* Indica que o resultado é significativo a 1%.

Fonte: Vide tabela 1.

CONCLUSÕES

O Setor Informal é apresentado neste estudo como um espaço econômico subordinado e intersticial ao movimento das formas de organização da produção capitalista, constituindo-se do conjunto de atividades que pode ser explorado por produtores diretos que possuem os meios e instrumentos para exercer o trabalho. Ou seja, é o espaço econômico ocupado por trabalhadores por conta própria. Propõe-se que este Setor seja analisado em função do processo de desenvolvimento capitalista encerrado numa dimensão espaço-temporal específica, tendo-se presente na análise que o mesmo é continuamente deslocado e recriado, flexível e permeável, moldando-se às condições gerais da economia, em especial a urbana.

Embora o Setor Informal possa estar absorvendo grande contingente de trabalhadores urbanos com baixa qualidade de força de trabalho e percebendo baixo nível de renda, isto não significa que tal quadro se mantenha ao longo do tempo e nem que a maior parte dos trabalhadores de baixa qualificação e com baixos rendimentos no meio urbano seja procedente deste Setor. Parcelas de trabalhadores em condições semelhantes devem estar distribuídas e absorvidas pela produção formal.

Elementos desta última proposição foram examinados empiricamente neste trabalho, com base em informações primárias para o Município de São Paulo de janeiro de 1980.

Em primeiro lugar, partiu-se da idéia de segmentação na produção e constituiu-se um conjunto de categorias analíticas que pretendem representar formas de participação dos indivíduos na produção.

Essas categorias analíticas (*proprietário e organizador da*

produção, controlador fora da produção, assalariado em escritório, assalariado em serviços ou apoio, controlador na produção de bens, operário, conta própria com estabelecimento, conta própria sem estabelecimento e com ponto fixo, conta própria sem estabelecimento e sem ponto, assalariado informal e serviço doméstico) foram submetidas a testes estatísticos, a fim de se verificar se mantinham perfil coerente e se respondiam as associações com características individuais e com características tidas como ocorrências usuais no mercado de trabalho. Por exemplo, sabe-se que a um indivíduo que auferir baixo nível de renda estão associadas características tais como: sexo feminino, baixa escolaridade e menor idade. O teste de concordância de Kendall aplicado ao conjunto de categorias analíticas e às variáveis selecionadas para representar requisitos para exercê-las (sexo, idade, escolaridade), e níveis de renda, conduziu a resultados que indicam estarem as categorias supramencionadas associadas estatisticamente a características dos indivíduos e do mercado de trabalho. Isto ocorre à medida que as categorias analíticas são hierarquizadas por meio de postos atribuídos em ordem crescente aos seguintes indicadores: idade média e renda média mensal. E, em ordem decrescente aos indicadores que se seguem: proporção de mulheres, proporção de indivíduos com escolaridade precária, proporção de indivíduos semi ou não-qualificados, horas médias trabalhadas por dia, tempo de permanência no posto de trabalho ou atividade maior do que cinco anos. Estes resultados circunscritos às variáveis utilizadas permitem que a taxonomia utilizada por este estudo se agregue às taxonomias correntes na literatura sobre mercado de trabalho e utilizadas para descrever as formas pelas quais os indivíduos participam no mesmo.

Em segundo lugar, compuseram-se as categorias analíticas em dois grupos: total de trabalhadores *assalariados* e total de trabalhadores *por conta própria; operários e contas próprias sem estabelecimento*. Sobre esses grupos empreenderam-se comparações estatísticas em relações às variáveis supramencionadas.

Constatou-se por meio desse procedimento que, dissociando-se o Setor Informal da caracterização apriorística de baixa renda, associando-se ao trabalho autônomo e analisando-o em relação aos trabalhadores assalariados, os jovens, as mulheres, a desqualificação, a instabilidade, o número excessivo de horas diárias no trabalho e os baixos níveis de renda interpenetram em graus diferentes massas de trabalhadores, sejam eles assalariados ou autônomos. Atribuir, então, aos trabalhadores autônomos, pelo menos no Município de São Paulo, à luz da amostra utilizada, a característica de grupo de mais baixa remuneração no meio urbano é desconhecer os baixos salários pagos pelas firmas a grandes contingentes de trabalhadores assalariados, mormente operários.

Posteriormente, analisando-se a distribuição de ganhos mensais por decis e aplicando testes de hipótese entre todas as categorias analíticas que compõem os três primeiros decis, isto é, os 30% que percebem os menores níveis de renda no Município, constatou-se que:

- a. as proporções entre total de *assalariados* (21%) e *por conta própria* (25%) não diferem significativamente nesse estrato de renda, assim como não difere a proporção entre *operários* (41%) e *contas próprias sem estabelecimento* (56%);
- b. esse estrato concentra relativamente maior número de *operários, ajudantes de trabalhadores por conta própria, empregados domésticos* e entre os *contas próprias sem estabelecimento* concentra apenas aqueles que têm ponto fixo;
- c. são nesses três primeiros decis de renda que se concentra relativamente grande número de mulheres: entre os 30% que ganham menos estão 43% das mulheres e 23% dos homens que trabalham, sendo que a predominância femini-

na é significativa entre os grupos de trabalhadores mencionados no item b.

A abordagem conceitual adotada e os resultados obtidos (embora não conclusivos para generalizações, pois, além dos dados constituírem-se em um instantâneo do Município de São Paulo, mereceriam tratamento estatístico adicional e a corroboração ou retificação de evidências empíricas procedentes de outros estudos) levam a não priorizar políticas de emprego e renda específicas para o Setor Informal. Essas devem ser concebidas de forma integrada, não só porque medidas de política econômica ressoam sobre o Informal, como determinadas medidas podem aumentar a qualidade de vida da população independentemente da forma de participação na produção e diminuir níveis relativos de pobreza, por meio de aumentos da renda real, melhorando a rede de transporte e de comercialização de produtos básicos, os equipamentos de saúde, de difusão cultural, de educação, comunitários e a infra-estrutura físico-urbana em geral, além de difundirem-se em especial para contingentes de menor renda, as formas e possibilidades de acesso a esses serviços.

Por outro lado, torna-se difícil sustentar propostas de políticas de emprego e apoio ao Setor Informal quando a maior parte dos trabalhadores são assalariados e parte substancial de têm condições de trabalho e níveis de renda precários - no caso do Município de São Paulo 44% recebem até três salários mínimos -, e quando se admite que as rendas do Setor Informal são condicionadas à distribuição de renda do Setor Formal.

NOTAS

- (1) Merrick, T. (1976, p.351); Mazudmar, D. (1976, p.675); Tokman, V.E. & Souza, P.R. (1978, p.891); Cavalcanti, C. (1978, p.31) Cavalcanti, C. & Duarte, R. (1980, p.41-45).
- (2) Cacciamali, M.C. (1983).
- (3) Esta é uma característica do trabalho autônomo. Contudo, produtores altamente especializados, por exemplo, profissionais liberais, podem auferir altos níveis de renda que lhes permite aumentar a acumulação pessoal; mas, dependendo da natureza da atividade, não podem ampliá-la mormente se dependerem do próprio trabalho (ou prestígio), ou se o mercado for restrito. Quando isso é possível, se transformam, em geral, em firmas capitalistas.
- (4) O fluxo de produção é descontínuo e intermitente, por exemplo, para as atividades ligadas à construção civil, à reparação de duráveis e às atividades que recebem encomendas em determinadas épocas do ano como costureiras, joalheiros, estampadores e diversos artesãos.
- (5) As categorias analíticas utilizadas neste estudo foram apresentadas em Cacciamali, M.C. (1980b). Seu desenvolvimento e os critérios que conduziram à sua operacionalização foram apresentados paulatinamente em Cacciamali, M.C. (1980a); Cacciamali, M.C. (1982b) e Cacciamali, M.C. (1982a).
- (6) Exceção feita aos *contas próprias* que se ocupam em atividades de reparação e construção de moradias.
- (7) Os motoristas de táxi e furgões, a rigor, também poderiam ser considerados como *conta própria com ponto*, considerando-se como ponto o próprio instrumento de trabalho.
- (8) O cadastro de endereços utilizado para a coleta primária dos dados se constitui em subamostra do cadastro constituído pela EMPLASA para a pesquisa Origem-Destino, realizada em 1977. A seleção desta subamostra foi aleatória e proporcional à estratificação, existente por zona urbana e padrão arquitetônico do domicílio, no cadastro original.

- (9) Excluindo da população total as crianças até 9 anos inclusive, as taxas de participação na produção para homens, mulheres e total são respectivamente 70%, 37% e 52%. Este perfil não difere para o total de participação urbana do País (PNAD, 1978), alterando-se contudo quando se desagregam os dados por sexo e faixa etária. O Município de São Paulo, frente ao Brasil Urbano revela: menor participação na produção de jovens até 14 anos e adultos com mais de 60 anos e maior participação de mulheres na produção, exceto nas faixas etárias até 14 anos.
- (10) Prandi, J.R. (1978). Este estudo apresenta um perfil da distribuição de trabalhadores por conta própria, por ramo de atividade na cidade de Salvador em 1971 bastante semelhante àquela apresentada aqui para São Paulo. Alteram-se principalmente entre essas duas cidades e a proporção de trabalhadores por conta própria na produção de mercadorias e construção civil, maiores para a cidade de Salvador. Além do espaço de tempo entre as duas coletas de informações, o grau de desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas entre essas duas cidades devem estar colaborando para essas alterações. Vejam-se p.110 e seguintes.
- (11) Siegel, S. (1981, p.258-68).
- (12) Observa-se que a inclusão neste grupo dos profissionais liberais por conta própria e com estabelecimento não altera a ordenação dos postos obtidos.
- (13) Contas próprias sem estabelecimento agrega as categorias *trabalhadores por conta própria com ponto fixo e por conta própria sem ponto*.
- (14) Alguns esclarecimentos tornam-se necessários. Entende-se por escolaridade "precária", os níveis abaixo do 1º grau completo (exclusive). Os níveis de qualificação reportam-se a uma classificação adotada pela autora, que teve como pontos de partida estudos do SENAI e do DIEESE. Imputou-se aos níveis de renda dos assalariados o 13º salário proporcional ao tempo de permanência no posto de trabalho.
- (15) Este teste consiste em fixar os grupos de trabalhadores a serem comparados, extrair a proporção para cada variável em estudo e posteriormente testar:
- $$H_0 : P_1 = P_2 \text{ (} P_1 \text{ não difere significativamente de } P_2 \text{)}$$
- $$H_0 : P_1 \neq P_2$$
- A variável construída para a realização do teste é:

$$Z_c = \frac{P_1 - P_2}{sdp}$$

$$= \frac{P_1 - P_2}{\sqrt{P(1-P)} \left(\frac{1}{n_1} + \frac{1}{n_2} \right)}$$

em que:

$$P = \frac{P_1 n_1 + P_2 n_2}{n_1 + n_2} e$$

P_1 = proporção da categoria analítica 1 para a variável con
siderada;

P_2 = proporção da categoria analítica 2 para a variável con
siderada;

n_1 = número de observações da categoria analítica 1;

n_2 = número de observações da categoria analítica 2.

Veja-se: Downie, N.M. & Weath, R.W. (1974).

BIBLIOGRAFIA

Cacciamali, M.C. Algumas considerações metodológicas para pesquisas de emprego e renda (apreensão do mercado de trabalho em espaços urbanos). *VIII Encontro Nacional de Economia*, BSB, 1980 a.

Segmentação na produção, mercado interno e setor informal. IPE/FEA/USP, 1980b. (Trabalho para Discussão Interna, 16).

Políticas de emprego e renda: possibilidades para o setor informal. São Paulo, IPE/FINEP, 1982a. (Relatório IPE/FINEP).

Relações de trabalho (situação no trabalho) no Município de São Paulo. São Paulo, IPE/USP, 1982b. (Trabalho para Discussão Interna, 8).

Família, trabalho, e níveis de renda, FIPE, 1983a. (mimeo).

Setor Informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo, FIPE, 1983b.

Cavalcanti, C. A viabilidade do setor informal: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife. Recife, IJNPS, 1978.

& Duarte, R. O setor informal em Salvador: dimensões, natureza e significação. Recife, SUDENE, FUNDAJ/MTb, 1980a.

A procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza. Recife, SUDENE/FUNDAJ/MTb, 1980b.

Downie, N.M. & Wheat, R.W. Basic statistical methods. N.Y., Harper International Edition, 1974.

Mazudmar, D. The Urban Informal sector. *World Development*, 4 (8), 1976.

Merrick, T.W. Employment and earnings in the informal sector in Brazil: the case of Belo Horizonte. *The Journal of Developing Areas*. 10 (3). Apr. 1976.

Merrick, T.W. & Brito, F.A. Migração, absorção de mão-de-obra, distribuição de renda. *Estudos Econômicos*, FIEPE/USP, 1(4) Jan/maio. 1974.

Moser, C. Informal Sector or petty commodity production; dualism or dependence in urban development. *World Development*. 6 (9/10). Oct. 1978.

Oit. *Employment, income and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra, 1972.

Prandi, R. O trabalhador por conta própria. Tese de Doutorado, apresentada à FFCHL/USP, 1979, São Paulo.

Prealc. *Setor Informal: funcionamento y políticas*. Santiago, 1978.

Siegel, S. Estatísticas não-paramétricas para ciências sociais. N.Y., McGraw-Hill, 1981.

Souza, P.R. Salário e mão-de-obra excedente. Valor da força de trabalho e acumulação capitalista. *Estudos Cebrap*, 25, São Paulo, Brasiliense, 1979.

Tokman, V.E. & Souza; P.R. El sector informal urbano en America Latina. *Revista Internacional del Trabajo*, 94 (3), nov/dez. 1976.

Distribución del ingreso, pobreza, empleo en areas urbanas. *El Trimestre Económico*, jan./abr. 1978.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO E SETOR INFORMAL

Introdução

O objetivo do presente artigo é apresentar alguns resultados sobre uma análise comparativa entre a distribuição de renda da população ocupada no Município de São Paulo em 1980 e a forma sob a qual esta população participa da produção.

Parte dos estudos sobre distribuição pessoal da renda tomam por base quadros que apresentam a distribuição dos indivíduos segundo classes ou intervalos de renda. Esse *instrumental* não permite comparações nem entre *segmentos* de trabalhadores, nem entre indivíduos com diferentes posições sociais na produção. Nesse sentido, essas análises não são formuladas para tornar explícito o impacto do processo do padrão de acumulação sobre a apropriação da renda por parte de diferentes segmentos sociais.

O desconhecimento dessas relações não só omite informações sobre a qualidade do desenvolvimento econômico que vem sendo gestado, como obsta a formulação de políticas de emprego e renda, mormente se essas se dirigem a segmentos específicos. Além do que esse tipo de análise não considera a renda percebida pelo indivíduo como contrapartida da forma social pela qual esse participa na produção.

Assim, este artigo propõe que estudos sejam compreendidos sobre esse tema e que sejam enfatizados aspectos teóricos e metodológicos a respeito dos impactos do processo de acumulação sobre a distribuição de renda entre segmentos sociais.

O presente estudo parte do pressuposto que numa sociedade capitalista as diferentes formas de participação na produção emergem das diferentes existentes entre os indivíduos, organizados em famílias, no que se refere primordialmente à propriedade ou comando sobre meios de produção e de força de trabalho, e num segundo plano às diferenças quanto às ocupações existentes na produção social, quanto às habilidades e qualificações da força de trabalho individual, e as respectivas características pessoais. Nesse sentido essas diferenças são explicitadas e servem de base para construção de um conjunto de categorias analíticas que permite análises comparativas sobre a apropriação da renda entre diferentes formas de participação na produção.

Os indivíduos que possuem propriedades e/ou comando sobre meios de produção e comando sobre força de trabalho são categorizados como *proprietários* ou *organizadores da produção*, aqueles que não tem propriedade de meios de produção ou instrumentos de trabalho, vendem o que possuem - a força de trabalho - são definidos como *assalariados*. Entre esses últimos definem-se três grupos em função do local da natureza do trabalho: *na produção* ou *fora da produção*, caso estejam exercendo atividades de execução na produção direta de mercadorias no primeiro grupo, se em escritórios ou em serviços de apoio no segundo grupo. A terceira categoria é definida em função do assalariado estar exercendo atividades de supervisão ou controle sobre a força de trabalho envolvida nas atividades de execução. Em síntese os indivíduos que participam da produção nas formas de organização capitalistas são categorizados em proprietários, organizadores da produção, supervisores ou controladores e assalariados na produção ou fora da produção.

Por outro lado, não são essas as únicas formas de participação na produção. Existem trabalhadores que de posse de instrumentos de trabalho ocupam sua força diretamente na produção de mercadorias ou serviços, podendo contar para exercer sua atividade com a ajuda não sistemática de poucos trabalhadores ou membros da família, que constituem extensão do seu próprio traba-

lho direto na produção. Esses trabalhadores compõe a categoria *por conta própria*.

O critério primordial que delimita a figura do *conta própria* é a forma de organização da produção e de trabalho exercida por ele. O proprietário dos instrumentos de trabalho deve constituir-se no produtor *direto* da mercadoria (artesão, por exemplo) ou do serviço (ambulante, por exemplo). Em outras palavras, o produtor direto encerra também as atividades de *gestão* do negócio ou atividade.

Para os propósitos deste estudo, os trabalhadores por conta própria foram subdivididos de acordo com o tipo de local de trabalho, pois acredita-se que esse reflita gradações qualitativas em termos de instrumentos de trabalho e de organização da atividade, e que essas gradações tenham efeito sobre a renda auferida pelo trabalhador. Assim, essa categoria foi desagregada nos seguintes grupos: *com estabelecimento*, em que o local de trabalho é separado do domicílio, ou a ele coplado, mas nesse último caso está fisicamente separado e destina-se especificamente ao trabalho; *com ponto*, local no domicílio ou fora do domicílio destinado regularmente ao trabalho; e *sem ponto* em que inexistente um local destinado regularmente ao trabalho.

Resta comentar dois grupos de trabalhadores que em função da peculiaridade de sua ocupação e forma de apropriação de renda foram considerados em separado para efeito de análise: os *empregados domésticos* e os *assalariados informais*. Os primeiros embora assalariados prestam serviços em *unidades de consumo* ou famílias. Os segundos também *assalariados*, constituem-se nos ajudantes dos trabalhadores por conta própria. Esses últimos, em particular, tem dupla restrição na percepção da renda, dependem da renda do trabalhador por conta própria e da inserção desse na produção.

A materialização das categorias analíticas expostas procede de um levantamento primário de informações realizado pela FIPPE, em 1980 no Município de São Paulo. O tratamento e a elaboração de classificações a partir dessa fonte de dados concretizaram o estudo comparativo entre formas de participação na produção.

A comparação entre a distribuição de renda dos ocupados no Setor Formal e Informal foi realizada tendo como base a comparação entre níveis de renda auferidos por indivíduos que participam da produção sob diversas formas. O Setor Informal é neste trabalho associado às formas de organização da produção que não se baseiam, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Constituem-se num espaço econômico subordinado e intersticial aos movimentos das formas de organização da produção capitalista, movimentos esses imprimidos e consolidados pelas grandes firmas. É um único movimento provocado pela dinâmica das firmas oligopolistas que fortalece, mantém, cria ou destrói atividades produtivas, estejam essas organizadas sob quaisquer forma. Não se afirma que os demais *segmentos* da produção não tenham movimentos, mas sim, que seu espaço econômico e que seus movimentos estão condicionados à dinâmica do segmento oligopolista da produção.

Esse último tema foi desenvolvido na primeira seção; a segunda se preocupa em apresentar os procedimentos adotados e as informações sobre a distribuição de renda entre os indivíduos e as famílias, que representam diversas formas de participação na produção e relacionadas aos setores Formal e Informal. Por último, tecem-se algumas conclusões e considerações sobre a atual fase recessiva da economia, o desemprego e o Setor Informal.

À guisa de conclusão antecipa-se ao leitor que não se pode afirmar, sob a conceituação do Setor Informal aqui adotado, que os ocupados desse Setor percebam e se apropriem de menor parcela da renda total quando comparados aos ocupados do Setor Formal, em especial quando comparados com os assalariados que participam na produção direta de bens.

1. Setor Informal: Conceituação, Dinâmica e Níveis de Renda

As formas de organização da produção que não utilizam trabalho assalariado são tratadas, pela maior parte dos autores que estudam o Setor Informal, sob a ôtica da firma capitalista. Seria uma minifirma prestes a crescer ou a permanecer indefinidamente como tal⁽¹⁾. Geralmente, não levam em conta nem os movimentos da produção, nem o fato de, hoje, a estrutura dessa produção não ser favorável a que firmas *desprotegidas* se tornem capitalistas, em vista das exigências de volume de capital, apropriação de tecnologia, estratégias de mercado, etc. Além disso, atribuem pouca ênfase às características e à organização próprias do Setor Informal, que abarca essas diferentes formas de organização da produção, e tratam-no como homogêneo, o que os impede de focar as diversas especificidades no interior do quadro produtivo e de promover, se for o caso, políticas dirigidas. Por fim, atribuem pouco peso ao fato de a produção informal, sendo subordinada aos movimentos da produção capitalista, merecer uma análise por meio do processo de acumulação em movimento e das relações que interpenetram as formas de organização da produção.

O Setor Informal na visão que está sendo aqui apresentada é, em essência, analisado:

- i) em função do processo de desenvolvimento capitalista encerrado em uma dada realidade, numa dimensão espaço-temporal específica e não no sentido genérico;
- ii) tendo como referência o ritmo e padrão de acumulação posto em movimento naquela realidade;
- iii) como sendo forma de organização da produção e de trabalho específica, com características próprias, no qual o produtor direto também é proprietário dos meios de trabalho;

- iv) como forma de organização da produção dinâmica que se insere e se amolda aos movimentos da produção capitalista. Sua composição e seu papel modificam-se com o padrão de expansão e reprodução capitalista e, assim, ele é continuamente deslocado e recriado, tornando-se flexível e permeável, adaptando-se às condições gerais da economia, em especial, da urbana;
- v) a distinção analítica - Setor Informal - impõe-se somente face às necessidades de se conhecer a composição e as regras de funcionamento que articulam a evolução dessa produção aos elementos motrizes do sistema econômico. Assim, esse corte no quadro produtivo, neste trabalho, não pretende ter as conotações frequentemente adotadas nas análises duais (autonomia, complementariedade, tradicionais, *desprotegido* etc) e nem a associação imediata com baixo nível de renda ou pobreza.

Neste sentido, acredita-se que o enfoque aqui estabelecido para o Setor Informal pode esclarecer a discussão a respeito das condições econômicas urbanas e da qualidade do desenvolvimento capitalista, em curso nos principais centros urbanos brasileiros, mormente em São Paulo.

1.1. A Conceituação de Setor Informal Adotada

A produção informal é entendida aqui como o conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos⁽²⁾, os interstícios, não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista, que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas⁽³⁾.

As características que definem essas formas de organização da produção podem ser sintetizadas nos seguintes itens: (i) o produtor direto é o possuidor dos instrumentos de trabalho e/ou de estoque de bens para realização de seu trabalho⁽⁴⁾; (ii) ele emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão do seu próprio trabalho, obrigatoriamente participa diretamente da produção e conjuga essa atividade com aquela de gestão; (iii) o produtor direto vende seus serviços ou mercadorias e recebe um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente, para consumo individual e familiar e para manutenção da atividade econômica, e mesmo que o indivíduo aplique seu dinheiro com o sentido de acumular, a forma como se organiza a produção, com apoio no próprio trabalho, em geral, não lhe permite tal acumulação⁽⁵⁾; (iv) a atividade é dirigida pelo fluxo de renda que a mesma fornece ao trabalhador e não por uma taxa de retorno competitiva; é desta renda que se retira os salários dos ajudantes ou empregados que possam existir; (v) nesta forma de produzir, não existe vínculo impessoal e meramente de mercado entre os que trabalham - entre estes encontra-se com frequência a mão-de-obra familiar; (vi) o trabalho pode ser fragmentado em tarefas, mas isso não impede ao trabalhador apreender todo o processo que origina o produto ou serviço final, processo este muitas vezes descontínuo ou intermitente, seja pelas características da atividade, pelo mercado ou em função do próprio produtor⁽⁶⁾.

Em vista de todas estas características, praticamente não existe acumulação e nem saltos tecnológicos quando a atividade está em andamento. Quando estes saltos se processam, geralmente, trata-se de uma resposta à redefinição das relações com o Setor Formal⁽⁷⁾.

Ao nível mais geral, pode-se afirmar que, para os trabalhadores por conta própria, a propriedade dos instrumentos de trabalho, o conhecimento e o controle do processo de trabalho, a habilidade para sua realização e a apropriação do produto lhes conferem maior domínio sobre o exercício do trabalho, quando com

parados à massa de assalariados em relação a seus postos de trabalho. Em contrapartida, a prática do trabalho é, basicamente, individualista, ratificando traços individualizantes do trabalho e do produtor. Assim, a habilidade individual, as relações pessoais, os diferentes graus de irregularidades na atividade - no limite a regularidade da irregularidade -, a multiplicidade de funções, o fato novo enfrentado pela manhã reafirmam a heterogeneidade e caracterizam o *individualizante*. O espaço econômico ocupado, a necessidade de adaptar-se, em geral, ao nível de produtividade média social, o tempo de trabalho, bem como as relações de mercado refletem a subordinação das condições de trabalho e dos níveis de renda desses produtores às formas de organização e da produção capitalista.

1.2. Composição e Dinâmica do Setor Informal

O Setor Informal, em função do padrão de crescimento e do desenvolvimento capitalista encerrado em uma dada realidade, é representado por uma determinada composição de atividades, cuja importância pode variar em termos de espaço econômico, valor da produção, tamanho e composição do mercado.

Pode-se afirmar que, em regiões relativamente mais atrasadas do ponto de vista da consolidação da estrutura de produção capitalista, existe, em geral, maior espaço econômico para trabalhadores autônomos dedicados à manufatura de bens de consumo tais como alimentos, calçados, móveis e utilidades domésticas⁽⁸⁾. Já nas regiões mais desenvolvidas, os produtores informais concentram-se relativamente mais em atividades do setor terciário. No entanto, indiferente ao desenvolvimento da região, à medida que o mercado se amplia e a tecnologia imprime níveis de produtividade social que permitem a exploração dos mercados ocupados em bases capitalistas, a produção informal é deslocada e, não obrigatoriamente, extingue-se. O movimento relevante é que a produção capitalista pode vir a destruir certas ativida-

des informais num determinado momento e local e, simultaneamente, criar e recriar outras.

Portanto, o Setor Informal tem de ser analisado em função do nível de desenvolvimento alcançado e do vigor do padrão, do ritmo de expansão e reprodução capitalista, já que seu espaço se reduz e se amplia e sua composição se altera em função do quadro e do caminho do desenvolvimento econômico-social.

Quando o capital captura uma atividade dominada por produtores informais, estes são, em geral, destruídos por firmas que absorvem *relativamente* menos trabalho em virtude de apresentar patamar de produtividade mais elevado. Simultaneamente, a produção capitalista como um todo pode ampliar esse mercado específico ou, então, plantas adicionais podem ser introduzidas em outros ramos e mercados. Os trabalhadores informais nessa situação se assalariam, se deslocam para outra atividade informal, ficam desempregados ou são obrigados a abandonar temporária ou definitivamente a produção. Isto dependerá, principalmente, do vigor, do ritmo e do padrão de crescimento econômico e, portanto, das opções de postos de trabalho oferecidas pelo conjunto dos ramos e atividades econômicas, pelas formas de organização da produção capitalista e pelo espaço econômico permissível às atividades informais. Também as características pessoais e habilidades profissionais que o trabalhador informal possua, a capacidade de resistência ou não para abandonar o Setor Informal e suas possibilidades efetivas para não se assalariar, são aspectos importantes nos movimentos dos produtores deste setor⁽⁹⁾.

Diversos fatores intervenientes neste processo devem ser analisados. Por um lado, devem ser observadas as maneiras como ocorre a penetração capitalista na produção e no mercado de cada atividade informal e o tipo de mercado criado por essa penetração, o desenvolvimento tecnológico e os níveis de produtividade alcançados pelas formas de organização da produção capitalista que penetram a produção e mercado da atividade informal; bem como as estratégias adotadas para captura de cada mercado. Por outro lado, o tipo de atividade informal, seus mercados de

compra e venda e a capacidade de resistência e da criatividade na ocupação dos espaços econômicos por parte dos trabalhadores autônomos também devem ser computados. Esses movimentos, apesar de assimétricos, a favor das formas de organização da produção capitalista, é que fornecerão o quadro e a composição das atividades informais. A produção capitalista, além da superioridade de tecnologia e das relações produtividade/preço, fator primordial na destruição de atividades informais, também pode promover essa destruição pela penetração de produtos e serviços realizados em larga escala que alteram os hábitos de consumo, sendo que nos produtos e serviços de consumo de massa este fato é mais marcante (alimentos, móveis e utensílios domésticos, roupas, calçados, medicamentos, serviços de reparação de bens duráveis, por exemplo).

No caso brasileiro, os últimos trinta anos caracterizam-se pelo crescimento industrial, comandado por bens de consumo duráveis. Esse padrão de crescimento expandiu todos os ramos e atividades econômicas, assim como trouxe consigo a criação de outros ramos e atividades, isto é, gera-se uma ampliação da divisão social do trabalho que se reflete em um espalhamento, em um leque de ramos de atividades e trabalhos. É um movimento no qual a contrapartida da produção industrial reflete-se tanto na totalidade da produção, como na diversificação e ampliação das necessidades dos indivíduos que, em parte, passam a ser atendidas de forma desigual e qualitativamente questionável.

Tal movimento acelera-se nos últimos 15 anos, devendo-se ressaltar o seu impacto sobre o Setor Serviços, por ser este mais passível, em determinados ramos, de exploração informal. Esse setor, ao longo do período caracterizado, muda sua configuração e composição: ampliam-se os ramos e atividades de serviços de apoio à produção industrial, aqueles ligados às unidades de consumo⁽¹⁰⁾ e aos indivíduos e os serviços sociais. A ramificação do espaço econômico permite que se abram interstícios⁽¹¹⁾ que são ocupados, em parte, por produtores autônomos, pois algumas dessas atividades podem ser realizadas pelo Setor Informal.

É o caso das atividades de reparação de toda a parafernália dos duráveis: carros, geladeiras, máquinas de lavar, etc. dos armazéns; dos ambulantes; dos representantes autônomos; dos motoristas de táxi; dos camioneiros autônomos; e de inúmeros outros trabalhos autônomos. Concomitantemente à elevação da concentração de renda associada a esse padrão de crescimento econômico, promoveu-se a criação de serviços domésticos às unidades de consumo, aos indivíduos e domésticos, sendo que os dirigidos às unidades de consumo e indivíduos de renda relativamente alta expandiram-se e diversificaram-se (costureiros, boutiques de roupas e calçados artesanais, jóias, serviços de tratamentos pessoais, diversões, lazer etc).

Por outro lado, à medida que a produção capitalista se expande e captura os ramos da produção de bens de consumo, tornando-os de massa, a produção informal *substituta* a este bem torna-se inviável⁽¹²⁾. Enquanto esse movimento ocorre, o espaço produtivo para as atividades informais se desloca paulatinamente para o fornecimento de serviços, mormente aqueles destinados às unidades de consumo e aos indivíduos e ao comércio. A coexistência com a produção formal, se esta também atua nessas atividades, dá-se seja pela diferenciação do que é oferecido - qualidade/preço, laços pessoais entre clientela e trabalhador, alta qualificação e especialização do trabalhador, demanda de luxo, facilidades de pagamento, etc. - seja por se preencher espaços econômicos distintos - atuação das atividades informais na periferia urbana - ou inexistência dessa atividade sob forma de organização da produção capitalista⁽¹³⁾.

As atividades informais que são criadas ou recriadas - novas -, com origem no próprio padrão capitalista de expansão e de distribuição de renda que lhe é associada ou não, dispõem de mercado, e/ou de tecnologia, e/ou de rentabilidade para serem exploradas total ou parcialmente por firmas capitalistas. As atividades recriadas têm conotação de novas pois correspondem à alteração das relações no exercício do trabalho decorrente do progresso técnico que modifica os processos produtivos e de tra

balho. Por exemplo, poder-se-ia crer que o serviço doméstico corresponde a um resquício do passado, no entanto, tal ocupação apresenta hoje outras relações no exercício do trabalho; desligamento da unidade de consumo, horas trabalhadas, instrumentos de trabalho etc. É uma atividade vinculada à manutenção dos membros da unidade de consumo, realizada nos dias de hoje sob a mesma forma que no passado somente com modificação no conteúdo da atividade. Em suma, a expressão e o espaço entre as relações das formas de organização da produção capitalista e seus interstícios mudam ao longo do tempo tendo por base o desenvolvimento tecnológico e econômico e alteração nas relações sociais⁽¹⁴⁾.

No Brasil, o desenvolvimento capitalista monopolista atual transforma o quadro produtivo, fundamentalmente, em função da expansão e crescimento das firmas oligopólicas e a ocupação dos espaços econômicos perpassa às demais unidades produtivas - formais e informais - em consonância com essa expansão. A configuração desse movimento é apreendida pela interdependência entre os ritmos de expansão e crescimento das grandes firmas e sua incidência sobre a ramificação e desaparecimento dos demais ramos, firmas e atividades. A produção capitalista expande-se explorando as esferas e ramos da produção que forneçam, em função do tamanho do mercado e do nível tecnológico, taxa de retorno competitiva. As grandes empresas, ao imprimir sua dinâmica sobre o espaço econômico, delimitam os interstícios permissíveis para a produção informal, isto é, ao se fixarem, determinam, em um só movimento e de forma simultânea, o leque das possíveis formas de produzir informalmente em um dado momento. Este processo decorre do ritmo de expansão dos ramos que estão sendo explorados por firmas e daqueles que estão condenados ou gerados pelo padrão de crescimento econômico, do perfil de distribuição de renda e da impressão de níveis mínimos de produtividade social que dispõe o quadro dos processos produtivos. É neste sentido, portanto, que o Setor Informal guarda subordinação ao Formal, não podendo avançar no terreno produtivo explorado pelas firmas capitalistas - espaço este, aliás, inconstante, continuamente

te redefinido -, mas extinguindo-se ou expandindo-se, em espaços ainda não ocupados, abandonados, criados e recriados pela produção capitalista.

1.3. Setor Informal e Níveis de Renda

Nas circunstâncias apresentadas, o Setor Informal apresenta inicialmente duplo caráter: constitui-se tanto em atividades de rendas relativamente altas e condições de trabalho mais satisfatórios, quando comparadas com o conjunto de postos de trabalho assalariados⁽¹⁵⁾, como também em expediente de mera sobrevivência física. O primeiro conjunto de atividades está associado principalmente a serviços qualificados, mercados cativos ou dirigidos para demandas de alto nível de renda ou salário. Destacam-se, neste caso, pequenos comerciantes, prestadores de serviços e técnicos, cuja remuneração, caso se transformassem em assalariados, seria, em geral, inferior à atual. Não obstante, tais atividades, potencialmente, estão sujeitas a sofrer deslocamentos pela expansão capitalista a não ser que diferenciem os produtos e serviços oferecidos ou que estes não possam ser explorados por firmas capitalistas. Neste caso, como exposto anteriormente, em geral, os trabalhadores expulsos do Setor Informal podem voltar a ele na mesma atividade em outras bases ou em outras atividades intersticiais, caso contrário tornar-se-ão assalariados. O segundo conjunto de atividades informais que objetiva a mera sobrevivência física faz com que o Setor Informal, como ressaltado anteriormente, também se constitua de atividades precárias, instáveis, ocasionais, cujos níveis de renda, em geral baixos, mal conseguem suprir as necessidades mínimas do trabalhador que as exerce. Receptáculo para aqueles que possuem baixa qualificação e não têm meio de vida e/ou por opção, e/ou por não serem absorvidos de forma regular por algum empregador, ali se inserem. No entanto, o fato de o Setor Informal requisitar, para a ocupação de parte substancial do espaço econômico

que lhe é permissível, gradação de propriedade e/ou comando de instrumentos de trabalho e qualificação e/ou experiência profissional pode impedir o acesso de contingentes desprovidos dessas qualidades. Assim, a maior parte destes irá se colocar em trabalhos braçais ou em serviços gerais, seja como assalariados (ajudantes gerais na indústria de transformação e construção civil, carregadores, serviços gerais de limpeza, de alimentação, de segurança), como ajudantes de trabalhadores autônomos ou no serviço doméstico. Esta parcela, contudo, não constitui o Setor Informal como um todo.

Deve-se ressaltar que, no Setor Informal, além do tipo de atividade e dos custos de produção, outros fatores determinam a renda, quais sejam: o tamanho do mercado, isto é, a renda da clientela; o número de integrantes na atividade; e o poder de barganha aos produtores informais que estão envolvidos. Os ganhos do produtor informal enfrentam, além da eventual concorrência, a barreira da renda do cliente; por sua vez, os proventos dos ajudantes deste produtor são duplamente influenciados pela renda dos clientes e do produtor para quem trabalham. No entanto, mesmo em atividades precárias, os trabalhadores autônomos não obrigatoriamente percebem rendas relativamente baixas quando comparadas às de postos de trabalho assalariado, como por exemplo operários não qualificados em geral, da construção civil em particular, mensageiros e ajudantes em geral nos escritórios ou balconistas no comércio. Em outras palavras, o fato de conjuntos de trabalhadores que auferem baixo nível de renda participarem do Setor Informal e, em determinadas circunstâncias, serem até a maioria relativa do setor não implica que a maior parte dos trabalhadores de rendimentos relativamente inferiores esteja no Setor Informal. Estes devem se espalhar nos Setores Formal e Informal.

Por outro lado, o Setor Informal pode absorver também parte dos trabalhadores expulsos das relações de assalariamento em função de força física, idade, sexo, habilidade, etc., desempregados que optam por abandonar esta relação vindo no Setor Infor

mal uma alternativa de sobrevivência. Também pode absorver de forma irregular, em determinadas atividades e em momentos de rebaixamento de renda real, parcelas de assalariados e diversos membros da família - esposa e filhos que se lançam nessas atividades como forma de complementar a renda familiar. Deve ainda ser observado que mesmo em elevados níveis de renda as condições de trabalho por conta correspondem à aspiração de muitos trabalhadores por se libertarem de um padrão, de um chefe ou de horários rígidos. Muitos se estabelecem por conta após terem sido assalariados e terem acumulado dinheiro de bens, ou mesmo após terem se desligado desta relação e recebido os direitos trabalhistas.

1.4. Setor Informal e Ciclo Recessivo da Economia

Quando da existência de um ciclo recessivo da economia, quando o emprego e a utilização dos meios de produção se retraem de forma generalizada nas formas de organização de produção capitalista, o Setor Informal também se ressentem. Em primeiro lugar, principalmente nos países em que não existem mecanismos institucionalizados que protegem o desempregado, esse procurará um meio de ganhar a vida e dentre as diversas opções existem as atividades desse Setor. No entanto, conforme ressaltado anteriormente, encontrará diversos obstáculos para ingressar nessas atividades: a necessidade de meios de trabalho, o conhecimento e a habilidade para exercer a atividade, a renda do mercado que também se retrai e a resistência dos que estão estabelecidos, sejam estes últimos formais ou informais⁽¹⁶⁾. Quanto maior for o grau de desenvolvimento capitalista de uma determinada realidade econômica, maiores serão os requerimentos exigidos para exercer uma atividade informal e maior será a resistência dos estabelecidos a entrada de novas ingressantes. Por outro lado, quanto menor a renda do mercado dessa atividade maior será o bloqueio a entrada de informais. E, por último, o montante de

dinheiro e bens disponíveis, bem como as características pessoais que o indivíduo possui influenciarão nas possibilidades de obter sucesso junto ao Setor Informal. Nesse sentido, não é de esperar uma relação mecânica entre desemprego no Setor Formal e aumento de ocupação no Setor Informal, pois muitos dos que esperam sobreviver dessas atividades serão mal sucedidos e expulsos dessas atividades. E, quando a atividade não apresentar *barreira a entrada* o que ocorrerá é um achatamento da renda média dos produtores informais, o que acabará também por expulsar boa parte. Assim pode-se esperar que no início de uma fase recessiva a participação dos trabalhadores informais no PEA, aumento pouco ou até se mantenha constante, e que as taxas de desemprego aberto e de *subemprego formal* aumentem mormente, estes últimos. No entanto, se a recessão se prolonga a taxa de desemprego aberto manter-se-ia a níveis alto e o Setor Informal pode vir a receber fluxos de trabalhadores, mormente, em conjuntos de atividades e ocupações, precários que compõe o Setor *lavador de carros*, etc). Com certeza, uma recessão prolongada implicará maiores níveis de pobreza para segmentos de força de trabalho estejam eles inseridos em trabalhadores formais e informais e numa ampliação de diversos graus de ociosidade da força de trabalho (subemprego, desemprego aberto, etc.).

2. Evidências Empíricas sobre a Distribuição da Renda entre Formas de Participação na Produção

Adotou-se a pesquisa domiciliar como forma mais viável para se apreender as diversas maneiras pelas quais os indivíduos participam da produção, inclusive porque certas atividades, que se por definição, são *invisíveis*. Não havendo registro em lugar algum, a única opção foi a coleta de dados em domicílios. A realidade em estudo foi o Município de São Paulo representado por 804 unidades de consumo amostradas em janeiro de 1980⁽¹⁷⁾. O cadastro de endereços que foi utilizado se constitui em uma suba

mostra do cadastro constituído pela EMPLASA para a pesquisa Origem-Destino, realizada em 1977. A seleção desta subamostra foi aleatória e proporcional à estratificação do cadastro original por zona urbana e padrão arquitetônico do domicílio, critérios que pretendem representar as unidades de consumo do Município, bem como as desigualdades sociais aqui existentes.

O instrumental de coleta de dados adotado foi um roteiro de entrevistas ao invés de questionário, compreendendo elevado número de respostas em aberto e sem delimitação *a priori* das categorias analíticas adotadas. A imposição de limites *operacionais* rígidos foi evitada, pois isso poderia obscurecer nuances de formas de organização da produção e do trabalho que podem vir a comprometer tanto a própria construção das formas de participação como as interpretações sobre as condições de trabalho e níveis de renda. Ao longo da entrevista, um conjunto de respostas fornece um quadro que indica sob que forma se dá a participação do indivíduo na produção e quais as *áreas cinzentas* nessas categorias.

A construção do instrumental levou em conta dois grandes conjuntos de informações: características gerais da população (idade, sexo, estado civil, relação com o chefe da unidade de consumo, grau de escolaridade e local de nascimento); participação na produção; forma de participação; requisitos; condições de trabalho; e nível de renda.

Foram considerados como participantes na produção de indivíduos que, no momento da entrevista:

- . estavam trabalhando de forma a obter um fluxo de renda, ou sem remuneração, em algum posto de trabalho ou atividade voltada para o mercado, exclui-se, portanto, o trabalho não remunerado na produção doméstica;
- . não estavam trabalhando, mas estavam procurando emprego e já tinham trabalhado anteriormente;
- . estavam procurando o primeiro trabalho.

O conjunto de informações que consta no roteiro de entrevista e que possibilita que se definam os indivíduos segundo essas formas foram:

- . trabalho e sua descrição;
- . local de trabalho e posição na ocupação ou na atividade;
- . propriedade dos instrumentos de trabalho e/ou qualidade destes;
- . descrição do estabelecimento - ramo da produção, indicadores de vínculos com mercado (tipo de clientela e defor necedores) indicadores de tamanho (número de trabalhadores e volume estimado de capital).

Além dessas informações também foram coletas as seguintes:

- . requisitos para exercer o trabalho: sexo, idade e escola ridade;
- . condições de trabalho: horas trabalhadas por dia, tempo de permanência, qualificação e vínculo jurídico;
- . renda mensal auferida: esta informação foi apreendida separando-se as rendas do trabalho (atividade principal e secundária) das demais, e no caso dos assalariados imputou-se, proporcionalmente ao tempo de permanência no posto de trabalho, o 13º salário⁽¹⁸⁾.

Esse conjunto de informações permitiu que se construíssem categorias analíticas, listadas abaixo, que para efeito deste estudo descrevem as formas de participação na produção. Essas são o fulcro da representação do quadro distributivo da renda a ser exposto.

Quadro 1
Quadro síntese das categorias analíticas utilizadas

PROPRIETÁRIOS

PROFISSIONAIS LIBERAIS

ASSALARIADOS

Operários

Controladores na produção de bens

Em atividades de escritório

Controladores em atividades administrativas

Em atividades de apoio ou serviços

Controladores em atividades de apoio ou serviços

TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA

Com estabelecimento

Com ponto fixo

Sem ponto

ASSALARIADO INFORMAL

SERVIÇO DOMÉSTICO

O quadro 1 contém informações sobre o número de indivíduos e a renda total auferida em cada forma de participação na produção, bem como os respectivos percentuais relativos.

A estrutura de distribuição de renda entre esses segmentos sociais aponta que os *proprietários e organizadores da produção* constituem 4% dos indivíduos engajados na produção e percebem 15% da renda total, enquanto os trabalhadores representam cerca de 95% e se apropriam de 83% dessa mesma renda. Isso indica, para fins comparativos, e sem considerar as disparidades distributivas no interior de cada grupo, que para cada 1% dos proprietários ou organizadores na produção corresponde cerca de 4% da renda total, enquanto que para cada 1% dos trabalhadores essa relação é de 0,87%.

Entre os trabalhadores, os grupos que se apropriam proporcionalmente menos da renda total são: *serviço doméstico*, *as-*

- . ao elevarmos o limite de renda até dois salários mínimos os grupos *serviço doméstico* e *assalariado informal* predominam; e não existem diferenças significativas nem entre a proporção de trabalhadores por conta própria e assalariados, nem entre o grupo *operários* e *conta própria sem estabelecimento* (19).
- . acima de 5 salários mínimos, a proporção de trabalhadores por conta própria é superior vis-a-vis os assalariados, qualquer que seja a comparação que se deseje fazer, exceto para *contas próprias com ponto fixo*.

Sumarizando, os baixos níveis de renda se espalham entre todos os trabalhadores, no entanto, determinados segmentos percebem relativamente aos demais menores níveis de renda. É o caso dos *assalariados informais*, *serviço doméstico* e *conta própria com ponto fixo*, abaixo de dois salários mínimos em que não se observam diferenças significantes entre a proporção de trabalhadores por conta própria e assalariados, e acima de cinco salários mínimos proporcionalmente existem mais trabalhadores por conta própria.

Com o intuito de tornar mais clara essa questão construíram-se decis de renda que podem ser examinados nos quadros 5 e 6. A hierarquia anterior se repete e entre os 30% que ganham menos destacam-se *empregados domésticos*, *ajudantes de trabalhadores por conta própria*, *conta própria com ponto fixo* e *operários*. Outro fato a ser apontado é que nesses decis, 43% são mulheres e que essas predominam nas categorias que proporcionalmente se apropriam menos da renda total gerada.

Objetivando estabelecer uma ponte entre a distribuição individual da renda e a maneira como as famílias estão organizadas e se reproduzem apresentamos no quadro 7 a distribuição de renda das famílias, segundo a forma de participação na produção do *chefe de família* (20). A renda familiar nesse caso é a soma de todas as rendas percebidas pela família, independentemente da origem, do trabalho ou de outra fonte. Entende-se que essa rela

ção deve ser enfatizada visto que a família é a célula da organização social, local onde se reproduzem parcelas de relações sociais de produção e a própria força de trabalho.

Inicialmente, observa-se que a renda familiar mantém, apesar de um grau deprimido, a mesma hierarquia distributiva. São os mesmos segmentos sociais que se apropriam proporcionalmente menos da renda total. Isso permite intuir a baixa velocidade de transformação do perfil distributivo e colocar a família como ratificante da estrutura social e distributiva existentes.

Esse conjunto de informações nos levam a reconhecer que parcelas do Setor Informal proporcionalmente aos trabalhadores assalariados percebem baixos níveis de renda, ou seja os empregados domésticos, os ajudantes dos trabalhadores por conta própria e os por conta própria com ponto fixo, grupos esses em que a presença feminina é marcante. Quando se ascende a segmentos em que, embora hierarquicamente inferiores, o número de homens predominam, as diferenças se atenuam. Pode-se afirmar que não existem diferenças significantes em termos de apropriação da renda, nem entre a proporção de assalariados e de trabalhadores por conta própria, nem entre proporção de operários e contas próprias sem estabelecimento⁽²¹⁾.

CONCLUSÕES

O presente artigo apresenta o Setor Informal ocupando espaço econômico subordinado aos movimentos das firmas capitalistas e considera que os níveis auferíveis pelos produtores informais estão condicionados àqueles apropriados pelos participantes do Setor Formal. Em outras palavras, em um dado momento, e a uma determinada composição do perfil produtivo formal e informal, quanto mais alto o nível de renda apropriado pelos ocupantes do Setor Formal, maior será a renda potencial para os trabalhadores por conta própria, seus ajudantes e empregados domésticos.

À medida em que o processo de acumulação avança, deve-se ter presente que o espaço econômico passível de ser explorado em bases informais diminui relativamente e que o desenvolvimento do processo capitalista de produção não propicia condições políticas, ideológicas ou institucionais para o desenvolvimento da produção informal. Contudo, o Setor Informal é continuamente recriado, remodelando-se às modificações que ocorrem no perfil produtivo, movimentando-se no meio urbano em direção ao fornecimento de serviços, principalmente de consumo.

Em um período recessivo a produção informal tende a aumentar, mormente em países economicamente atrasados, em que não existem mecanismos institucionais que protejam o desempregado. Tende a aumentar, também, porque ocorrem modificações no perfil de demanda por bens e serviços que favorecem determinados segmentos do Setor Informal (por exemplo, serviços de reparação). No entanto, deve-se levar em conta dois elementos: Por um lado, o Setor Informal também sofre os impactos da recessão e alguns segmentos são até desativados face à contração de renda (mercado) e à reorganização do perfil produtivo como um todo. Por ou-

tro, existem barreiras (institucionais, necessidade de instrumentos de trabalho e de experiência na atividade, etc.) que impedem que esse Setor se constitua numa oportunidade efetiva e permanente de percepção de renda para os desempregados, sejam egressos do Setor Informal ou Formal.

Assim, ao longo de uma recessão prolongada em que a renda e os mercados vão se estreitando, resta ao desempregado, representado cada vez mais por contingentes de jovens, velhos, mulheres e não qualificados ou, sem experiência profissional compatível com os novos tempos, um conjunto de combinações que redundam em pobreza, como por exemplo, apoiar-se na família, viver de *expedientes*, ou simplesmente a mendicância, a prostituição e a violência.

As informações sobre a distribuição da renda entre trabalhadores inseridos no Setor Formal e Informal da economia, no ano de 1980 para o Município de São Paulo, mostram que, no início do recrudescimento da recessão, os baixos níveis de renda eram característicos entre todos os segmentos de trabalhadores e que parcelas substanciais de indivíduos e famílias, que percebiam baixos níveis de renda, situavam-se também, no Setor Formal.

Assim, embora acreditemos que políticas de emprego e renda devam ser pensadas a nível global e que devam partir de um núcleo de propostas que visem melhor distribuição de renda entre segmentos sociais, consideramos, também, que nos dias de hoje programas, mesmo que paliativos, devem ser implementados urgentemente para minorar o pauperismo alarmante, e paulatinamente intolerável, face ao agravamento do quadro recessivo.

Nessa direção, diversas propostas são hoje discutidas nos meios políticos e acadêmicos, tais como a implementação de programas vinculados à indústria de construção civil nas áreas urbanas, não só metropolitanas, que funcionariam, inclusive, como *controladores* para o fluxo migratório; isenção de impostos para pequenas e micro empresas; disciplinar o comércio ambulante nas áreas urbanas; subsidiar alimentos para famílias de trabalhadores; reativar o auxílio desemprego, etc.

As características da estrutura produtiva brasileira, institucional e social, e a preemência do fato social, indicam que a prioridade deve ser atribuída a programas que visem simultaneamente minorar a queda de renda real, manter o nível de emprego e que sejam de fácil administração, tanto política como a nível da estrutura administrativa do país. Assim, sem excluir as demais propostas, visto que entre elas diversas podem ser implementadas de forma combinada, os programas associados à indústria da construção civil poderiam ser rapidamente generalizados e implementados. As repercussões dessa medida, além de cumprir os requisitos mencionados, ainda proveria as populações carentes de serviços de infraestrutura básica e equipamentos sociais, com repercussões positivas na manutenção, nos níveis de saúde, educação, etc. da população de baixa renda.

O imobilismo institucional em relação à deterioração dos níveis de renda real da população, sem dúvida é o pior dos caminhos e fatalmente nos conduzirá a contemplar nos próximos anos os ossos do esqueleto do *milagre econômico*.

Quadro 1
 Formas de participação na produção e distribuição da renda
 Município de São Paulo
 1980

Classificação própria	Número	% (1)	Renda total (Cr\$ mensais)	% (2)	$\left(\frac{2}{1}\right)$	Renda média (Cr\$ mensais)
Outros	54	4.15	581,606	2.50	0.6	10,774
Operários	234	17.99	1,788,106	7.68	0.4	7,641
Assalariados fora da transformação direta	511	39.28	8,232,769	35.56	0.9	16,111
Controlador	117	8.99	4,657,584	20.01	2.2	39,808
Conta própria com estabelecimento	69	5.30	1,473,400	6.33	1.2	21,354
Conta própria com ponto fixo	59	4.53	538,793	2.31	0.6	9,132
Conta própria sem ponto fixo	72	5.53	1,051,330	4.52	0.8	14,602
Assalariados informais	53	4.07	303,905	1.69	0.4	5,734
Serviços domésticos	65	5.00	263,061	1.15	0.2	3,586
Proprietários	52	4.00	3,423,853	14.71	3.7	65,843
Profissionais liberais	15	1.15	876,600	3.77	3.3	58,440
Total	1301	100.00	23,281,007	100.00		17,895

Fonte: FINEP-FIPE - Classificação elaborada pela autora.

-7+-

Quadro 2
 Formas de participação na produção: medidas de posição para renda, por sexo
 Município de São Paulo
 (1980)
 Total

	Renda (em Cr\$ 1.000.000)			
	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Grau de Assimetria
Operários	5,700	5,000	4,878	2,046
Assalariados fora da transformação direta	8,938	8,000	14,915	3,289
Escritório	9,501	8,000	13,802	2,900
Serviços	7,988	6,000	13,889	3,876
Total assalariados sem posto de chefia	7,977	8,000	12,945	3,823
Controlador na transformação direta	19,985	10,000	14,995	1,311
Controlador fora da transformação direta	20,035	20,000	25,815	2,435
TOTAL ASSALARIADOS	8,000	8,000	15,245	3,379
Conta própria com estabelecimento	20,083	20,000	25,815	2,435
Conta própria com ponto fixo	5,530	10,000	9,031	2,280
Conta própria sem ponto fixo	9,050	6,000	9,370	1,499
TOTAL CONTA PRÓPRIA	10,047	10,000	19,252	3,289
Assalariado informal	4,225	3,000	9,498	3,678
Serviço doméstico	3,480	3,000	2,413	3,271
TOTAL TRABALHADORES	7,999	5,000	15,661	3,650
Organizadores de produção e proprietários	40,250	20,000	41,247	1,153
Outros	10,075	3,000	10,696	1,788
TOTAL	8,000	5,000	20,657	3,368

Idem Quadro 1.

Obs.: Rendas procedentes do trabalho.

Quadro 3
Formas de participação na produção e renda em salários mínimos
Município de São Paulo
(1980)
Total

Categorias	Salários Mínimos																Total Nº		
	0 Nº	1 %	1 Nº	2 %	2 Nº	3 %	3 Nº	5 %	5 Nº	7 %	7 Nº	10 %	10 Nº	15 %	15 Nº	MS/MBR Nº		MS/MBR %	
Operários	15	5,56	104	44,44	50	23,93	33	14,10	20	8,56	2	0,85	2	0,85	1	0,43	3	1,28	234
Assalariado fora da transformação direta	21	4,11	113	22,11	112	21,92	115	22,50	64	12,52	23	4,50	28	5,48	24	4,70	11	2,15	511
Escritório	7	3,63	41	21,34	36	18,65	46	23,83	25	12,95	13	6,74	12	6,22	9	4,66	4	2,07	195
Serviços	10	4,26	60	28,53	57	24,26	52	22,13	26	11,06	7	2,98	9	3,83	9	3,83	5	2,13	235
Total assalariado sem posto de chefia	34	4,56	217	29,12	168	22,55	148	19,36	84	11,27	25	3,35	30	4,02	25	3,36	14	1,87	715
Controlador na transformação direta	-	-	1	4,55	2	9,09	5	22,73	4	18,84	4	18,18	4	13,64	3	13,64	-	-	22
Controlador fora da transformação direta	-	-	2	2,99	4	5,97	11	16,42	15	22,39	7	10,45	8	11,94	16	23,83	4	5,97	64
Total Assalariados	34	4,08	220	26,84	174	20,86	164	10,66	103	12,35	36	4,32	41	4,82	44	3,26	18	2,46	874
Conta própria com estabelecimento	3	3,57	2	2,38	8	9,52	12	14,29	19	22,62	9	10,71	14	16,67	9	10,71	8	9,52	84
Conta própria com ponto fixo	14	23,75	14	23,73	9	15,28	8	13,56	6	10,17	2	3,39	2	3,39	1	1,60	3	5,68	59
Conta própria sem ponto fixo	6	8,33	16	22,22	11	15,28	15	20,83	12	16,67	1	13,89	8	11,11	2	2,78	1	1,39	72
Total conta própria	23	10,70	32	14,88	28	13,02	33	16,28	37	17,21	12	5,58	24	11,16	12	5,58	12	5,58	215
Assalariado informal	10	18,87	22	33,85	9	16,08	6	11,32	4	7,55	-	-	-	-	2	3,77	-	-	53
Serviço doméstico	20	30,77	37	56,92	7	10,77	-	-	1	1,54	-	-	-	-	-	-	-	-	45
Total trabalhadores	87	7,46	311	26,65	218	18,68	205	17,57	145	12,45	48	4,11	65	5,37	58	4,97	30	2,57	1.167
Organizadores de produção e proprietários	-	-	-	-	-	-	4	5,00	11	13,75	8	10,00	15	18,75	33	43,75	7	8,75	89
Outros	5	9,26	9	16,67	2	3,70	8	14,81	6	11,11	2	3,70	1	1,85	2	3,70	19	35,19	14
Total	92	7,07	320	24,60	220	16,91	217	16,68	162	12,45	58	4,46	81	6,23	95	7,30	56	4,39	1.564

Esta categoria está agregada para fins da presente tabela com a categoria *Profissionais*.

Fonte: Idem Quadro 1.

Quadro 4
Formas de participação na produção segundo sexo e níveis de renda em salários mínimos
Município de São Paulo
(1980)

C a t e g o r i a s	Homens (%)			Mulheres (%)			Total (%)		
	Menos de 2 Salários Mínimos	Menos de 3 Salários Mínimos	Menos de 5 Salários Mínimos	Menos de 2 Salários Mínimos	Menos de 3 Salários Mínimos	Menos de 5 Salários Mínimos	Menos de 2 Salários Mínimos	Menos de 3 Salários Mínimos	Menos de 5 Salários Mínimos
Operários	38,20	63,70	15,28	74,00	94,80	-	50,00	73,90	10,69
Assalariados fora da transformação direta	23,90	42,90	33,22	29,50	55,70	23,34	26,20	48,10	27,20
Licenciário	29,40	41,30	41,28	19,00	46,40	16,66	24,90	43,50	30,57
Serviços	20,80	45,40	25,32	46,90	70,40	14,80	29,80	54,00	21,70
Total assalariados sem posto de chefia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controlador na transformação direta	5,30	10,50	73,68	-	33,30	-	4,50	13,60	65,64
Controlador fora da transformação direta	2,00	5,90	76,50	6,20	18,70	50,00	5,00	9,00	68,65
TOTAL ASSALARIADOS	25,40	44,32	33,32	39,20	63,40	15,36	30,50	51,30	26,87
Conta própria com estabelecimento	5,80	15,90	65,21	6,70	13,30	40,00	5,90	15,50	60,71
Conta própria com ponto fixo	15,00	30,00	40,00	64,10	79,50	7,69	47,50	62,70	18,64
Conta própria sem ponto fixo	31,00	45,30	29,69	25,00	50,00	50,00	30,60	45,80	44,45
TOTAL CONTA PRÓPRIA	17,00	30,10	47,06	45,20	59,70	20,97	25,60	38,60	39,53
Assalariado informal	64,50	77,40	9,68	54,30	77,30	13,64	62,30	77,40	11,32
Serviço doméstico	-	-	100,00	89,10	100,00	-	87,70	98,50	1,54
TOTAL TRABALHADORES	25,40	42,60	35,34	47,80	68,70	13,87	34,10	52,80	27,08
Empreendedores de produção e Pro- prietários	-	-	87,32	-	-	77,77	-	-	86,25
Outros	20,60	23,50	29,41	35,00	40,00	5,00	25,90	29,60	20,36
Total	23,00	38,10	39,25	46,40	66,20	14,69	31,70	48,60	30,44

Idem: Quadro 5.

Fonte: Idem Quadro 1.

Tabela 5
 Medidas de posição dos decis de renda
 Município de São Paulo
 1980

Estrato	N	RMD (em mil cruzeiros)	RMN (em mil cruzeiros)	DP (em mil cruzeiros)
0	56	-	-	-
1	124	2,221	2,56	0,801
2	124	3,634	5,60	0,378
3	124	4,739	5,00	0,300
4	124	5,942	6,60	0,375
5	124	7,606	7,70	0,438
6	124	9,554	100,06	0,676
7	124	12,697	12,00	1,292
8	124	17,332	17,00	2,062
9	124	26,166	25,00	4,466
10	129	75,388	54,00	86,749

Fonte: Idem ao Quadro 1.

RMD = renda média.

RMN = renda mediana.

DP = desvio padrão.

N = número de indivíduos.

Quadro 6
Formas de participação na produção por decim de renda individual
Município de São Paulo
(1980)

	NS/NR	1	2	3	SUB	4	5	6	SUB	7	8	9	SUB	10	11
Operários	3	14	32	50	96	45	29	25	99	14	16	5	35	1	234
	1,9	6,0	13,7	21,4	41,0	19,2	12,4	10,7	42,3	6,0	6,8	2,1	15,0	0,4	18,0
Assalariado fora da transformação direta	11	32	43	44	119	56	63	63	182	70	47	47	164	35	511
	2,2	6,3	8,4	8,0	23,3	11,0	12,3	12,3	35,0	13,7	9,2	9,2	32,1	6,8	39,3
Total assalariados sem posto de chefia	14	46	75	94	215	101	92	88	281	84	63	52	199	36	745
	1,9	6,2	10,1	12,0	28,9	13,6	12,3	11,8	37,7	11,3	8,5	7,0	26,7	4,8	57,5
Controlador na transformação direta	-	-	-	1	1	-	1	4	5	2	3	7	12	4	22
	-	-	-	4,5	4,5	-	4,5	18,2	22,7	9,1	13,7	31,8	54,5	18,2	1,7
Controlador fora da transformação direta	4	-	2	-	2	1	3	4	8	9	13	10	32	21	67
	6,0	-	3,0	-	3,0	1,5	4,5	6	11,9	13,4	19,1	14,9	47,8	31,3	5,1
Total assalariados	18	46	77	95	218	102	96	96	294	95	79	69	243	61	834
	2,2	5,5	9,2	11,4	26,1	12,2	11,5	11,5	35,3	11,4	9,5	8,3	29,1	7,5	64,1
Conta própria com estabelecimento	8	3	1	1	5	-	8	7	15	7	15	19	41	15	34
	9,5	3,6	1,2	1,2	6,0	-	9,5	8,3	17,9	8,3	17,9	22,6	48,8	17,9	6,5
Conta própria com ponto fixo	3	16	6	5	27	3	7	6	16	2	5	4	11	2	56
	5,1	27,1	10,2	8,4	45,8	5,1	11,9	10,2	27,1	3,4	8,4	6,8	18,0	3,4	4,5
Conta própria sem ponto fixo	1	10	6	5	21	10	2	7	19	9	10	8	27	4	72
	1,4	13,9	8,3	6,9	29,2	13,9	2,8	9,7	26,4	12,5	13,9	11,1	37,5	5,6	5,5
Total conta própria	12	29	13	11	53	13	17	20	50	18	30	31	79	21	215
	5,6	13,5	6,0	5,1	24,7	6,0	7,9	9,3	23,3	8,4	14,0	14,4	36,7	9,8	16,5
Assalariado informal	-	18	8	6	32	4	5	4	13	2	3	1	6	2	53
	-	34,0	14,1	11,3	60,4	7,5	9,4	7,5	24,5	3,8	5,7	1,9	11,3	3,8	4,1
Serviço doméstico	-	24	20	11	55	45	4	-	9	-	1	-	1	-	65
	-	30,9	30,8	16,9	84,6	7,7	6,2	-	13,8	-	1,5	-	1,5	-	5,0
Total trabalhadores	30	117	118	123	358	124	122	120	366	155	133	101	329	84	1167
	2,6	10,0	10,1	10,5	30,7	10,6	10,5	10,3	31,4	9,9	9,7	8,7	28,2	7,2	89,7
Organizadores de produção e proprietários	7	-	-	-	-	-	-	2	2	2	6	21	29	42	60
	8,8	-	-	-	-	-	-	2,5	2,5	2,5	7,5	26,3	36,3	52,5	6,1
Outros	19	7	6	1	14	-	2	2	4	7	5	2	14	3	54
	35,0	13,0	11,1	1,9	25,9	-	3,7	3,7	7,4	13,0	9,3	3,7	25,9	5,6	4,2
Total	5,6	124	114	122	372	124	124	372	124	124	124	124	372	129	1501
	4,3	9,5	9,5	9,5	28,6	9,5	9,5	9,5	28,6	9,5	9,5	9,5	28,6	9,9	100%

Idem ao Quadro 3.

Fonte: Idem ao Quadro 1.

Quadro 7
Participação na produção e renda familiar
Famílias (total)
Município de São Paulo
(1980)

Classificação própria	Número	% (1)	Renda total (Cr\$ 1000)	% (2)	($\frac{2}{1}$)
Outros	199	24.75	5,116	20.40	0.80
Operários	108	13.43	1,706	6.68	0.49
Assalariados fora da transformação direta	201	25.00	5,564	21.80	0.87
Controlador da produção	90	11.19	5,034	19.72	1.76
Conta própria com estabelecimento	48	5.97	1,480	5.87	0.98
Conta própria com ponto fixo	27	3.36	467	1.83	8.54
Conta própria sem ponto	54	6.72	1,083	4.24	0.63
Assalariados informais	13	1.62	281	1.10	0.67
Serviços domésticos	6	0.75	72	0.28	1.37
Proprietários	45	5.60	3,690	14.46	2.58
Profissionais liberais	15	1.62	1,012	3.96	2.44
Total	804	100.00	25,523	100.00	

Fonte: Idem ao Quadro 1.

NOTAS

- (1) É um *estabelecimento* que está na base da pirâmide produtiva ou que se constitui em *pólo atrasado*. Expressa-se, por exemplo, essa postura com maior clareza na denominação dessa forma de organização da produção de *microempresa do setor familiar* em Almeida, A.L.O. (1979), *Subcontratação e Emprego Disfarçado* na Industrialização Brasileira, in IPE, vol. 9 nº 1, Abril, pg. 167/184; ou em Fuenzalida quando distingue *microempresas de microempresas modernas*, as primeiras, pelas características arroladas pelo autor seriam atividades realizadas por produtores independentes. Veja Fuenzalida, L.A. (1975), *Criação mais Veloz de Emprego e Renda Mediante Expansão e Modernização de Micro-Empresa e Renda Mediante Expansão e Modernização de Micro-Empresa*, UFBA/Fundação Rockefeller (mimeo).
- (2) Espaço Econômico é entendido aqui como a totalidade dos ramos e das formas de organizar a produção.
- (3) Souza, P.R. elabora sobre os conceitos de produção intersindical/pequena produção mercantil/formas de organização da produção não capitalista in *A Determinação da Taxa de Salários e do Emprego em Economias Atrasadas*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1980 (mimeo).
- (4) Às vezes é possuidor apenas de sua força de trabalho mas não participa da produção como assalariado. O conceito força de trabalho é entendido aqui como conjunto de atributos que os indivíduos têm para exercer sua sobrevivência e da espécie, isto é, que possuem para o exercício do trabalho.
- (5) Esta é uma característica do trabalho autônomo. Contudo, produtores altamente especializados, por exemplo, profissionais liberais, podem auferir altos níveis de renda o que lhes permite aumentar a acumulação pessoal; mas, dependendo da natureza da atividade, não podem ampliá-la mormente se dependem do próprio trabalho (ou prestígio), ou se o mercado for restrito. Quando isso é possível se transformam, em geral, em firmas capitalistas.

- (6) O fluxo de produção é descontínuo e intermitente, por exemplo, para as atividades ligadas à construção civil, à reparação de duráveis e às atividades que recebem encomendas em determinadas épocas do ano como costureiras, joalheiros, estampadores e diversos artesãos.
- (7) É o caso, por exemplo, de marceneiros, que utilizam premoldados de madeira, bordadeiras que utilizam máquinas e outros.
- (8) PREALC (1978) em especial a Parte I, capítulos 2 e 3 e Parte 3, apresentam evidências empíricas sobre magnitude e composição do Setor Informal em diversos países da América Latina.
- (9) Dã-se, aqui, menor ênfase aos aspectos vinculados à família ou pessoais, apesar de reconhecer-se que existam e que tenham influência sobre as formas de participação na produção.
- (10) Unidade de consumo designa, ao longo deste estudo, um conjunto de indivíduos que vive sob o mesmo orçamento doméstico.
- (11) Este movimento é denominado *horizontalização do setor serviços*, por Oliveira, F. (1979). O Terciário e a Divisão Social do Trabalho. *Estudos CEBRAP*, nº 24, Ed. Vozes, Petrópolis, página 154.
- (12) Algumas atividades de reparação ou artesanais também começam a se tornar inviáveis devido a isso, tais como sapateiros e marceneiros que desaparecem face aos sapatos sintéticos e moldados de madeira, respectivamente; a expansão de bens de consumo duráveis cria mercados para postos de assistência técnica e revendedores autorizados pela grande firmas de duráveis, destruindo parcelas de pequenas oficinas mecânicas e outras de reparação.
- (13) Por exemplo, nos dias de hoje, em São Paulo, a existência de cozinheiros especializados em refeições congeladas preenche um espaço econômico não ocupado ainda por refeições congeladas em escala industrial.
- (14) Inúmeros serviços destinados às unidades de consumo e indivíduos são realizados atualmente, nas regiões mais desenvolvidas, pelos próprios usuários (de reparação e manutenção de domicílios, reparação de duráveis, de tratamentos pessoais, etc.).

- (15) Mezerra, J. e Klein, E., Mercado Laborales Y Medicion del Sector Informal in PREALC (1978), op.cit., p.115/133. Esses autores denominam estas atividades de "quase formais".
- (16) Nesse sentido, nos dias de hoje, tanto os comerciantes ambulantes, como os que tem negócio, tem exigido do poder público municipal disciplina e reformulação para os novos ambulantes que estão se localizando no centro do Município de São Paulo.
- (16) Maiores esclarecimentos sobre o trabalho de campo e o tratamento fornecido às informações encontram-se em Cacciama-li, M.C. (1982).
- (17) Informa-se que 81% dos indivíduos apresentaram renda procedente de uma única atividade, 3% perceberam renda de duas atividades e 16% somavam outras rendas (aluguéis e pensões, principalmente) àquela procedente de atividade primária.
- (18) *Conta própria sem estabelecimento* indica a agregação dos grupos *com ponto fixo* e *sem ponto fixo*. Essa comparação é feita visto que operários, entre os assalariados, é o grupo mais deprimido em termos de renda e o grupo que foi definido acima está na mesma situação entre os trabalhadores por conta própria.
- (19) Considera-se *chefe* o indivíduo que além de apontado pelo grupo familiar participava com mais de 40% no orçamento familiar.
- (20) Um conjunto de testes de hipóteses sobre níveis de renda entre categorias analíticas adotadas foram efetuadas em Cacciama-li, M.C. (1982).

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, A.L.O. Subcontratação e Emprego Disfarçado na Industrialização Brasileira in *PPE*, vol.9, nº 1, abril 1979.
- Bienefeld, M. The Informal Sector and Peripheral Capitalism, the Case of Tanzania, in *IDS Bulletin*, Vol.6, nº3, fev.1975.
- Cacciamali, M.C. *Um Estudo sobre o Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção*. Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo em 1982.
- Cacciamali, M.C. Segmentação na Produção, Mercado Interno e Setor Informal: *Trabalho para Discussão Interna*, nº 16, IPE/FEA/USP, mimeo, 1980.
- Cacciamali, M.C. Algumas Considerações Metodológicas para Pesquisas de Emprego e Renda (Apreensão do Mercado de Trabalho em Espaços Urbanos), in *VIII Encontro Nacional de Economia*, BSB, 1980.
- Cavalcanti, C. e Duarte, R. *O Setor Informal em Salvador: Dimensões, Natureza e Significação*. SUDENE, FUNDAP/MTb, Recife, 1980.
- Cunha, P.V. A Organização do Mercado de Trabalho: Três Conceitos Alternativos, in *Revista de Administração de Empresas*, vol.19, nº 1. jan/mar/1979.
- Fuenzalida, L.A. *Criação Mais Veloz de Emprego e Renda Mediante Expansão e Modernização de Micro-Empresas*, UFBA/Fundação Rockefeller, mimeo, 1975.
- Merrick, T.W. Employment and Earnings in the Informal Sector in Brazil: The Case of Belo-Horizonte, in *The Journal of Developing Areas*, vol.10, nº 3, abril/1976.
- Oliveira, F. O Terciário e a Divisão Social do Trabalho in *Estudos CEBRAP*, nº24, Ed.Vozes, 1979.
- PREALC, *Sector Informal. Funcionamento y Politicas*, Santiago, 1978.
- Souza. P.R. *A Determinação da Taza de Salários e do Emprego em Economias Atrasadas*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual de Campinas, 1980 (mimeo).

Tokman, V.E. e Souza P.R. Distribución del Ingreso, Pobreza,
Empleo em Areas Urbanas, in *El Trimestre Económico*, jan/abr.,
1978.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE SEGMENTOS SOCIAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Introdução

O objetivo do presente trabalho é apresentar alguns resultados sobre a distribuição de renda das famílias residentes no Município de São Paulo em 1980, os segmentos sociais que essas compõem e as formas de participação na produção de seus membros ativos.

Optou-se por um estudo de distribuição de renda em que a unidade de análise é a família e o segmento social em que se insere por diversos motivos. Em primeiro lugar, a escolha ocorreu para escapar das imprecisões que surgem quando a unidade de análise é o indivíduo. Neste caso, torna-se difícil decidir pela exclusão dos membros da População Economicamente Ativa (PEA) ou de população ocupada que não declaram rendimentos. Visto que, em muitos casos, esses indivíduos podem estar ocupados em atividades desenvolvidas no seio da unidade familiar e em geral, a renda total da família é declarada associada ao chefe dessa unidade.

Em segundo lugar, acreditamos que o padrão de vida de um indivíduo não é determinado pela sua renda pessoal, mas sim pelo total da renda familiar. Isto porque existe redistribuição de renda no interior da família. E por último, a seleção recaiu sobre a análise da distribuição de renda entre os segmentos sociais, por julgarmos importante gerar informações sobre a origem da renda entre famílias e os diferenciais existentes.

Este estudo parte de dois pressupostos. O primeiro é que, na nossa sociedade, os diferentes segmentos sociais se originam a partir da forma como indivíduos e famílias participam da produção social; e que essas formas, por sua vez, emergem das

diferenças existentes entre os indivíduos organizados em famílias no que se refere, primordialmente, à propriedade ou comando sobre meios de produção e de força de trabalho e, num segundo plano, às diferenças quanto às ocupações existentes na produção social, às habilidades e qualificações da força de trabalho individual e às respectivas características pessoais. Assim, essas diferenças são explicitadas e servem para construção de um conjunto de categorias analíticas que permite análises comparativas sobre a apropriação da renda diferentes segmentos sociais.

O segundo pressuposto aqui adotado entende que as possibilidades de acesso à produção e ao mercado de trabalho - e a situação de trabalho e de renda decorrentes - para os integrantes de uma família se encontram condicionadas pelo segmento social em que a família se insere. Em outras palavras, não se exclui o fato de que as características pessoais dos integrantes de uma família interagem e são elementos importantes no acesso a oportunidades de trabalho e renda. No entanto acredita-se que a produção dessas características pessoais se acha, em geral, condicionada pelo segmento social de origem.

Os resultados obtidos procedem de um levantamento primário de informações realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas em 1980, no Município de São Paulo, em 906 domicílios, sendo que a amostra de endereços utilizados é representativa dos domicílios ali situados⁽²⁾.

Este trabalho está dividido em duas seções. A primeira apresenta considerações teóricas sobre a família como unidade econômica responsável pela reprodução da força de trabalho e lança a hipótese de que há reprodução de estruturas de qualidade de força de trabalho por segmentos sociais, mormente entre aqueles que se encontram numa situação desfavorável em termos de apropriação de renda. A segunda apresenta as evidências empíricas obtidas. Estas concentram-se na apresentação de informações sobre distribuição de renda entre os segmentos sociais do Município, sobre a forma de participação na produção dos membros

ativos das famílias - sua situação de trabalho - e, também, sobre as famílias e trabalhadores que se reproduzem com os menores níveis de renda familiar *per capita* no Município. Por último, resenham-se as principais conclusões e tecem-se as considerações finais.

1. Notas Sobre a Família Como Unidade de Reprodução da Força de Trabalho

A população não se compõe por conjuntos de indivíduos atomizados, mas encontra-se estruturada por meio de famílias. A família pode ser considerada como a unidade celular de cada sociedade; encerra e reflete aspectos culturais, de classe, éticos, econômicos, políticos, ideológicos e outros dessa sociedade. Assim, como objeto de estudo, a família pode e deve ser analisada sob esses múltiplos aspectos, pois isso permitirá conhecê-la de forma sintética e multidimensional. Por outro lado, uma análise parcial permite aprofundar um dos aspectos, ou os aspectos, selecionados para este estudo, subsidia pesquisas sobre o tema em outras áreas do conhecimento, e ainda, abre caminho para estudos posteriores.

Este estudo centra-se sobre a dimensão econômica da família⁽³⁾, considera-a como unidade econômica, isto é, sua organização interna objetiva garantir a reprodução cotidiana e generacional de seus membros. Em outras palavras, pressupõe-se aqui que a constituição da família enquanto tal vincula-se às possibilidades concretas de sua manutenção como grupo.

Entende-se por reprodução generacional o processo pelo qual a sociedade repõe seus membros (agentes sociais) e, por reprodução cotidiana aquele pelo qual se repõe a existência diária destes. O processo de reprodução, generacional e cotidiano, é social e culturalmente determinado, o que não implica somente a manutenção ou perpetuação de relações sociais, mas também, e isso principalmente, o capitalismo, a destruição de

relações sociais existentes, a transformação e a produção de novas práticas e relações sociais.

É por meio da(s) forma(s) de participação dos membros da família na produção social, e de suas possibilidades, que a organização interna dessa unidade garante o processo de reprodução⁽⁴⁾. Essas possibilidades e a própria reprodução (como dito acima, social e culturalmente determinadas) estão subordinadas às características do modo de produção em que a família está inserida. Isto posto, no modo de produção capitalista, a reprodução da família está a cargo dos membros que participam na produção e obtêm renda e do acesso que a família tem a bens reprodutivos produzidos socialmente (educação, saúde, etc.)⁽⁵⁾. No que se refere às formas pelas quais os indivíduos participam da produção, essas são, genericamente, assalaridas, como empregadores ou como trabalhadores por conta própria. De fato, expressiva maioria das famílias depende, além do acesso a bens coletivos, da venda individual da força de trabalho de seus membros ou das possibilidades que estes têm de trabalhar por conta própria. Assim, ao longo das próximas considerações serão enfatizadas estas últimas famílias, *famílias trabalhadoras*, que se reproduzem no meio urbano.

A família trabalhadora urbana, então, só pode subsistir como grupo se o conjunto de salários e de rendas percebidas por alguns (ou todos) de seus membros componentes e o acesso a bens reprodutivos coletivos forem suficientes para, pelo menos, mantê-la.

Este estudo, apesar de julgar importante conhecer o acesso à quantidade e à qualidade dos bens reprodutivos sociais para a manutenção da família, centra-se sobre a situação de trabalho individual dos membros componentes, bem como sobre sua posição no seio da família, como elementos vitais que influenciam as formas e possibilidades de manutenção e reprodução das famílias.

A situação de trabalho (da maioria) dos integrantes de uma família decorre de circunstâncias que, embora dependam da

decisão tomada no interior do grupo familiar, são objetivas e condicionadas: a) pela origem da família a que esses integrantes pertencem, isto é, pelo segmento social no qual a família do integrante se inclui; b) pelas características individuais que possuem, muitas delas influenciadas pela própria origem da família; c) pelas possibilidades que lhe são abertas pelo mercado de trabalho e pelo espaço econômico passível de ser explorado sob a forma de trabalho por conta própria.

Assim, em um dado momento, os responsáveis pela reprodução da unidade familiar participam da produção sob determinadas formas, o que integra essa unidade familiar a um segmento social específico. Este último fato, por sua vez, em primeiro lugar limita as maneiras e as estratégias pelas quais a família pretende atender às suas necessidades e, em segundo lugar, influencia a futura forma de participação na produção de seus membros atuais e futuros.

Geralmente, os estudos empíricos determinam o segmento social ao qual a família pertence pela forma como o chefe da unidade familiar participa da produção. Considera-se, em geral, como chefe o principal provedor e que toma as primordiais decisões pela manutenção da unidade familiar, quase sempre do sexo masculino e reconhecido como tal pelos demais membros. O uso desse critério para integrar a família a determinado segmento social implica algumas hipóteses restritivas e simplificadoras, pois se admite: i) que a mulher pertença ao mesmo segmento social do marido, ou que adote esse segmento; ii) que o chefe não possa, após o levantamento empírico, mudar sua forma de participação na produção, logo de segmento; iii) e, por último, que a forma de participação dos filhos na produção, quando estes trabalham, não altere o segmento social da família.

Os segmentos sociais considerados neste trabalho para as famílias trabalhadoras são: a) *assalariados - operários*; controladores na produção direta; assalariados fora da transformação direta; e controladores fora da transformação direta; b) *trabalhadores por conta própria* - com estabelecimento; com

ponto fixo; sem ponto fixo; assalariados informais e serviços domésticos.

O primeiro grupo (assalariados) se caracteriza por chefes de família que, em primeiro lugar, vendem sua força de trabalho, e em segundo lugar, são categorizados de acordo com o local e a natureza do trabalho. O segundo grupo (trabalhadores por conta própria) contém aqueles chefes que, de posse de instrumentos de trabalho, se ocupam diretamente na produção de bens e serviços. Esses trabalhadores podem contar com ajuda de *assalariados* (no caso assalariados informais), ou de membros da família, em suas atividades; no entanto estes últimos (ajudantes) devem constituir apenas extensão ao seu próprio trabalho.

Para os propósitos deste estudo, os trabalhadores por conta própria foram subdivididos de acordo com o tipo de local de trabalho. Isto porque se admite a hipótese de que o local de trabalho reflita gradações qualitativas em termos de instrumentos de trabalho e de organização da atividade e, que isso, por sua vez, incida sobre os níveis de renda individuais auferidos. Os dois últimos grupos - assalariados informais e serviços domésticos - agregam famílias cujos chefes são ajudantes de trabalhadores por conta própria e empregados domésticos respectivamente.

Além dos segmentos mencionados acima, consideram-se também as famílias cujo chefe da unidade é proprietário de meios de produção e empregador de assalariados, denominados *proprietários*; aquelas cujo chefe pertence à alta hierarquia de comando de uma firma (superintendente, diretor, etc.), denominados *organizadores de produção*; e aquelas em que o chefe participa da produção como profissional de nível superior autônomo, denominados *profissionais liberais*.

A partir desse conjunto, tem-se que cada família, posicionada pelo segmento social e pela renda familiar que percebe, atenderá às suas necessidades reprodutivas por meio de bens e serviços em quantidades e qualidades diferentes. Isso ocorre,

por exemplo, em relação a bens de consumo (alimentos, vestuários, etc.); instrumentos para realizar as tarefas domésticas (eletrodomésticos, etc.); formas de lazer; meios de transporte utilizados; acesso a tipos de serviços médicos e educacionais; tipos e formas de moradia (propriedade, tamanho, condições de salubridade, localização, etc.); disponibilidade de infra-estrutura física e social urbanas, etc.

Além disso, estar inserida em determinado segmento social também significa para a família que serão mobilizadas diferentes quantidades e qualidades de trabalho familiar, o que incorrerá num tipo de organização familiar. Por exemplo, a mãe e o pai trabalham fora e a filha mais velha, ainda criança, toma conta dos irmãos menores; ou a mãe fica em casa e o filho mais velho vai trabalhar para ajudar o pai, etc. Assim, essas combinações deverão resultar num perfil de famílias diferenciadas por segmento social.

Em relação a este último item por exemplo, alguns estudos empíricos para o Brasil evidenciaram que as famílias operárias e as de artesãos lançam mão, em geral, do trabalho de menores, do sexo masculino, para contemplar a renda familiar, enquanto entre as famílias cujo chefe não se insere na produção direta de bens a complementação da renda é realizada pela mulher conjuge. No primeiro caso, isso implica a retirada precoce de jovens da escola e sua inserção também precoce na produção, o que vem comprometer o futuro profissional do jovem, seu desenvolvimento pessoal e o da própria família; enquanto, no segundo caso, a família protege a prole permitindo-lhe a obtenção de graus de qualificação mais complexos e, pelo menos, maiores possibilidades de crescimento pessoal. Essa informações indica que há reprodução das estruturas de qualidades de força de trabalho no interior da própria família em função do segmento social em que essa se insere⁽⁶⁾. Isso repercute de forma negativa sobre os segmentos desprivilegiados em termos de apropriação de renda, os quais, obrigados a lançar mão, prematuramente, da força de trabalho dos jovens, reproduzem baixa qualida-

de de força de trabalho, o que implica, salvo modificações estruturais profundas, a manutenção futura do baixo padrão de reprodução das famílias. Contudo esses fatos não implicam que, no capitalismo monopolista, os processos de reprodução devem acompanhar exatamente esse padrão, pois, por meio do Estado, o acesso a bens coletivos pode ser incrementado, e por meio dos sindicatos e dos *mercados internos*, os salários reais podem sofrer significativos aumentos, mormente para chefes de famílias que, em geral, são mais estáveis no local de trabalho.

Além dos aspectos destacados, deve ser lembrado que conviver em uma família significa adquirir normas e valores produzidos (papéis, exercício da autoridade, relações afetivas, etc.) pela organização familiar, pelo tipo de serviços educacionais a que os membros têm acesso e pelo meio em que vive. Em outras palavras, a reprodução pela família é também ideológica; desenvolve um tipo de comportamento entre seus membros e cria habilidades, atitudes e maneiras de pensar condizentes com as formas concretas pelas quais seus membros participam na produção e com as possíveis formas futuras de participação.

No que se refere ao nível de renda familiar, ele está condicionado pelo segmento social ao qual a família pertence. Em primeiro lugar, pela forma de participação dos membros ativos da família na produção, em seguida, pelo número e qualidade da força de trabalho desses mesmos membros e, por último, pelo número total de membros. O nível de renda familiar pode-se elevar se aumentar o número de componentes que participam da produção, ou melhorar a qualidade de sua força de trabalho, ou se diminuir o número total dos indivíduos da família. Como também é de se esperar que famílias em estágios de ciclo de vida diferentes tenham diferentes níveis de renda familiar num determinado segmento social. No entanto quer-se ressaltar que, em especial, para as famílias em segmentos de menor renda e no início do ciclo de vida familiar, menor tamanho pode representar melhores possibilidades de qualificação futura de sua força de trabalho e melhor nível de renda. E que o início da

vida profissional de um determinado membro, a qualidade de sua força de trabalho nesse início, pode influenciar decisivamente o seu futuro profissional.

Contudo o fato de as famílias pertencerem a um mesmo segmento não implica que aderem à mesma estratégia de sobrevivência e à mesma organização familiar, nem que possuam o mesmo nível de renda e que o impacto do processo de crescimento econômico incida da mesma maneira sobre elas, mas sim que os elementos citados se revelarão ao nível família condicionados e filtrados pelo segmento social ao qual ela pertence.

Por último, um dos aspectos importantes sobre o tema é analisar as relações entre estilo de desenvolvimento econômico e o impacto sobre as famílias em termos de distribuição de renda e condições de reprodução. E, nesse caso, deve destacar-se a escassez de estudos teóricos e empíricos sobre o tema.

2. Evidências Empíricas Sobre Distribuição de Renda, Famílias e Segmentos Sociais no Município de São Paulo

2.1. Fontes dos dados

O conjunto de informações a ser apresentado foi produzido a partir de um levantamento de campo realizado em 900 domicílios do Município de São Paulo em janeiro de 1980. Os endereços domiciliares utilizados originaram-se de uma amostra elaborada pela Empresa de Planejamentos da Grande São Paulo (EMPLASA), representativa para o Município em estudo, e estratificada por renda e zona urbana⁽⁷⁾.

O instrumental de coleta de dados levou em conta três grandes conjuntos de informações: i) características gerais da família (número de membros, sexo, relação com o chefe da unidade, educação, características do domicílio, etc.); ii) membros que participam da produção e formas de participação da produção e condições de trabalho e nível de renda; iii) acesso à infra-estrutura física urbana e a equipamentos de comercialização.

Os segmentos sociais para o Município de São Paulo foram construídos distribuindo-se as famílias de acordo com a forma de participação do chefe da unidade familiar, sendo que este do sexo masculino, indicado pela família e, em geral, o principal responsável pela sua manutenção. As formas de participação na produção que estão sendo consideradas foram apresentadas na seção anterior e constam na relação a seguir. Os critérios utilizados para sua elaboração encontram-se explicitados em outros estudos⁽⁸⁾. Contudo informa-se que a sua construção envolveu as seguintes informações a respeito dos indivíduos que estavam em atividade⁽⁹⁾: ocupação, local de trabalho, ramo de atividade e posição na ocupação.

Adotou-se um duplo procedimento para analisar as informações. Inicialmente as famílias e os indivíduos foram repartidos por estratos de renda familiar *per capita* de forma a captar quais os segmentos que predominam nos níveis mais baixos de renda. Em seguida, as famílias foram posicionadas nos segmentos sociais considerados para permitir comparações sobre sua apropriação de renda e sobre a situação de trabalho entre seus membros componentes ativos.

Segmentos familiares segundo formas de participação do chefe da unidade familiar:

- operários;
- assalariados fora da transformação direta;
- controladores da produção;
- controladores fora da produção;
- trabalhadores por conta própria com estabelecimento;
- trabalhadores por conta própria com ponto fixo;
- trabalhadores por conta própria sem ponto fixo;
- assalariados informais;
- serviços domésticos;
- profissionais liberais;
- proprietários e organizadores de produção.

2.2. Famílias e trabalhadores por estrato de renda familiar *per capita*

A maioria das famílias (62,6%) residentes no Município de São Paulo, entre janeiro e março de 1980, vivia com uma renda familiar *per capita* de até 2,5 salários mínimos e era composta, em média, por quatro pessoas, sendo que também, em média, 1,70 pessoa por família participava da produção social (Tabelas 1 e 2).

Contudo, no que se refere às famílias de baixa renda, 28,30% das famílias ali residentes na época possuíam uma renda *per capita* de até um salário mínimo. Nesses estratos, o número médio de pessoas que se encontravam na produção decresce para 1,55 por família, enquanto o número médio de componentes por família aumenta para quase cinco. Esse fato reflete outras características: essas camadas de renda apresentavam maior número médio de filhos até 9 anos e a idade média de seus membros era menor do que nos demais estratos.

Destacam-se, além dessas, outras informações julgadas relevantes para melhor visualizar a má distribuição de renda desse Município e dos grupos de trabalhadores que percebem relativamente menor parcela da renda gerada.

Mais de um terço (35%) das pessoas compunham famílias cujo nível de renda *per capita* não atingia um salário mínimo, enquanto 4,4% pertenciam a famílias cujos níveis de renda excediam 9,5 salários mínimos. O primeiro grupo de famílias antes mencionado fornecia quase um quarto do total de pessoas que estavam exercendo alguma atividade remunerada e, ainda, nesse estrato encontravam-se 42% dos desempregados (Tabela 2).

Os membros ocupados das famílias com menores níveis de renda *per capita* participavam da produção mormente como assalariados (operários e fora da transformação direta) e, em número bem menor, como trabalhadores por conta própria. Essa afirmação, contudo, deve ser relativizada para as mulheres, pois, além de participarem, predominantemente, na produção nas cate-

Tabela 1
Localização das famílias, classificadas por renda familiar *per capita*
no Município de São Paulo - 1980

Regiões	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Central	17	19,1	12	8,7	21	16,5	50	33,6	32	33,7
Intermediária	38	42,7	72	52,2	73	57,5	76	51,0	36	58,9
Periférica	30	33,7	46	33,3	30	23,6	19	12,8	7	7,4
Envolvente	4	4,5	8	5,8	3	2,4	4	2,7	0	0,0
Total	89	11,1	138	17,2	127	15,8	149	18,5	95	11,8

Regiões	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Central	35	42,2	39	48,1	24	57,1	230	28,6
Intermediária	44	53,0	42	51,9	17	40,5	418	52,0
Periférica	2	2,4	0	0,0	1	2,4	135	15,8
Envolvente	2	2,4	0	0,0	0	0,0	21	2,6
Total	83	10,3	81	10,1	42	5,2	804	100,0

Fonte: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932.

Tabela 2

Situação ocupacional do total da população, classificada por renda familiar *per capita*, no Município de São Paulo - 1980

Situação Ocupacional	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR										
NS/NR	0	0,0	8	100,0	1	50,0	2	100,0	0	0,0
Homem	5	2,4	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mulher	2	1,0	3	0,3	1	0,4	0	0,0	0	0,0
Total	7	1,7	12	1,8	2	0,4	2	0,3	0	0,0
R7 = 1										
Homem	70	33,5	155	44,7	136	54,6	178	64,7	95	66,9
Mulher	33	15,8	77	20,7	86	31,5	95	32,2	63	38,0
Total	103	24,5	212	31,1	222	42,4	273	47,7	158	51,3
R7 = 2										
Homem	3	3,8	9	3,0	8	3,2	5	1,8	2	1,4
Mulher	3	3,8	4	1,1	5	1,8	3	1,0	2	1,2
Total	16	3,8	13	1,9	13	2,5	8	1,4	4	1,3
R7 = 3										
NS/NR	1	55,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Homem	24	11,5	26	8,6	22	8,8	27	9,8	13	9,2
Mulher	53	25,4	89	25,9	65	23,8	81	27,5	38	22,9
Total	78	18,5	115	16,9	87	16,6	108	18,9	51	16,5
R7 = 4										
Homem	2	1,0	1	0,3	1	0,4	2	0,7	1	0,7
Mulher	4	1,9	2	0,5	3	1,1	4	1,4	1	0,6
Total	6	1,4	3	0,4	4	0,8	6	1,0	2	0,6
R7 = 5										
NS/NR	2	56,7	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0
Homem	100	47,8	130	43,0	82	32,9	63	22,9	31	21,8
Mulher	109	52,2	197	53,0	113	41,4	112	38,0	62	37,7
Total	211	50,1	327	47,9	196	37,4	175	30,6	93	30,2
Total										
NS/NR	3	16,7	8	44,4	2	11,1	2	11,1	0	0,0
Homem	209	15,8	302	20,0	249	16,5	275	18,2	142	9,4
Mulher	209	12,6	372	22,4	273	16,4	295	17,8	166	10,0
TOTAL GERAL	421	13,2	682	21,4	524	16,4	572	17,9	308	9,6

(continua)

Tabela 2
 Situação ocupacional do total da população, classificada por renda familiar
per capita, no Município de São Paulo - 1980

Situação Ocupacional	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR								
NS/NR	0	0,0	3	100,0	0	0,0	14	77,8
Homem	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,4
Mulher	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,4
Total	0	0,0	3	1,2	0	0,0	28	0,8
R7 = 1								
Homem	86	63,2	72	57,6	46	61,3	818	54,1
Mulher	43	28,7	35	26,7	25	38,5	457	27,5
Total	129	45,1	107	41,3	71	50,7	1275	39,9
R7 = 2								
Homem	1	0,7	1	0,8	1	1,3	35	2,3
Mulher	2	1,3	0	0,0	5	7,7	29	1,7
Total	3	1,0	1	0,4	6	4,3	64	2,0
R7 = 3								
NS/NR	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Homem	6	4,4	12	9,6	4	5,3	134	8,9
Mulher	41	27,3	37	28,2	13	20,0	417	25,1
Total	47	16,4	49	18,9	17	12,1	552	17,3
R7 = 4								
Homem	0	0,0	3	2,4	0	0,0	10	0,7
Mulher	1	0,7	0	0,0	2	3,1	17	1,0
Total	1	0,3	3	1,2	2	1,4	27	0,8
R7 = 5								
NS/NR	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	16,7
Homem	43	31,6	37	29,6	24	32,0	510	33,7
Mulher	63	42,0	59	45,0	20	30,8	735	44,3
Total	106	37,1	96	37,1	44	31,4	1248	39,1
Total								
NS/NR	0	0,0	3	16,7	0	0,0	18	100,0
Homem	136	9,0	125	8,3	75	5,0	1513	100,0
Mulher	150	9,0	131	7,9	65	3,9	1661	100,0
TOTAL GERAL	286	9,0	259	8,1	140	4,4	3192	100,0

Fonte: FINEP-FIPE

NOTA: R7 = 1: Indivíduos ocupados
 R7 = 2: Indivíduos desempregados
 R7 = 4: Indivíduos procurando o primeiro emprego
 R7 = 3 e = 5: Indivíduos que não participaram da produção

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932.

gorias acima referidas, também participam em elevada proporção em serviços domésticos e como trabalhadores por conta própria com ponto fixo, principalmente, no próprio domicílio (Tabelas 3,3A e 3B).

Qualificando melhor essas afirmações, observa-se ainda que os ramos que absorvem relativamente maior número de membros que trabalham e que estão inseridos nas famílias de menor renda (até um salário mínimo *per capita*) são: serviços domésticos (40,0%); construção civil (46,77%); transportes (35,3%); serviços de consumo (31,1%); e indústria de transformação (28,2%). E, que os grupos de trabalhadores inseridos nessas famílias são: operários (45%), serviços domésticos (40,7%), trabalhadores por conta própria com ponto fixo (27%) e assalariados informais (25%) (Tabela 4).

Tabela 3
 Categorias ocupacionais do total da população ativa, classificada por renda familiar
per capita, no Município de São Paulo - 1980

Categorias ocupacionais	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outros	7	6,8	3	1,4	10	4,5	9	3,3	11	7,0
Operários	23	22,3	83	39,2	54	24,3	51	18,7	12	7,6
Assalariados fora da transformação direta	27	26,2	64	30,2	92	41,4	126	46,2	78	49,4
Controladores da transformação direta	0	0,0	3	1,4	1	0,5	8	2,9	4	2,5
Trabalhadores por conta própria com estabelecimento	8	7,8	5	2,4	5	2,3	14	5,1	16	10,1
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo	5	4,9	11	5,2	9	4,1	13	4,8	10	6,3
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo	12	11,7	17	8,0	12	5,4	10	3,7	6	3,8
Assalariados informais	5	4,9	8	3,8	19	8,6	13	4,8	4	2,5
Serviços domésticos	8	7,8	12	5,7	12	5,4	5	1,8	2	1,3
Proprietários	4	3,9	0	0,0	5	2,3	11	4,0	4	2,5
Profissionais liberais	0	0,0	1	0,5	1	0,5	1	0,4	1	0,6
Controladores fora da transformação direta	4	3,9	5	2,4	2	0,9	12	4,4	10	6,3
Total	103	8,1	212	16,6	222	17,4	273	21,4	158	12,4

Categorias ocupacionais	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outros	7	5,4	3	2,8	4	5,6	54	4,2
Operários	8	6,2	2	1,9	1	1,4	234	18,4
Assalariados fora da transformação direta	54	41,9	48	44,9	22	31,0	511	40,1
Controladores da transformação direta	3	2,3	3	2,6	0	0,0	22	1,7
Trabalhadores por conta própria com estabelecimento	8	6,2	8	7,5	5	7,0	69	5,4
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo	8	6,2	2	1,9	1	1,4	59	4,6
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo	12	9,3	0	0,0	3	4,2	72	5,6
Assalariados informais	2	1,6	2	1,9	0	0,0	53	4,2
Serviços domésticos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	39	3,1
Proprietários	15	11,6	23	21,5	24	33,3	86	6,7
Profissionais liberais	3	2,3	4	3,7	4	5,6	15	1,2
Controladores fora da transformação direta	9	7,0	12	11,2	7	9,9	61	4,8
Total	129	10,1	107	8,4	71	5,6	1275	100,0

Fonte: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932.

Tabela 3A
 Categorias ocupacionais do total da população ativa feminina, classificada por renda familiar
per capita, no Município de São Paulo - 1980

Categorias ocupacionais	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outros	2	6,1	0	0,0	4	4,7	2	2,1	5	7,9
Operários	6	18,2	34	44,2	18	20,9	13	13,7	4	6,3
Assalariados fora da transformação direta	8	24,2	21	27,3	34	39,5	50	52,6	37	58,7
Controladores da transformação direta	0	0,0	1	1,3	0	0,0	2	2,1	0	0,0
Trabalhadores por conta própria com estabelecimento	2	6,1	1	1,3	0	0,0	2	2,1	3	4,8
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo	5	15,2	5	6,5	7	8,1	8	8,4	7	11,1
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo	0	0,0	1	1,3	2	2,3	2	2,1	0	0,0
Assalariados informais	1	3,0	1	1,3	9	10,5	7	7,4	2	3,2
Serviços domésticos	8	24,2	12	15,6	12	14,0	5	5,3	1	1,6
Proprietários	1	3,0	0	0,0	0	0,0	1	1,1	1	1,6
Profissionais liberais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Controladores fora da transformação direta	0	0,0	1	1,3	0	0,0	3	3,2	3	4,8
Total	33	7,2	77	16,8	86	18,8	95	20,8	63	13,8

-102-

Categorias ocupacionais	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outros	5	11,6	0	0,0	2	8,0	20	4,4
Operários	1	2,3	0	0,0	1	4,0	77	16,8
Assalariados fora da transformação direta	25	56,1	25	71,4	10	40,0	210	46,0
Controladores da transformação direta	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,7
Trabalhadores por conta própria com estabelecimento	2	4,7	1	2,9	3	12,0	14	3,1
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo	6	14,0	1	2,9	0	0,0	19	8,5
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo	1	2,3	0	0,0	2	8,0	8	1,8
Assalariados informais	0	0,0	2	5,7	0	0,0	22	4,8
Serviços domésticos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	38	8,3
Proprietários	1	2,3	2	5,7	4	16,0	10	2,2
Profissionais liberais	0	0,0	0	0,0	1	4,0	1	0,2
Controladores fora da transformação direta	2	4,7	4	11,4	2	8,0	15	3,3
Total	43	9,4	35	7,7	25	5,5	457	100,0

Fonte: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932.

Tabela 3B
 Categorias ocupacionais do total da população, ativa masculina, classificada por renda familiar
per capita, no Município de São Paulo - 1980

Categorias ocupacionais	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outros	5	7,1	3	2,2	6	4,4	7	3,9	6	6,2
Operários	17	24,3	49	38,3	36	26,5	38	21,3	8	8,4
Assalariados fora da transformação direta	19	27,1	43	31,9	58	42,6	76	42,7	41	43,2
Controladores da transformação direta	0	0,0	2	1,5	1	0,7	6	3,4	4	4,2
Trabalhadores por conta própria com estabelecimento	6	8,6	4	3,0	5	3,7	12	6,7	13	13,7
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo	0	0,0	6	4,4	2	1,5	5	2,8	3	3,2
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo	12	17,1	16	11,9	10	7,4	8	4,5	6	6,3
Assalariados informais	4	5,7	7	5,2	10	7,4	6	3,4	2	2,1
Serviços domésticos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,1
Proprietários	3	4,3	0	0,0	5	3,7	10	5,6	3	3,2
Profissionais liberais	0	0,0	1	0,7	1	0,7	1	0,6	1	1,1
Controladores fora da transformação direta	4	5,7	4	3,0	2	1,5	9	5,1	7	7,4
Total	70	8,6	135	16,5	136	16,6	178	21,8	95	11,6

Categorias ocupacionais	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outros	2	2,3	3	4,2	2	4,3	34	4,2
Operários	7	8,1	2	2,8	0	0,0	157	19,2
Assalariados fora da transformação direta	29	33,7	23	31,9	12	26,1	301	36,8
Controladores da transformação direta	3	3,5	3	4,2	0	0,0	19	2,3
Trabalhadores por conta própria com estabelecimento	6	7,0	7	9,7	2	4,3	55	6,7
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo	2	2,3	1	1,4	1	2,2	20	2,4
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo	11	12,8	0	0,0	1	2,2	64	7,8
Assalariados informais	2	2,3	0	0,0	0	0,0	31	3,8
Serviços domésticos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Proprietários	14	16,3	21	29,2	20	43,5	76	9,3
Profissionais liberais	3	3,5	4	5,6	3	6,5	14	1,7
Controladores fora da transformação direta	7	8,1	8	11,1	5	10,9	46	5,6
Total	86	10,5	72	8,8	46	5,6	818	100,0

Fonte: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932.

Tabela 4
Ramos de atividade do total da população ativa, classificada por renda familiar
per capita, no Município de São Paulo - 1980

Ramos de atividade	Renda familiar per capita em salários mínimos (1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR	0	0,0	0	0,0	4	1,8	0	0,0	1	0,6
Indústria	35	34,0	91	42,9	85	38,3	85	31,1	49	31,0
Construção civil	6	5,8	9	4,2	5	2,3	13	4,8	2	1,3
Infra-estrutura física urbana	1	1,0	3	1,4	2	0,9	4	1,5	6	3,8
Comércio	9	8,7	21	9,9	25	11,3	40	14,7	28	17,7
Entidades financeiras	2	1,9	8	3,8	14	6,3	23	8,4	8	5,1
Transportes	3	2,9	15	7,1	8	3,6	15	5,5	3	1,9
Auxiliar atividade econômica	1	1,0	1	0,5	5	2,3	8	2,9	2	1,3
Administração pública	2	1,9	5	2,4	8	3,6	12	4,4	12	7,6
Educação e saúde	2	1,9	4	1,9	9	4,1	10	3,7	12	7,6
Outros serviços consumo	13	12,6	10	4,7	9	4,1	18	6,6	9	5,7
Serviço doméstico	8	7,8	12	5,7	12	5,4	5	1,8	3	1,9
Serviço misto	8	7,8	20	9,4	18	8,1	25	9,2	15	9,5
Reparos construção civil	5	4,9	9	4,2	6	2,7	4	1,5	2	1,3
Outros serviços reparos	4	3,9	2	0,9	7	3,2	7	2,6	3	1,9
Associação entidade religiosa	4	3,9	2	0,9	5	2,3	2	0,7	2	1,3
Agricultura	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,7	0	0,0
Total	103	8,1	212	16,6	222	17,1	273	21,4	158	12,4

Ramos de atividade	Renda familiar per capita em salários mínimos (1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,4
Indústria	40	31,0	41	38,3	21	29,6	447	35,1
Construção civil	3	2,3	2	1,9	1	1,4	41	3,2
Infra-estrutura física urbana	3	2,3	5	4,7	2	2,8	26	2,0
Comércio	19	14,7	13	12,1	6	8,5	161	12,6
Entidades financeiras	8	6,2	7	6,5	5	7,0	75	5,9
Transportes	4	3,1	2	1,9	1	1,4	51	4,0
Auxiliar atividade econômica	5	3,9	5	4,7	4	5,6	31	2,4
Administração pública	6	4,7	11	10,3	0	0,0	56	4,4
Educação e saúde	13	10,1	7	6,5	12	16,9	69	5,4
Outros serviços consumo	10	7,8	3	2,8	2	2,8	74	5,8
Serviço doméstico	0	0,0	0	0,0	0	0,0	40	3,1
Serviço misto	8	6,2	9	8,4	16	22,5	119	9,3
Reparos construção civil	3	2,3	0	0,0	0	0,0	30	2,4
Outros serviços reparos	3	2,3	0	0,0	0	0,0	26	2,0
Associação entidade religiosa	4	3,1	2	1,9	0	0,0	21	1,6
Agricultura	0	0,0	0	0,0	1	1,4	3	0,2
Total	129	10,1	107	8,4	71	5,6	1275	100,0

Fonte: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932.

A situação de trabalho dos indivíduos que compõem os estratos inferiores de renda familiar *per capita* apresentam determinadas características que indicam a precariedade de sua participação na produção: i) 54% desses trabalhadores são não qualificados e um quarto são semiquualificados; ii) 18% estão no local de trabalho há menos de seis meses, 16% exercem a mesma ocupação do momento da entrevista, também há menos de seis meses; iii) 37% desses trabalhadores não possuem vínculo jurídico algum, e entre o total de trabalhadores sem vínculo jurídico 62% pertencem a esses estratos de renda; iv) compõem a maioria dos trabalhadores que não recebem em dia; v) a maioria (87%) não é sindicalizada, nem integra alguma associação profissional (Tabelas 5 a 7).

Esse quadro preliminar indica alguns fenômenos que se quer destacar a respeito da estrutura produtiva e do mercado de trabalho desse Município na época: i) a produção capitalista era extensa e completa e absorvia contingentes significativos de força de trabalho a baixos níveis de renda, mormente no setor industrial⁽¹⁰⁾. Em consequência, isso se refletia em baixa capacidade (quantitativa e qualitativa) de reprodução de significativas parcelas de força de trabalho; ii) o espaço econômico permissível para ser ocupado por trabalhadores por conta própria, típicos do setor informal, era relativamente pequeno visto esses representarem 16% do total de trabalhadores, porcentagem essa compatível com a presença de trabalhadores por conta própria em países desenvolvidos⁽¹¹⁾; iii) existia um contingente não desprezível de trabalhadores inseridos em serviço doméstico e como ajudantes de trabalhadores autônomos (7%), o que indicava um estreito mercado de trabalho formal para baixos níveis de qualificação da força de trabalho.

Por fim, paulatinamente a uma estrutura produtiva próxima de países capitalistas avançados, a reprodução da força de trabalho realizava-se a baixos níveis de renda. Essas informações, acopladas a outras que são apresentadas em estudos sobre composição e custo de vida do Município⁽¹²⁾, permitem reforçar um fa

to de conhecimento público: os possíveis ganhos decorrentes do desenvolvimento industrial foram pouco incorporados na qualidade de vida de significativas parcelas de trabalhadores desse Município.

Tabela 5
 Tempo de serviço da ocupação atual da população ativa, classificada por renda familiar *per capita*, no Município de São Paulo - 1980

Tempo que exerce a ocupação atual	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR										
Outros	2	4,8	2	1,8	3	2,4	1	0,6	4	5,0
Chefes	2	5,3	0	0,0	1	1,0	2	1,8	2	2,6
Total	4	3,9	2	0,9	4	1,8	3	1,1	6	3,8
0 até 6 meses										
Outros	11	26,2	32	26,1	22	17,6	20	12,4	5	6,5
Chefes	4	6,6	6	6,1	3	3,1	5	4,5	0	0,0
Total	15	14,6	38	17,9	25	11,3	25	9,2	5	5,2
6 meses a 1 ano										
Outros	5	11,9	18	15,8	8	6,4	16	9,9	5	6,3
Chefes	5	4,9	8	8,2	0	0,0	5	4,5	2	2,6
Total	8	7,8	26	12,3	8	3,6	21	7,7	7	4,4
De 1 até 2 anos										
Outros	6	14,3	17	14,9	21	16,8	25	15,5	17	21,3
Chefes	7	11,5	6	6,1	5	5,2	5	4,5	6	7,7
Total	13	12,6	23	10,8	26	11,7	30	11,0	23	14,6
De 2 até 5 anos										
Outros	8	19,0	24	21,1	37	29,6	52	32,3	28	35,0
Chefes	6	9,8	15	15,3	15	15,5	18	16,1	16	20,5
Total	14	13,6	39	18,4	52	23,4	70	25,6	44	27,8
De 5 até 10 anos										
Outros	6	14,5	15	13,2	16	12,8	18	11,2	11	13,8
Chefes	11	18,0	22	22,4	24	24,7	25	22,3	13	16,7
Total	17	16,5	37	17,5	40	18,0	43	15,8	24	15,2
Acima de 10 anos										
Outros	4	9,5	6	5,5	18	14,4	29	18,0	10	12,5
Chefes	28	45,9	41	41,8	49	50,5	52	46,4	39	50,0
Total	32	31,1	47	22,2	67	30,2	81	29,7	49	31,0
Total										
Outros	42	6,4	114	17,5	125	19,2	161	24,7	80	12,5
Chefes	61	9,8	98	15,7	97	15,6	112	18,0	78	12,5
TOTAL GERAL	103	8,1	212	16,6	222	17,4	273	21,4	158	12,4

(continua)

Tabela 5
 Tempo de serviço da ocupação atual da população ativa, classificada por renda familiar *per capita*, no Município de São Paulo - 1980

Tempo que exerce a ocupação atual	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR								
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12	1,8
Chefes	0	0,0	1	1,6	0	0,0	8	1,3
Total	0	0,0	1	0,0	0	0,0	20	1,6
0 até 6 meses								
Outros	5	9,4	2	4,7	3	8,8	100	15,3
Chefes	1	1,5	3	4,7	1	2,7	23	3,7
Total	6	4,7	5	4,7	4	5,6	123	9,6
6 meses a 1 ano								
Outros	5	9,4	5	7,0	3	8,8	63	9,7
Chefes	3	3,9	0	0,0	0	0,0	21	3,4
Total	8	6,2	3	2,8	3	4,2	34	6,6
De 1 até 2 anos								
Outros	7	13,2	5	11,6	5	14,7	103	15,8
Chefes	2	2,6	4	6,3	1	2,7	36	5,8
Total	9	7,0	9	8,4	6	8,5	139	10,9
De 2 até 5 anos								
Outros	14	26,4	7	16,3	12	35,3	182	27,9
Chefes	10	13,2	13	20,3	4	10,8	97	15,6
Total	24	18,6	20	18,7	16	22,5	279	21,9
De 5 até 10 anos								
Outros	9	17,0	16	37,2	5	14,7	96	14,7
Chefes	16	21,1	15	23,4	10	27,0	136	21,8
Total	25	19,4	31	29,0	15	21,1	232	18,2
Acima de 10 anos								
Outros	13	24,5	10	23,3	6	17,6	96	14,7
Chefes	44	57,9	28	43,8	21	56,8	302	42,5
Total	57	44,2	38	35,5	27	33,0	398	31,2
Total								
Outros	53	8,1	43	6,6	34	5,2	652	100,0
Chefes	76	12,2	64	10,3	37	5,9	623	100,0
TOTAL GERAL	129	10,1	107	8,4	71	5,6	1275	100,0

Fonte: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932.

Tabela 6
 Tempo em que a população ativa, classificada por renda familiar *per capita*
 se encontra no local de trabalho, no Município de São Paulo - 1980

Tempo em que está no local de traba- lho	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR										
Outros	14	33,3	23	20,2	34	27,2	38	23,6	17	21,3
Chefes	17	27,9	28	28,6	28	28,9	32	28,6	30	38,5
Total	31	30,1	51	24,1	62	27,9	70	25,6	47	29,7
0 até 6 meses										
Outros	8	19,0	31	27,2	22	17,6	27	16,8	2	2,5
Chefes	11	18,0	8	8,2	10	10,3	12	10,7	5	6,4
Total	19	18,4	39	18,4	32	14,4	39	14,3	7	4,4
6 meses a 1 ano										
Outros	5	11,9	13	11,4	11	8,8	12	7,5	7	8,8
Chefes	3	4,9	6	6,1	3	3,1	6	5,4	1	1,3
Total	8	7,8	19	9,0	14	6,3	18	6,6	8	5,1
De 1 até 2 anos										
Outros	6	14,3	17	14,9	19	15,2	20	12,4	13	16,3
Chefes	9	14,8	15	15,3	7	7,2	5	4,5	7	9,0
Total	15	14,6	32	15,1	26	11,7	25	9,2	20	12,7
De 2 até 5 anos										
Outros	3	7,1	20	17,5	24	19,2	36	22,4	21	26,3
Chefes	6	9,8	16	16,3	17	17,5	15	13,4	11	14,1
Total	9	8,7	36	17,0	41	18,5	51	18,7	32	20,3
De 5 até 10 anos										
Outros	3	7,1	8	7,0	8	6,4	12	7,5	12	15,0
Chefes	5	8,2	12	12,2	12	12,4	22	19,6	12	15,4
Total	8	7,8	20	9,4	20	9,0	34	12,5	24	15,2
Acima de 10 anos										
Outros	3	7,1	2	1,8	7	5,6	16	9,9	8	10,0
Chefes	10	16,4	13	13,3	20	20,6	20	17,9	12	15,4
Total	13	12,6	15	7,1	27	12,2	36	13,2	20	12,7
Total										
Outros	42	6,4	114	17,5	125	19,2	161	24,7	80	12,3
Chefes	61	9,8	98	15,7	97	15,6	112	18,0	78	12,5
TOTAL GERAL	103	8,1	212	18,6	222	17,4	273	21,4	158	12,4

(continua)

Tabela 6
Tempo em que a população ativa, classificada por renda familiar *per capita*
se encontra no local de trabalho, no Município de São Paulo - 1980

Tempo em que está no local de traba lho	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR								
Outros	10	18,9	11	25,6	7	20,6	134	23,6
Chefes	22	28,9	9	14,1	10	27,0	176	28,3
Total	32	24,8	20	18,7	17	23,9	330	25,9
0 até 6 meses								
Outros	5	9,4	3	7,0	4	11,9	102	15,6
Chefes	3	3,9	2	3,1	2	5,4	53	8,5
Total	8	6,2	5	4,7	6	8,5	155	12,2
6 meses a 1 ano								
Outros	7	13,2	5	11,6	2	5,9	62	9,5
Chefes	2	2,6	2	3,1	0	0,0	23	3,7
Total	9	7,0	7	6,5	2	2,9	85	6,7
De 1 até 2 anos								
Outros	6	11,5	6	14,0	4	11,8	91	14,0
Chefes	7	9,2	4	6,3	1	2,7	55	8,8
Total	13	10,1	10	9,3	5	7,0	146	11,5
De 2 até 5 anos								
Outros	11	20,8	4	9,3	8	23,5	127	19,5
Chefes	16	21,1	10	15,6	6	16,2	97	15,6
Total	27	20,9	14	13,1	14	19,7	224	17,6
De 5 até 10 anos								
Outros	6	11,3	9	20,9	3	8,8	61	9,4
Chefes	7	9,2	17	26,6	6	16,2	93	14,9
Total	13	10,1	26	24,3	9	12,7	154	12,1
Acima de 10 anos								
Outros	8	15,1	5	11,6	6	17,6	55	6,4
Chefes	19	25,0	20	31,3	12	32,4	126	20,2
Total	27	20,9	25	23,4	18	25,4	181	14,2
Total								
Outros	53	8,1	43	6,6	34	5,2	652	100,0
Chefes	76	12,2	64	10,3	37	5,9	623	100,0
TOTAL GERAL	129	10,1	107	8,4	71	5,6	1275	100,0

Fonte: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932.

Tabela 7
Outras características da população ativa, classificada por renda familiar
per capita, no Município de São Paulo - 1980

Outras características da população ativa	Renda familiar per capita em salários mínimos (1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Vínculo Jurídico								
Chefes								
Sim	64	84,2	60	93,8	28	75,7	510	81,9
Não	12	15,8	4	6,3	9	24,3	113	18,1
Total	76	12,2	64	10,3	37	5,9	623	100,0
Não chefes								
Sim	43	81,1	35	81,4	26	76,5	499	76,5
Não	10	18,9	8	18,6	8	23,5	153	23,5
Total	53	8,1	43	6,6	34	5,2	552	100,0
Idade média em que começaram a trabalhar								
Chefes	14,316		16,016		15,583			
Não chefes	17,453		17,738		18,412			
Horas médias que trabalha por dia								
Chefes	8,397		8,452		9,771			
Não chefes	7,030		7,814		6,424			
Recebem em dia								
Sim	71	93,4	58	90,6	37	100,0	576	97,2
Não	1	1,3	2	3,1	0	0,0	16	2,7
Total	76	12,8	64	10,8	37	6,3	592	100,0
Não chefes								
Sim	49	92,5	40	93,0	31	91,2	509	96,1
Não	2	3,8	0	0,0	1	2,9	21	3,9
Total	53	8,5	43	6,9	34	5,5	623	100,0
Sindicalizados								
Chefes								
Sim	24	31,6	31	48,4	16	43,2	181	29,1
Não	52	68,4	33	51,6	21	56,8	442	70,9
Total	76	12,2	64	10,3	37	5,9	623	100,0
Não chefes								
Sim	7	13,2	10	23,3	6	17,6	77	11,8
Não	46	86,8	33	76,7	28	82,4	575	88,2
Total	53	8,1	43	6,6	34	5,2	652	100,0

Fonte: FINEP-PIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932.

Tabela 7
 Outras características da população ativa, classificada por renda familiar
per capita, no Município de São Paulo - 1980

Outras características da população ativa	Renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos (1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Vínculo Jurídico										
Chefes										
Sim	43	70,5	81	82,7	76	78,4	94	83,9	64	82,1
Não	18	29,5	18	17,3	21	21,6	18	16,1	14	17,9
Total	61	9,8	98	15,7	97	15,6	112	18,0	78	12,5
Não chefes										
Sim	17	40,5	78	88,4	98	78,4	138	85,7	64	80,0
Não	25	59,5	36	31,6	27	21,6	23	11,3	16	20,0
Total	42	6,4	114	17,5	125	19,2	161	24,7	80	12,5
Idade média em que começaram a trabalhar										
Chefes	13,281		12,320		12,598		13,577		14,561	
Não chefes	13,333		14,254		14,148		14,289		16,025	
Horas médias que trabalha por dia										
Chefes	9,132		9,005		8,729		8,910		8,780	
Não chefes	7,703		8,264		8,097		8,161		7,993	
Recebem em dia										
Chefes										
Sim	56	91,8	89	90,3	89	91,8	104	92,9	72	92,3
Não	1	1,6	4	4,1	3	3,1	4	3,6	1	1,3
Total	61	10,3	98	16,6	97	16,3	112	18,9	78	13,2
Não chefes										
Sim	33	78,6	99	86,8	114	91,2	155	96,3	78	97,5
Não	4	9,5	8	7,0	7	5,6	1	0,6	1	1,3
Total	42	6,7	114	18,3	125	20,1	161	25,8	80	12,8
Sindicalizados										
Chefes										
Sim	9	14,8	22	22,4	27	27,8	28	25,0	24	30,8
Não	52	85,2	76	77,6	70	72,2	84	75,0	54	69,2
Total	61	9,8	98	15,7	97	15,6	112	18,0	78	12,5
Não chefes										
Sim	2	4,8	9	7,9	10	8,0	20	12,4	13	16,3
Não	40	95,2	105	92,1	115	92,0	141	87,6	67	83,8
Total	42	6,4	114	17,5	125	19,2	161	24,7	80	12,3

(continua)

2.3. Evidências empíricas sobre distribuição de renda por segmentos sociais

A distribuição das famílias segundo os segmentos sociais considerados, sua participação relativa na renda total e respectivo coeficiente de Gini constam na Tabela 8.

Inicialmente, observa-se que cerca de um quarto dos chefes de família não participa da produção sob as formas consideradas: encontram-se aposentados ou desempregados; ou vivem de outras rendas (viúvas, rentistas, etc.); ou são anciãos que não percebem renda.

Dentre as famílias trabalhadoras, os grupos que percebem as menores rendas são: serviços domésticos, operários, trabalhadores por conta própria com ponto fixo e assalariados informais. Estes são os segmentos que apresentam níveis médios de renda familiar inferiores aos demais, menor grau de concentração ou desigualdade na distribuição de renda segundo o coeficiente de Gini e tamanho médio familiar maior que os demais (Tabela 8).

Nos segmentos citados anteriormente, dois destacam-se por conter proporcionalmente maior número de chefes do sexo feminino e elevado número de mulheres participando da produção: trabalhadores por conta própria com ponto fixo e serviços domésticos. Isso indica as dificuldades por que passam as famílias de baixa renda sem a predominância masculina para manter a reprodução familiar e obter melhor padrão de vida futura (Tabela 9).

Tabela 8

Número, tamanho e distribuição de renda dos segmentos familiares no Município de São Paulo - 1980

Segmentos familiares selecionados	Número (A)	% (B)	Tamanho Médio (C)	(em Cr\$) (D)	Total % (E)	Coefficiente de Gini (F)	Renda Média (em Cr\$) (G)	E/B
Operários	108	13,43	4,67	1.705.674	6,68	38,799	15.793,28	0,50
Assalariados fora da transformação direta	201	25,00	3,83	5.564.043	21,80	44,655	27.681,81	0,87
Controladores da transformação direta	16	1,99	4,06	616.558	2,42	32,624	38.534,88	1,22
Controladores fora da transformação direta	45	5,60	3,84	2.252.770	8,83	52,014	50.061,56	1,58
Conta própria com estabelecimento	48	5,97	4,02	1.542.918	6,05	38,127	32.144,13	1,01
Conta própria com ponto fixo	27	3,37	3,04	467.265	1,83	38,457	17.306,11	0,54
Conta própria sem ponto fixo	54	6,72	4,72	1.083.024	4,24	30,689	20.056,00	0,63
Assalariados informais	13	1,62	4,46	281.630	1,10	39,020	21.663,85	0,68
Serviços domésticos	6	0,75	4,83	72.100	0,28	36,454	12.016,67	0,37
Profissionais liberais	13	1,62	4,38	1.011.900	3,96	45,569	77.838,46	2,44
Proprietários e organizadores de produção	74	9,20	3,85	5.854.380	22,94	46,087	79.113,22	2,49
Outras famílias	199	24,80	3,66	5.070.939	19,90	(1)	25.482,11	0,80
Total	804	100,00	4,00	25.523.201	100,00	(1)	31.745,27	(1)

Nota: A variável total está absorvendo todas as rendas da família, procedentes do trabalho e outras.

(1) Informações não computadas.

Tabela 9
 Chefes e membros dos segmentos familiares que trabalham
 no Município de São Paulo - 1980

Segmentos familiares selecionados	Chefes				Total		Outros Membros	
	Homens		Mulheres		Número	%	Homens	
	Número	%	Número	%			Número	%
Operários	95	87,96	13	12,04	108	100,00	58	58,00
Assalariados fora da transformação direta	163	81,09	38	18,91	201	100,00	55	42,31
Controladores da transformação direta	16	100,00	0	0,00	16	100,00	9	64,29
Controladores fora da transformação direta	41	91,11	4	8,89	45	100,00	8	36,36
Conta própria com estabelecimento	45	93,75	3	6,25	48	100,00	12	32,43
Conta própria com ponto fixo	16	59,26	11	40,74	27	100,00	2	14,29
Conta própria sem ponto fixo	54	100,00	0	0,00	54	100,00	17	41,74
Assalariados informais	10	76,92	3	23,08	13	100,00	5	35,71
Serviços domésticos	1	16,67	5	83,33	6	100,00	2	33,33
Profissionais liberais	13	100,00	0	0,00	13	100,00	5	50,00
Proprietários e organizadores de produção	72	97,30	2	2,70	74	100,00	13	29,55

Segmentos familiares selecionados	Outros Membros		Total		Total				Total Geral	
	Mulheres		Número	%	Homens		Mulheres		Número	
	Número	%			Número	%	Número	%		
Operários	42	42,00	100	100,00	153	73,56	55	26,44	208	100,00
Assalariados fora da transformação direta	75	57,69	130	100,00	218	65,86	113	34,14	331	100,00
Controladores da transformação direta	5	35,71	14	100,00	25	83,33	5	16,67	30	100,00
Controladores fora da transformação direta	14	63,64	22	100,00	49	73,13	18	26,87	67	100,00
Conta própria com estabelecimento	25	67,57	37	100,00	57	67,06	28	32,94	85	100,00
Conta própria com ponto fixo	12	85,71	14	100,00	18	43,90	23	56,10	41	100,00
Conta própria sem ponto fixo	21	55,26	38	100,00	71	17,17	21	22,83	92	100,00
Assalariados informais	9	64,29	14	100,00	15	55,56	12	44,44	27	100,00
Serviços domésticos	4	66,67	6	100,00	3	25,00	9	75,00	12	100,00
Profissionais liberais	5	50,00	10	100,00	18	78,26	5	21,74	23	100,00
Proprietários e organizadores de produção	31	70,45	44	100,00	85	72,03	33	27,97	118	100,00

As taxas de participação na produção segundo o sexo, isto é, a porcentagem de membros ativos, indicam que não há diferenças entre segmentos sociais. Contudo, geralmente, essas taxas são maiores entre os segmentos que apresentam menores níveis de renda média familiar, destacando-se os assalariados informais, onde a participação para ambos os sexos é bastante elevada (Tabela 10).

Os membros das famílias trabalhadoras, em geral, não participam da produção no mesmo segmento em que o chefe da família atua. Destacam-se, todavia, três segmentos em que os demais membros apresentaram uma elevada participação no segmento original: operários (para homens), serviços domésticos (para mulheres) e assalariados fora da transformação direta (para ambos os sexos). O último segmento, porém, dado o elevado grau de agregação, não é tão significativo quanto os dois primeiros, pois é o principal segmento em termos de absorção de chefes e de membros que participam da produção (Tabela 11).

Em síntese, cinco segmentos revelam-se numa situação extremamente desfavorável quanto à percepção da renda: serviços domésticos; operários; trabalhadores por conta própria com ponto fixo; trabalhadores por conta própria sem ponto fixo; e assalariados informais. Estes representam cerca de 26% das famílias do Município e absorvem em torno de 14% da renda total. O segmento operários destaca-se dos demais por representar grande proporção dessas famílias (13%, o segundo maior segmento) e perceber pequena parcela relativa da renda (6,68%), inferior, apenas, àquela que é absorvida pelos serviços domésticos. Além disso, quer-se ressaltar que estes dois últimos segmentos apresentam maior parcela de membros ativos participando da produção no mesmo segmento do chefe do que os demais.

Esses fatos vêm ao encontro das evidências constatadas para o Brasil - e apresentadas em outros trabalhos - sobre a produção de estruturas de qualidade de força de trabalho pelas próprias famílias por segmentos sociais. Nesse caso em que segmentos que se apropriam de baixa parcela da renda se organizam pa

ra superar essa restrição, de tal forma a lançar no mercado de trabalho jovens de baixa qualificação, comprometem-se as possibilidades futuras de elevar o baixo padrão atual de reprodução das famílias e do próprio segmento. Em suma, a pequena percepção de renda é um elemento que simultaneamente induz à produção de baixa qualidade de força do trabalho e impõe bloqueios à sua recuperação.

Finalmente, observa-se que o quadro traçado acima é ratificado quando se analisam as informações sobre o acesso a bens de consumo duráveis, localização de moradia e ausência de infraestrutura física urbana nesse local, conforme consta nas Tabelas 12 e 13.

Tabela 10
Taxas de participação dos segmentos familiares na produção
no Município de São Paulo - 1980

Segmentos familiares selecionados	Famílias	Membros que trabalham		
		Homens	Mulheres	Total
Operários	108	153	55	208
Assalariados fora da transformação direta	201	218	113	331
Controladores da transformação direta	16	25	5	30
Controladores fora da transformação direta	45	49	18	67
Conta própria com estabelecimento	48	57	28	85
Conta própria com ponto fixo	27	18	23	41
Conta própria sem ponto fixo	54	71	21	92
Assalariados informais	13	15	12	27
Serviços domésticos	6	3	9	12
Profissionais liberais	13	18	5	23
Proprietários e organizadores de produção	74	85	33	118

Segmentos familiares selecionados	Membros em idade ativa			Taxas de participação		
	Homens	Mulheres	Total	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)
Operários	193	177	370	79,30	31,07	56,22
Assalariados fora da transformação direta	285	329	614	76,49	34,35	53,91
Controladores da transformação direta	28	23	51	89,30	21,73	58,80
Controladores fora da transformação direta	62	69	131	79,03	26,09	51,14
Conta própria com estabelecimento	80	86	176	71,25	32,56	48,30
Conta própria com ponto fixo	23	50	73	78,26	46,00	56,16
Conta própria sem ponto fixo	97	90	187	73,20	23,33	49,20
Assalariados informais	19	23	42	78,95	52,17	64,29
Serviços domésticos	8	17	25	37,50	52,94	48,00
Profissionais liberais	21	22	43	85,71	11,63	53,49
Proprietários e organizadores de produção	112	123	235	75,89	26,83	50,21

Tabela 11
Formas de participação dos membros das famílias na produção
no Município de São Paulo - 1980

Segmentos familiares selecionados	Membros da família que trabalham no mesmo segmento do chefe					
	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Operários (1)	26	44,8	15	31,3	41	38,7
Assalariados fora da transformação direta (2)	29	52,7	38	48,1	67	51,5
Controladores da transformação direta (3)	-	-	-	-	-	-
Controladores fora da transformação direta (4)	-	-	-	-	-	-
Conta própria com estabelecimento (5)	1	8,3	2	8,0	3	7,9
Conta própria com ponto fixo (6)	-	-	1	7,7	1	5,6
Conta própria sem ponto fixo (7)	2	11,8	1	4,0	3	7,1
Assalariados informais (8)	-	-	1	7,7	1	5,6
Serviços domésticos (9)	-	-	2	50,0	2	33,3
Profissionais liberais (10)	-	-	-	-	-	-
Proprietários e organizadores de produção (11)	1	7,7	4	10,3	5	10,2

Segmentos familiares selecionados	Segmento principal (exceto aquele do chefe) em que se ocupam outros membros						Total		
	Homens			Mulheres			Número	%	Segmento principal
	Número	%	Segmento principal	Número	%	Segmento principal			
Operários (1)	19	32,8	(2)	21	43,8	(2)	40	38,7	(2)
Assalariados fora da transformação direta (2)	8	14,5	(1)(8)	16	21,3	(1)	24	17,3	(1)
Controladores da transformação direta (3)	6	66,7	(2)	3	60,0	(2)	9	64,3	(2)
Controladores fora da transformação direta (4)	4	50,0	(2)	9	52,9	(2)	13	52,2	(2)
Conta própria com estabelecimento (5)	8	66,7	(2)	12	46,2	(2)	20	52,6	(2)
Conta própria com ponto fixo (6)	1	50,0	(2)	9	64,3	(2)	10	62,5	(2)
Conta própria sem ponto fixo (7)	9	52,9	(2)	8	32,0	0	17	40,5	(2)
Assalariados informais (8)	5	100,0	(2)	5	38,5	(2)	10	38,5	(2)
Serviços domésticos (9)	2	100,0	(2)	1	25,0	(6)	2	33,3	(2)
Profissionais liberais (10)	4	80,0	(2)	3	60,0	(2)	7	50,0	(2)
Proprietários e organizadores de produção (11)	7	53,8	(2)	14	40,0	(2)	21	17,0	(2)

Obs.: O número entre parênteses após a denominação do segmento está associado a esse segmento.

Tabela 12
Bens de consumo duráveis dos segmentos familiares no Município de São Paulo - 1980

Segmentos familiares selecionados	Famílias	Automóvel (%)	Telefone (%)	Máquina de Trico (%)	Aspirador de Pó (%)	Máquina de Costura (%)	Batedeira (%)
Operários	108	18,5	7,4	-	8,3	50,0	23,1
Assalariados fora da transformação direta	201	45,8	29,4	6,5	32,8	59,2	44,3
Controladores da transformação direta	16	68,8	62,5	-	56,3	93,8	62,5
Controladores fora da transformação direta	45	68,9	60,0	8,9	57,8	66,7	53,3
Conta própria com estabelecimentos	48	60,4	58,3	8,3	51,2	83,3	66,7
Conta própria com ponto fixo	27	37,0	33,3	7,4	25,9	81,5	40,7
Conta própria sem ponto fixo	54	59,3	25,9	1,9	29,6	57,4	37,0
Assalariados informais	13	15,4	30,8	-	7,7	61,5	58,5
Serviços domésticos	06	16,7	16,7	-	16,7	66,7	33,3
Profissionais liberais	13	84,6	76,9	23,1	76,9	76,9	69,2
Proprietários e organizadores de produção	74	87,8	82,4	13,9	83,8	77,0	87,4

Segmentos familiares selecionados	Máquina de Lavar (%)	Enceradei- ra (%)	Liquidi- cador (%)	Geladei- ra (%)	Televisão (%)	Rádio (%)	Ferro Elétrico (%)
Operários	13,9	50,0	68,5	76,9	84,3	82,4	86,1
Assalariados fora da transformação direta	39,8	67,2	88,6	89,6	94,5	93,5	95,0
Controladores da transformação direta	50,0	87,5	93,8	100,0	100,0	87,5	100,0
Controladores fora da transformação direta	60,0	68,9	97,8	100,0	93,3	93,3	100,0
Conta própria com estabelecimentos	58,3	83,3	93,8	95,8	97,9	95,8	97,9
Conta própria com ponto fixo	37,0	81,5	96,3	96,3	92,6	85,9	96,3
Conta própria sem ponto fixo	27,8	57,4	77,8	85,2	92,6	87,0	94,4
Assalariados informais	15,4	46,2	84,6	76,9	92,3	92,3	100,0
Serviços domésticos	16,7	33,3	66,7	50,0	83,3	66,7	83,3
Profissionais liberais	92,3	84,6	100,0	92,3	92,3	100,0	100,0
Proprietários e organizadores de produção	77,0	79,7	100,0	100,0	100,0	97,3	100,0

Tabela 13
Ausência de infra-estrutura nas áreas periférica e envolvente, segundo os segmentos familiares selecionados, no Município de São Paulo - 1980

Segmentos familiares selecionados	Famílias	Envolvente x Periférica (%)	Sem Asfalto (%)	Sem Iluminação (%)	Sem Transporte Próximo (%)	Sem equipamentos de Comercialização (%)
Operários	108	47,1	43,5	38,9	14,8	27,8
Assalariados fora da transformação direta	201	15,4	17,9	13,4	9,5	13,9
Controladores da transformação direta	16	0,3	18,8	12,5	12,5	25,0
Controladores fora da transformação direta	45	13,3	11,1	11,1	2,2	20,0
Conta própria com estabelecimento	48	6,3	14,6	8,3	10,4	18,3
Conta própria com ponto fixo	27	29,6	18,5	11,1	7,4	25,9
Conta própria sem ponto fixo	54	31,5	29,6	24,1	13,0	22,2
Assalariados informais	13	7,7	15,4	7,7	23,1	15,4
Serviços domésticos	6	66,7	66,7	16,7	-	33,3
Profissionais liberais	13	0,0	15,4	7,7	7,7	23,1
Proprietários e organizadores de produção	74	5,4	9,5	5,4	10,8	25,7

CONCLUSÕES

O presente trabalho apresenta alguns resultados sobre a distribuição de renda das famílias residentes no Município de São Paulo em 1980, associada à construção de segmentos sociais, à forma de participação na produção de seus membros ativos, a algumas características da situação de trabalho desses e, finalmente, ao estrato de renda familiar *per capita* ao qual se integram.

Partiu-se do pressuposto de que a família trabalhadora urbana subsiste como grupo se o conjunto de salários e rendas percebidas individualmente pelos seus membros ativos e o acesso a bens reprodutivos coletivos forem suficiente para mantê-la. Por sua vez, a situação de trabalho e o acesso à renda por parte dos integrantes ativos da família decorrem de circunstâncias objetivas e condicionadas primordialmente pelo segmento social em que a família se insere.

Entende-se então que, em um dado momento, os responsáveis pela reprodução da unidade familiar participam da produção sob determinadas formas, o que integra essa unidade familiar a um segmento social específico.

Os segmentos sociais, por outro lado, foram construídos agregando-se as famílias de acordo com a forma de participação na produção do chefe da unidade familiar. Este é apontado pela família e, geralmente, é o principal provedor pela manutenção da mesma.

Construindo-se os segmentos sociais dessa maneira, impõe-se uma hipótese restritiva e simplificadora, ou seja, de que nem o cônjuge nem os filhos ativos exerçam influência sobre a inserção da família em um segmento social.

Os segmentos sociais que aqui foram considerados são proprietários e organizadores de produção, assalariados (operação direta, controladores na produção, assalariados fora da transformação direta, controladores fora da transformação), trabalhadores por conta própria, (com estabelecimento, com ponto fixo e sem ponto fixo), assalariados informais (ajudantes de trabalhadores por conta própria) e serviços domésticos.

O conjunto de informações que foi apresentado procede de um levantamento de campo no Município de São Paulo realizado em 1980 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Esse permitiu, a partir de informações sobre a forma de participação na produção (ocupação, ramo de atividade, posição na ocupação e local de trabalho) do chefe da unidade familiar, a construção dos segmentos sociais.

A pesquisa revelou que cinco segmentos sociais no Município de São Paulo se encontravam numa situação extremamente desfavorável quanto à apropriação da renda: serviços domésticos, operários, trabalhadores por conta própria com ponto fixo, trabalhador por conta própria sem ponto fixo e assalariados informais. Representavam 26% das famílias ali residentes e se apropriavam de 14% da renda total. Dois fatos merecem destaque. O primeiro refere-se ao segmento de operários que representava 13% das famílias e percebia 6,68% da renda, parcela esta inferior apenas àquela apropriada pelo segmento de serviços domésticos. O segundo é quando fixo que apresentavam elevado número de mulheres como chefe (no serviço doméstico isso é 100%) e elevada participação de membros ativos do sexo feminino na produção.

O estudo apresenta também evidências empíricas sobre a forma de participação na produção de outros membros que não o chefe dessa unidade. Em geral, observou-se que os demais integrantes da família não participam na produção no mesmo segmento social de origem. Contudo três segmentos destacaram-se por apresentar elevado número de membros incorporados no próprio segmento original: operários, serviços domésticos e assalariados fora da transformação direta. Isso indica e reforça evidências empí-

ricas apontadas em outros estudos de que as famílias, e o próprio segmento social, se constituem num dos elementos de produção de estruturas de qualidades de força de trabalho.

Assim, nesses casos em que os segmentos que se apropriam de pequena parcelas da renda total se organizam para superar tal restrição, lançando no mercado de trabalho a força de trabalho de seus integrantes jovens e de baixa qualificação, comprometem-se as possibilidades de obter um melhor padrão futuro de produção dessas famílias e do próprio segmento.

A análise das informações sobre a forma de participação na produção dos integrantes ativos da família e do estrato de renda familiar *per capita* também indicou resultados que mostram o quadro desigual de distribuição de renda no Município de São Paulo em 1980. Em primeiro lugar, 28,3% das famílias ali residentes possuíam uma renda *per capita* inferior a um salário mínimo, congregavam 55% do total de pessoas, um quarto do total de ocupados e 42% dos desempregados.

Os membros ativos que pertenciam às famílias de baixa renda ocupavam-se, principalmente, como operários, serviços domésticos, trabalhadores por conta própria com ponto fixo e assalariados informais nos seguintes ramos de atividade: construção civil, serviços domésticos, transportes e serviços de consumo. A maioria é não qualificada e semiqualicada; 57% não possuem vínculo jurídico institucional de trabalho. Compõem a maioria dos que não recebem em dia e dos que não têm nenhum laço com sindicatos ou associações de categorias profissionais.

Por último, esses resultados evidenciam e qualificam informações apresentadas em outros estudos sobre a desigualdade na distribuição de renda vigente no meio urbano-industrial do País. Mostram que em 1980, início do recrudescimento da fase recessiva por que passa hoje nossa economia, no Município de São Paulo, os baixos níveis de renda eram características entre diversos segmentos sociais de trabalhadores e para significativa parcela desses. Destacavam-se, contudo, segmentos específicos em que a apropriação da renda total era extremamente desfavorável. En-

esses, ressalta-se o segmento de operários. Naquela ocasião, representava o segundo maior segmento social do Município; no entanto apropriava-se de pequena parcela de renda, parcela essa superior somente àquela que era percebida pelos serviços domésticos. Além disso, esse segmento continha um elevado número de membros ativos secundários que participavam no mesmo segmento de origem. Assim, é de se esperar que esse, sendo um dos segmentos que mais se ressentem do impacto do ciclo recessivo e do desemprego, tenha piorado ainda mais suas condições de reprodução e de manutenção de sua qualidade de força de trabalho. Chama-se a atenção para esses fatos, pois podem vir comprometer, caso não sejam tomadas medidas políticas que protejam a queda da renda desse segmento, as possibilidades futuras de um melhor padrão de reprodução e de qualidade da força de trabalho obreira do País.

NOTAS

- (1) A análise de distribuição da renda pessoal é sem dúvida consistente com o paradigma neoclássico; reafirma o individualismo e indiferencia classes sociais e fontes de rendimento. Esse enfoque é magnificado pela Teoria do Capital Humano, que arroia conjuntos de variáveis sócio-demográficas (idade, educação, tamanho da família, ocupação, Q.I., etc.), individuais e familiares para explicar diferenciais na geração de renda pessoal ou familiar. No entanto esse não é o ponto de partida para este estudo. Aqui, enfatiza-se a distribuição de renda entre segmentos sociais e como contrapartida das formas sociais de participação na produção.
- (2) Informações sobre a amostra e sua representatividade podem ser encontradas em Cacciamali (1982).
- (3) A família, como unidade econômica, pode ser também produtora de bens e serviços. Este estudo não aborda especificamente este aspecto.
- (4) Observa-se que, embora todos os membros da família tenham que repor sua existência diária, seu dispêndio físico, nem todos participam da produção da mesma forma (crianças, anciãos, inválidos, etc.).
- (5) Este estudo considera como participantes da produção aqueles indivíduos que: i) estavam trabalhando de forma remunerada em algum posto de trabalho ou atividade voltada para o mercado; ii) não estavam trabalhando, mas procurando algum tipo de atividade remunerada (desempregados).
- (6) Veja-se Billie (1981, p. 37-42).
- (7) Um detalhamento da amostra e dos critérios que foram utilizados pode ser encontrado no estudo: Cacciamali (1982). Uma informação que julgamos relevante fornecer para comparar e subsidiar outros levantamentos é que a taxa de mortalidade dos endereços amostrado foi de 36% em função de recusas (38,6%), domicílios não localizados (27,2%), domicílios vazios (13,2%), estabelecimentos comerciais (6,5%), endereços não localizados (6%) e inválidos (8,1%). No entanto, quer se ressaltar que a composição final dos endereços (804) não invalidou a distribuição prevista desse por estrato de renda (tipo de imóvel).

- (8) Cacciamali (1982 e 1983).
- (9) A população de dez anos ou mais foi decomposta nos seguintes grupos: i) ocupados; ii) desocupados procurando emprego; iii) desocupados que não estão procurando emprego, mas que nunca tiveram alguma ocupação; iv) desocupados que nunca tiveram alguma ocupação.
- (10) Dos 25% dos trabalhadores inseridos no estrato de renda familiar *per capita* de até um salário mínimo, 40% participam da produção no setor industrial.
- (11) Por exemplo, os trabalhadores por conta própria representam no Japão 19%, na França 15% e nos EUA 11%.
- (12) Os estudos de Fava (1983) e Vieira (1983) ilustram o aspecto mencionado.

BIBLIOGRAFIA

- Bilac, E.D. (1978). *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Símbolo.
- _____. (1981). Classes sociais e família: nota para pesquisa empírica. *Perspectivas* São Paulo, 4:37-42.
- Borsotti, C.A. (1978). *Notas sobre la familia como unidade socioeconômica*. Santiago, CEPAL/ILPES. (Cuadernos de la CEPAL).
- Cacciamali, M.C. (1983). Distribuição de renda, formas de participação na produção e informal. In: *SEMINÁRIO SOBRE CRIAÇÃO DE EMPREGO NA ECONOMIA INFORMAL DA AMÉRICA LATINA*. Recife.
- _____. (1982). *Políticas de emprego e renda para o setor informal*. São Paulo, FINEP/FIPE. (mimeo).
- _____. (1983). *Setor informal e formas de participação na produção*. São Paulo, IPE. (Série Ensaio Econômicos, 26).
- Camargo, C.P.F. et alii (1972). *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola.
- Faria, V. (1974). *Pobreza urbana, sistemas urbano e marginalidade*. São Paulo, CEBRAP. (Estudos CEBRAP).
- Fava, V.L. (1983). *Urbanização, custo de vida e estrutura de dispêndio das famílias, algumas evidências para o Brasil*. São Paulo, IPE (Trabalho para discussão interna, 25/83).
- Folbre, N. (1982). Exploitation comes home: a critique of the marxian theory family labour. In: *Cambridge Journal of Economics*, London, 6:317-29.
- Prealc. (1978). *Setor informal: funcionamento y políticas*. Santiago.
- Singer, P.I. (1981). *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Vieira, C. (1983). *Urbanização e custo de reprodução da força de trabalho*. São Paulo, USP. (Tese de doutoramento FEA/USP). (mimeo).

RELAÇÕES ENTRE DESEMPREGO ABERTO, SUBEMPREGO E SETOR INFORMAL NO BRASIL

Apresentação

A divulgação das taxas de desemprego e de inflação estão entre as informações da conjuntura econômica que mais provocam impacto junto à opinião pública e que mais galvanizam descontentamentos políticos. Uma elevação da taxa de inflação significa junto ao público uma perda de poder aquisitivo enquanto o aumento da taxa de desemprego é sinônimo de aumento da pobreza, de criminalidade, de tensão e de outras patologias sociais.

O tema *desemprego* por tratar-se de uma questão polêmica e política/social relevante tem merecido destaque na literatura acadêmica nacional e internacional sobre economia e outras ciências sociais. Contudo, no Brasil, pelo fato de que somente após os anos 80, o desemprego tipicamente capitalista, de estagnação, ter-se apresentado intenso e ter mostrado a face dramática da deteriorização da forma humana do país, poucos são os estudos que se preocuparam em tipificar e analisar as relações entre as formas de desemprego que persistem e que surgem atualmente em nossa economia.

A ocorrência de desemprego é analisada para efeitos deste estudo sob duas óticas. A primeira caracteriza o desemprego como ociosidade de um fator de produção, ou seja, força de trabalho. A segunda, é que no caso dos países economicamente atrasados a desocupação de força de trabalho está fortemente vinculada ao contexto histórico-institucional desses países. Heterogeneidade na estrutura produtiva, mescla entre atividades de bai-

xa e alta produtividade, ocupação de mão-de-obra em formas de organização da produção não tipicamente capitalistas, existência de excedentes de mão-de-obra e fortes disparidades de renda são traços que tipificam os países não totalmente desenvolvidos.

O presente relatório tem três objetivos. O primeiro é apontar limitações embutidas no conceito de desemprego aberto; o segundo é o de tipificar um conjunto de taxas de *ociosidade* de força de trabalho sob a ótica de um sistema capitalista. O terceiro é o de aplicar o quadro conceitual definido às estatísticas disponíveis no Brasil e analisar os resultados obtidos. O desenvolvimento desses propósitos estão contidos em cinco seções que são expostas a seguir. Por último, apresenta-se o alinhamento das principais conclusões.

Adianta-se ao leitor que tanto o arcabouço conceitual como os resultados obtidos devem ser entendidos como preliminares, seja pela escassez de estudos recentes e sistemáticos sobre o tema, como pela sistemática e tipo de informações que se encontram disponíveis atualmente no Brasil.

1. Limitações Conceituais da Taxa de Desemprego Aberto

A maioria dos países ocidentais computa as informações sobre o número de desempregados a partir de pesquisas domiciliares por amostragem ou por informações coletadas junto a sistemas administrativos associados à seguros-desemprego (1). São consideradas como desempregadas as pessoas que pertencem à PEA (População Economicamente Ativa) que não estavam trabalhando num determinado período de referência, mas que num determinado intervalo de tempo (medido a partir do período de referência) empreenderam esforços para obter uma atividade remunerada. Sendo que, a taxa de desemprego é a relação entre o número de desempregados e o total da PEA. Essa maneira de computar o fenômeno apresenta a vantagem de permitir desagregações de tal forma a detectar os grupos da força de trabalho que se encontram em posições vulneráveis frente ao mercado de trabalho. Contudo, encerra certas imprecisões que podem vir a comprometer tanto o diagnóstico quanto ao tipo de desemprego, como o próprio resultado final.

O primeiro conceito a ser examinado será o de PEA. Em primeiro lugar, essa definição contém um limite de idade que é o divisor para considerar as pessoas que potencialmente podem vir a tornar-se ativas. Esse limite pode estar contido entre 10 e 15 anos, contudo a maioria dos países estabelece-o em torno de 15 anos. Em segundo lugar, o conceito não pondera indivíduos com diferentes tempos de trabalho, ou seja, é indiferente para efeitos de participação na PEA se o indivíduo trabalha 5 horas ou 50 horas semanais.

A definição acima nos leva a acreditar que pessoas que podem de fato estar procurando emprego estão sendo excluídas no computo da taxa de desemprego, seja pelo fator idade, ou por

trabalhar menos horas do que desejam, ou por trabalhar em atividades sem remuneração por ausência de alternativas remuneradas. Entre esses fatores, o limite de idade é o menos importante, visto que, em geral, e, principalmente, em economias industrializadas, o número de crianças que procuram emprego é diminuto. Assim, rebaixar o limite de idade implicaria em um aumento da base do cálculo e numa taxa agregada menor. Se bem, que essa questão poderia ser eliminada, pelo cálculo de taxas de desemprego por faixa etária.

Por último, quer se acrescentar que as pessoas em idade ativa que se encontram em atividades domésticas não remuneradas, os estudantes, os inválidos, os mentalmente incapazes, os aposentados, os pensionistas ou os que vivem de rendas não compõem a PEA. Isto também pode levar a distorções, nas estimativas sobre desemprego, pois entre esses grupos, indivíduos podem estar intentando obter emprego; ou desejam trabalhar, mas não tem condições objetivas para tal. É o caso, por exemplo, das donas de casa, com filhos pequenos ou sem habilidades adequadas para o mercado de trabalho; dos inválidos que não conseguem obter nenhum tipo de trabalho, apesar de, às vezes, de ter a qualificação necessária; dos estudantes e dos aposentados.

No que se refere à definição de desemprego essa envolve duas unidades de tempo. A primeira, refere-se ao momento em que a entrevista está sendo aplicada momento de referência, e a segunda está associada ao intervalo de tempo em relação ao momento de referência, intervalo em que o indivíduo empreendeu efetivos esforços para empregar-se (ida aos locais de trabalho possíveis, busca em jornais, por meio de amigos, parentes, etc.).

O número de desempregados medido dessa maneira merece algumas qualificações. Em primeiro lugar, o intervalo de tempo de procura de emprego que caracteriza o *desemprego* pode estar encobrindo pessoas *efetivamente desempregadas* que não são computadas como tal. É o caso dos indivíduos, que depois de uma longa busca por trabalho, se convencem e desistem de procu

rar emprego (trabalhador *desencorajado*). Em segundo lugar, essa medida não permite associar o desemprego à sua origem. Em outras palavras, é uma taxa agregada que não permite diagnosticar as causas do desemprego e esse diagnóstico seria importante para propor medidas de política econômica.

Na linha de ser um resultado que não permite obter as causas do desemprego esse indicador absorve situações disparestais como:

- i) pessoas que se encontram desempregadas contra sua vontade devido a fatores econômicos fora de seu controle; é o caso do desemprego provocado por retração cíclica da demanda de trabalho (desemprego cíclico), ou retração persistente da demanda de trabalho (desemprego de recessão ou estagnação);
- ii) pessoas que não encontram trabalho em função de estarem envolvidas em atividades sazonais em locais em que empregos alternativos são escassos (desemprego sazonal). É o caso de atividades como turismo, agricultura e construção civil;
- iii) pessoas que não estão conseguindo emprego devido às imperfeições do mercado de trabalho e à ausência de informações sobre os possíveis trabalhos que poderiam exercer (desemprego friccional). Além do mais, entre a perda de um emprego e a obtenção de outro existe sempre um espaço de tempo em que a pessoa se encontra desempregada;
- iv) pessoas que não estão trabalhando e não conseguem encontrar emprego porque suas qualificações pessoais, ou suas profissões tornaram-se inadequadas frente ao mercado de trabalho e aos padrões e métodos de produção (desemprego tecnológico).

Em adição à questão anterior, também não se obtêm informações sobre os seguintes fatos que podem estar ocorrendo no mercado de trabalho:

- i) indivíduos que se demitiram de seus empregos, tentando melhorar seu padrão de vida ou sua qualificação profissional;
- ii) indivíduos que se demitiram por insatisfação quanto ao seu trabalho;
- iii) pessoas que se aposentam mas que pretendem e precisam continuar trabalhando para manter seu padrão de vida;
- iv) pessoas que procuram o seu primeiro emprego ou porque findaram seus estudos, ou por motivos econômicos;
- v) pessoas que estão procurando uma atividade de período parcial ou um bico para fazer frente a necessidades momentâneas ou permanentes;
- vi) pessoas que estão entrando ou reingressando no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, ou para substituir o chefe de família que se encontrava na produção face a problemas de doença, desemprego prolongado, ou em função de uma recessão econômica;
- vii) pessoas inaptas para o trabalho mas que todavia procuram-no;
- viii) trabalhadores sazonais reentrando no mercado de trabalho no início da atividade sazonal;
- ix) pessoas em atividades sazonais procurando emprego entre a sazonalidade para fazer frente à sua sobrevivência.

Por outro lado, não são considerados como desempregados, indivíduos que em outra delimitação de conceitos assim poderiam ser caracterizados. É o caso de:

- i) pessoas que no momento estão trabalhando em jornadas de trabalho subnormais devido a fatores conjunturais econômico;

- ii) subempregados, trabalhando abaixo de suas qualificações normais ou com salários abaixo dos usuais que foram demitidos de seus empregos e não conseguiram a mesma alternativa anterior;
- iii) trabalhadores por conta própria que vivem de expedientes por não conseguirem um emprego e percebem remunerações ínfimas para seu sustento e de sua família;
- iv) trabalhadores familiares não remunerados que não conseguem empregos alternativos.

No caso brasileiro, as estatísticas sobre desemprego estão a cargo do FIBGE (Pesquisa Mensal de Emprego) que as divulga mensalmente desde 1980. Somente são computados os índices de desemprego para as áreas metropolitanas e os critérios são os mesmos que aqueles utilizados nas estatísticas internacionais. Quer se chamar a atenção para o limite de idade nessa metodologia para compor a PEA, 15 anos, visto que para efeito do Censo Demográfico do Brasil esse limite é dez anos.

Conforme apontado anteriormente essa maneira de computar o desemprego permite um possível grau de desagregação (sexo, faixa etária, etc.) de tal forma a identificar os grupos da PEA que sem encontram numa situação mais vulnerável frente ao mercado de trabalho. E, isso permite a possibilidade de propor e fomentar algumas medidas para minorar esse estado. Por outro lado, contém inúmeras imprecisões relatadas, que dificultam diagnósticos e podem vir até a prejudicar a formulação dessas medidas.

Por último, não se poderia deixar de mencionar as consequências sociais do desemprego que é um dos fatores que esgota a força de trabalho e os recursos humanos de uma sociedade. Em primeiro lugar, afeta o padrão de vida do indivíduo e da família podendo desorganizá-la e até desmembrá-la. Em segundo lugar, o impacto psicológico sobre o indivíduo pode até vir a inibi-lo para trabalhos futuros. Em terceiro lugar, entre os jovens, grupo muito vulnerável ao desemprego, o efeito é muito

negativo. A sociedade dos adultos retira dos jovens o direito à independência econômica e à perspectiva da construção de um futuro. E, como o único bem de que dispõem é o tempo, são levados às drogas, à violência, ao vandalismo, ao crime etc. Em quarto lugar, os trabalhadores mais vulneráveis, os não qualificados são os mais afetados o que pode vir a afetar a própria reprodução de força de trabalho⁽²⁾. Por último, os grupos étnicos e as mulheres, também passam a sofrer maiores discriminações.

2. Tipos de Desemprego e suas Conceituações

Os tipos de desemprego usualmente relatados pela literatura sobre o tema são:

- i) desemprego sazonal, pessoas envolvidas em atividades sazonais, que geralmente vivem em locais onde empregos alternativos são difíceis de serem conseguidos. Exemplos: indústria do turismo, construção civil, agricultura;
- ii) desemprego de estagnação, ocorre numa situação de estagnação, retração contínua da demanda agregada, depressão, em que não existe nenhuma perspectiva de término no curto prazo. Existirá, portanto, um grande nível de desemprego durante muito tempo;
- iii) desemprego friccional, pessoas que estão fora de seus empregos devido às imperfeições do mercado de trabalho. Uma economia dinâmica exige que as pessoas mudem de emprego para fazer às mudanças de produtos e de qualificações. Mas como os mercados não são perfeitos e essas mudanças não são contínuas, nem lentas ou suaves entre um emprego A e um emprego B existe um *lag* de tempo em que a pessoa fica desempregada. Sendo que, quanto menos transparentes forem os mercados maior a probabilidade de ocorrência e persistência do fenômeno:

iv) desemprego estrutural, certas qualificações individuais dos trabalhadores e certas indústrias de bens e serviços são substituídas ao longo do tempo pela introdução de inovações tecnológicas, perdem importância e até desaparecem. Esse fato provoca o tipo de desemprego a que estamos nos referindo visto que a demanda pelas qualificações dos indivíduos decai mais rapidamente do que as alternativas ocupacionais que podem surgir para a força de trabalho que se encontra *desqualificadas*. As repercussões desse tipo de desemprego constituem-se em foco de preocupações de políticas governamentais e de sindicatos, tanto em países totalmente industrializados, como nos de industrialização intermediária ou atrasada;

v) desemprego cíclico, corresponde às retrações cíclicas da economia

A taxa de desemprego aberto abrange as categorias acima mencionadas, mais a categoria de *desemprego voluntário* e conforme relatado reflete também as *distorções* que foram apontadas na seção anterior.

Um segundo conjunto de conceitos que diz respeito a diferentes graus de subutilização da força de trabalho (*ociosidades*) é o de *subemprego*. A definição foi lançada inicialmente por Joan Robinson referindo-se à depressão na década de 30. Observou essa autora que os indivíduos tendo perdido um posto de trabalho de alta qualificação passavam a aceitar postos de trabalho inferiores a fim de auferir algum nível de renda. Esse conceito é aplicado usualmente para países subdesenvolvidos no caso de trabalhadores engajados em atividades de baixa produtividade ou que utilizam menor quantidade de seus potenciais. Esse é um conceito de difícil mensuração. Em geral, na literatura sobre a matéria, estima-se o subemprego por meio de dois parâmetros: horas trabalhadas (*visível*) e rendas au

feridas (*ocultos*). Indivíduos que trabalham menos do que 30 ou 40 horas por semana, ou que auferem menos do que um salário mínimo por mês são considerados em estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro, em geral, como subempregados⁽³⁾.

Um último destaque é o fato de que em países economicamente atrasados o emprego da força de trabalho em formas de organização da produção não capitalistas constitui parcela significativa do emprego total. Entre essas formas de organização da produção devem ser citadas unidades produtivas a cargo de trabalhadores por conta própria, pequenos proprietários, e atividades exercidas por empregados domésticos. Dentre essas parcelas, significativo número de indivíduos ocupados nessas formas detém ocupação instável (em função do comportamento da demanda) e percebem baixa remuneração. O grupo de atividades acima mencionados, constitui o setor informal da economia que para grupos de trabalhadores é uma alternativa clara ao desemprego (Cacciamali, M. C. 1985).

É nesse sentido que a taxa de desemprego aberto mostra apenas uma parte do problema da ociosidade da mão-de-obra. Ressalta-se contudo que é um indicador valioso da evolução do mercado de trabalho ao longo do tempo e é fundamental para destacar as flutuações cíclicas no curto prazo.

No entanto, ressalta-se que uma análise econômica do mercado de trabalho deve estabelecer, mormente em países economicamente atrasados, diversos conceitos a serem utilizados, de tal forma a captar essas situações dispares da produção e do mercado de trabalho. E, não pode omitir-se de analisar também num contexto dinâmico as relações existentes entre as diversas formas de *ociosidade* da força de trabalho da realidade em estudo.

3. Relações entre os Desempregados do Setor Formal e o Emprego no Setor Informal

Alguns autores que trataram sobre o tema *Setor Informal* no Brasil⁽⁴⁾, afirmam, ou possibilitam a interpretação, de que numa situação de desativação da economia, de retração de demanda agregada a tendência é que um fluxo de força de trabalho tornando-se desempregada pelo Setor Formal ingresse no Setor Informal da Economia. Essa afirmação inclusive vem sendo regularmente veiculada pela imprensa, após os anos 80. Em suma, é em geral afirmado que as atividades informais estão se constituindo em uma válvula de escape ao desemprego formal.

Em relação a essa temática, a posição que se defende neste estudo é que obviamente os dois setores estão relacionados, o Setor Informal subordinado ao Formal, e que de fato em um período recessivo o primeiro pode vir a receber fluxos de trabalhadores do Setor Formal. Contudo, essa relação não é automática e existe um processo de ajustamento a ser analisado e observado entre esses dois setores. E, principalmente, no início do ciclo recessivo a magnitude do Setor Informal não deve sofrer alterações significativas. Isto em função das características no funcionamento, dinâmica interna, do Setor Informal e das barreiras à entrada existentes no Setor⁽⁵⁾.

Em outras palavras, considera-se aqui que existem limites para que o Setor Informal absorva o impacto do desemprego (aberto e subemprego) do Setor Formal. E, novamente, enfatiza-se que análises dinâmicas sobre o mercado de trabalho, frente a uma situação recessiva deveriam também contemplar as relações entre diversas formas de *ociosidade* da força de trabalho, bem como, o comportamento da taxa de participação da força de trabalho na produção.

Partindo dos argumentos tecidos ao longo das seções anteriores e nesta seção propõe-se com o intuito de torná-los mais claros um conjunto de indicadores e de hipóteses que são apresentados a seguir.

4. Metodologia Adotada e Fonte de Dados

Os conceitos de desemprego e de outras taxas relacionadas com a ociosidade da força de trabalho, sob a ótica de um sistema capitalista, estão sendo definidos como:

TD = desocupados/PEA;

TD¹ = assalariados que trabalham menos do que 40 horas semanais/PEA;

TS² = assalariados que percebem menos do que 1 salário mínimo por mês/PEA;

TS³ = assalariados que trabalham menos do que 40 horas semanais e percebem menos do que um salário mínimo por mês/PEA;

TI¹ = trabalhadores por conta própria/PEA;

TI² = trabalhadores por conta própria que trabalham menos do que 40 horas semanais/PEA;

TI³ = trabalhadores por conta própria que recebem menos do que um salário mínimo por mês/PEA;

TI⁴ = trabalhadores por conta própria que trabalham menos do que 40 horas semanais e percebem menos do que um salário mínimo por mês/PEA;

sendo que:

TD = taxa de desemprego aberto;

TS = taxa de subemprego;

TI = taxa de informalidade⁽⁶⁾.

As hipóteses que se pretendem analisar relacionam as taxas de desemprego aberto(TD), subemprego (TS) e de informalidade (TI) com as fases ascendentes e descendentes do ciclo econômico, ou seja:

i) A expansão do nível das atividades econômicas ~~non~~ não reduz a taxa de desemprego aberto, ~~mas~~ a taxa de informalidade, mas, sim a taxa de subemprego. Acredita-se, portanto, que ocorram os seguintes movimentos entre ocupados e desocupados da força de trabalho. Inicialmente, a TD tenderia a diminuir, em função da reativação da economia, no entanto, o aumento de ingressantes na PEA (novos e desencorajados), e o fluxo de subempregados e trabalhadores informais à procura de melhor colocação tende a manter constante ou a aumentar essa taxa. O nível da TD dependerá da velocidade, da tecnologia adotada e da capacidade de absorção de mão-de-obra em que o crescimento econômico está se processando.

A taxa de subemprego, por sua vez, tenderá, em princípio, a diminuir pois o ritmo de expansão deverá implicar maior número de horas trabalhadas e melhores níveis relativos de remuneração.

No que se refere à taxa de informalidade, ou essa se mantém constante ou tende a diminuir, pois com a melhoria nos níveis da atividade econômica a renda absoluta da economia aumenta e isso pode ocasionar o aumento de serviços fornecidos por trabalhadores informais. Esse setor contudo, poderá vir a receber dois fluxos. O primeiro procedente de trabalhadores assalariados que desejam estabelecer-se por conta própria. Como o início de uma atividade nesses moldes exige um período de conhecimento tanto da atividade como do mercado, os recém-ingressantes nesse setor tendem a receber níveis de renda relativamente baixos no curto prazo ocasionando aumento no ~~PI~~ ^{PI}. O segundo fluxo poderá proceder de capitalistas, caso exista tecnologia disponível e tamanho de mercado condizente com taxas competitivas de lucro. Esse último fluxo tenderá a diminuir a TI.

ii) A diminuição do nível da atividade econômica aumentará as taxas de desemprego aberto, de subemprego e de informalidades. No início da fase descendente as taxas de desemprego aberto e de informalidade ou não se alteram ou aumentam ligeiramente visualizando-se apenas aumento no subemprego. No entanto, à medida em que a recessão avança as taxas de desemprego aumentam pois os trabalhadores ainda não se desencorajaram e procuram ativamente uma colocação no mercado de trabalho; o número de horas e os níveis de remuneração começam a declinar o que implica aumentos nas taxas de subemprego e o número de trabalhadores que passam a exercer trabalhos no setor informal também aumenta. No fim do ciclo as três taxas se mantêm a níveis elevados. Apesar de parte da PEA se desencorajar e se transformar em inativa, os que não conseguem um posto de trabalho assalariado ou se estabelecem por conta própria ou sobrevivem em subemprego.

Foram utilizadas para fins deste estudo informações procedentes das PNAD's (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) publicadas pela FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) também procedente da FIBGE.

5. Resultados e Análises

O quadro 1 apresenta os resultados obtidos para o leque de taxas de desemprego, subemprego e de informalidade propostas na seção anterior. As informações foram retiradas das PNAD's entre 73 e 81 para o Brasil. As informações entre 74 e 75 não se encontram disponíveis, visto a FIBGE ter efetuado em substituição à PNAD o ENDEF. A informação referente ao ano

Quadro 1
 Taxas de desemprego aberto, subemprego e de informalidade
 Brasil - 1973/1985
 (%)

Anos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
1973	2.56	6.30	19.41	3.34	21.88	4.60	5.52
1976	1.82	5.36	23.24	2.45	22.73	3.17	9.76
1977	2.22	5.20	23.55	*	21.82	3.17	*
1978	2.30	5.70	22.44	*	23.01	4.05	10.79
1979	2.74	5.84	21.28	*	21.19	4.29	9.18
1980	*	*	*	*	*	*	*
1981	4.26	8.24	20.08	*	21.71	5.31	8.79
1982	3.93	7.72	24.24	*	22.34	5.78	11.14
1983	4.86	9.81	25.97	*	21.52	5.68	8.39

(1) TDA = desocupados/PEA.

(2) TS¹ = empregados que trabalham menos do que 40 horas semanais/
 hs./PEA.

(3) TS² = empregados que percebem menos do que um salário mínimo
 (s.m.)/PEA.

(4) TS³ = intersecção entre as TS² e TS³.

(5) TI¹ = trabalhadores por conta própria/PEA.

(6) TI² = trabalhadores por conta própria que trabalham menos do
 que 40hs/PEA.

(7) TI³ = trabalhadores por conta própria que recebem menos do que
 um salário mínimo/PEA.

(*) Informações não disponíveis.

Fonte: FIBGE, PNAD'S, RJ., diversos anos.

de 1980 deveria ser retirada do censo demográfico pois nos anos censitários o FIBGE não realizou a PNAU. No entanto, essa última opção não foi possível visto as diferenças metodológicas entre os dois tipos de levantamento⁽⁷⁾.

O quadro 2 por sua vez, apresenta as taxas de crescimento do PIB real e do Setor Industrial calculadas a partir das publicações da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para o mesmo período de referência anterior e referem-se ao Brasil. E a junção das informações, o comportamento cíclico da taxa de desemprego aberto, de informalidade e do crescimento do produto são mostrados no gráfico 1.

Desagregando-se o período analisado entre 75 e 76 (altas taxas de crescimento do produto) e 77 a 80 (manutenção do crescimento do produto) observa-se que:

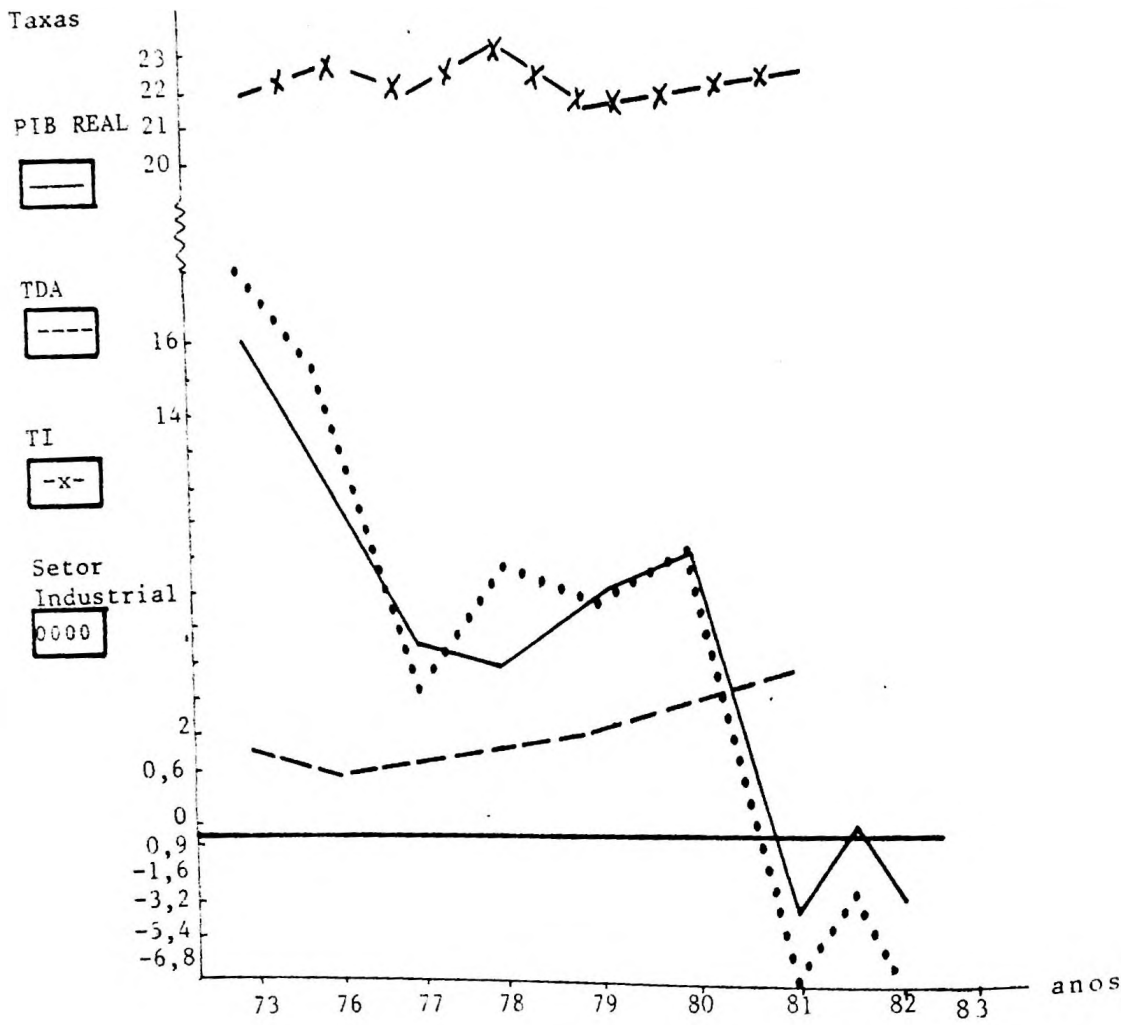
- i) A TDA e TSi praticamente não se alteram até 80, quando isso ocorre os movimentos são na mesma direção e na direção esperada aos movimentos do PIB real, mais ainda às variações do produto industrial.
- ii) A TS2 aumenta no primeiro período e tende a decrescer, mesmo no início da recessão;
- iii) A T11 mantém-se praticamente constante e quando se altera a T12 acompanha esse movimento, ambas contudo respondem lentamente à variação do PIB real e menos ainda às mudanças do Produto Industrial.

Com o intuito de explicitar o grau de associação entre as variações do PIB real e do Produto Industrial e as taxas de desemprego aberto, de subemprego e de informalidade calculou-se uma matriz de correlação, cujos resultados estão expostos no quadro 3. Pode-se observar então, que existe correlação inversa entre as taxas de variação das variáveis produto e o espectro das demais taxas⁽⁸⁾. Contudo, a correlação fortemente negativa manifesta-se sobretudo, entre as duas primeiras variações acima mencionadas e as taxas de desemprego aberto (TDA) e de subemprego medido por horas (TS¹).

Quadro 2
Taxas de crescimento do PIB Real e do setor industrial
Brasil 1973-81

Anos	PIB Real	PIB Industrial
1973	13,6	16,3
1976	9,7	12,4
1977	5,7	3,9
1978	5,0	7,2
1979	6,4	6,4
1980	7,2	7,9
1981	-1,6	-5,5
1982	0,9	0,6
1983	-3,2	-6,8

Gráfico 1
 Relação entre as taxas de PIB real, desemprego
 aberto e de informalidade



Fonte: quadros 1 e 2.

Quadro 3

Resultados da matriz de correlação entre
as variáveis selecionadas

	TS ¹	TS ²	TI ¹	TI ²	TI ³	PIB	Industrial
TSA	.9760	.1047	-.0545	.9171	-.0144	-.8489	-.8553
TS ¹		.1200	-.0575	.8888	-.0892	-.7900	-.7866
TS ²			.4713	-.0298	.6594	-.5877	-.3226
TI ¹				.1544	.6261	-.0402	.0905
TI ²					.0371	-.6554	-.6265
TI ³						-.4111	-.2991
PIB							.9844

Fonte: Elaborados a partir dos quadros 1 e 2.

Ademais, a taxa de informalidade (TI) apresenta-se: pouco correlacionada negativamente com as variações do Produto Real e com as próprias taxas de desemprego aberto e de subemprego por horas; e positivamente com a variação do Produto Industrial. Ou seja, a participação dos trabalhadores por conta própria na PEA mantém-se relativamente estável independentemente da variação do produto⁽⁹⁾, e às ocorrências de desemprego aberto e de subemprego. Contudo, essa mesma taxa apresenta correlação positiva com as taxas de subemprego por renda (TS²) e as demais taxas de informalidade (TI².TI³), e, conforme mencionado, em menor escala, com as variações do Produto Industrial.

No intuito de caminhar na direção sugerida pelos resultados acima apontados de ilustrar o comportamento das taxas de desemprego propostas por este estudo apresenta-se adicionalmente, e de uma forma preliminar, um outro conjunto de informações também coletadas pelo FIBGE. Trata-se dos dados fornecidos pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que serão apresentados aqui, para as seis Regiões Metropolitanas. Este levantamento é inclusive mais adequado aos propósitos deste estudo pois as informações são fornecidas mês a mês. Esclarece-se que, pelo fato de ter ocorrido mudanças na metodologia desse levantamento em 1982, serão expostas somente as informações para o período entre maio de 1982 a março de 1984 (fase tipicamente recessiva). Para esta fonte de dados utilizaram-se dois indicadores já definidos, TDA e TI, mais o indicador da taxa de participação da força de trabalho na produção⁽¹⁰⁾ que foram nesse período publicados regularmente, portanto sem necessidades de tabulações especiais.

O gráfico 3 ilustra o comportamento das primeiras duas taxas acima mencionadas e, notadamente a tendência aponta que a reação da taxa de informalidade é mais lenta do que a taxa de desemprego aberta. Isso ocorre mesmo na região Nordeste em que o Setor Informal detém maior magnitude em termos de emprego. Exceção feita ao mês de dezembro em que por problemas de sazonalidade, ambas as taxas sofrem variações significativas.

Gráfico 2
 Taxas de desemprego aberto (TDA) e taxas de informalidade (TI) por
 áreas metropolitanas
 Brasil
 Maio de 82 à Março de 84

Legenda:

- - - taxa de informalidade (TI)
- taxa de desemprego aberto (TDA)

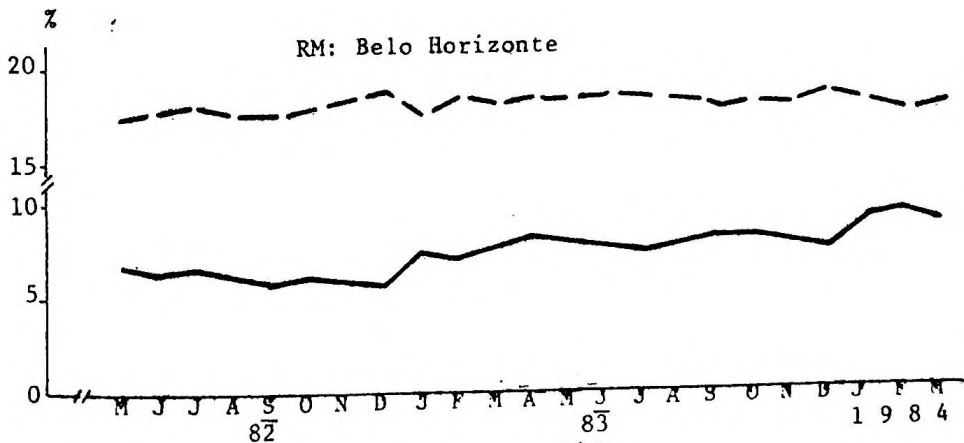
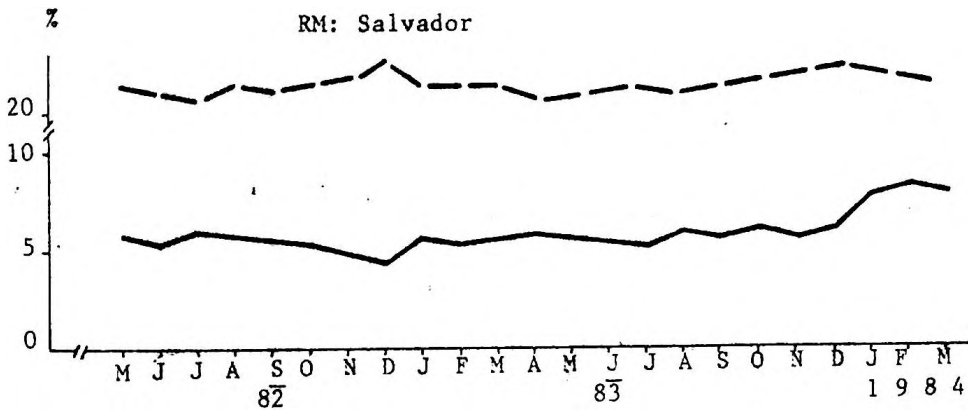
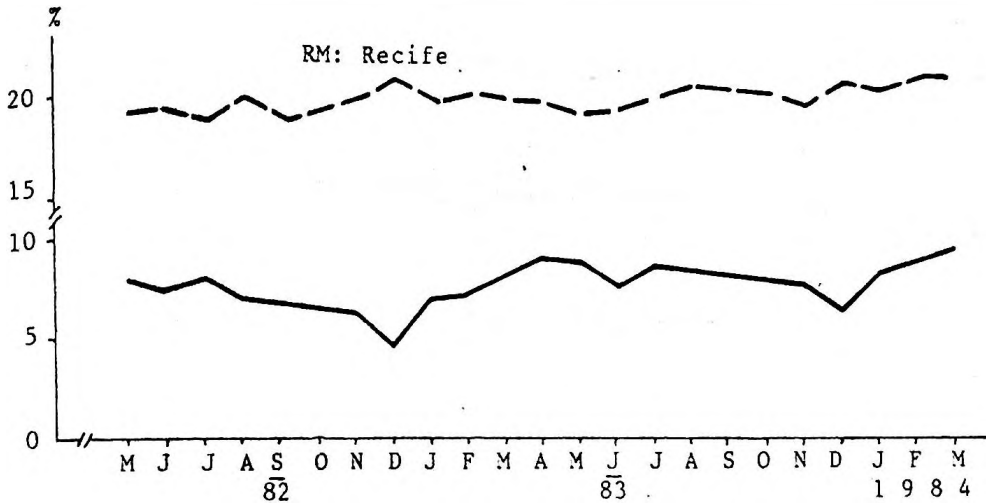
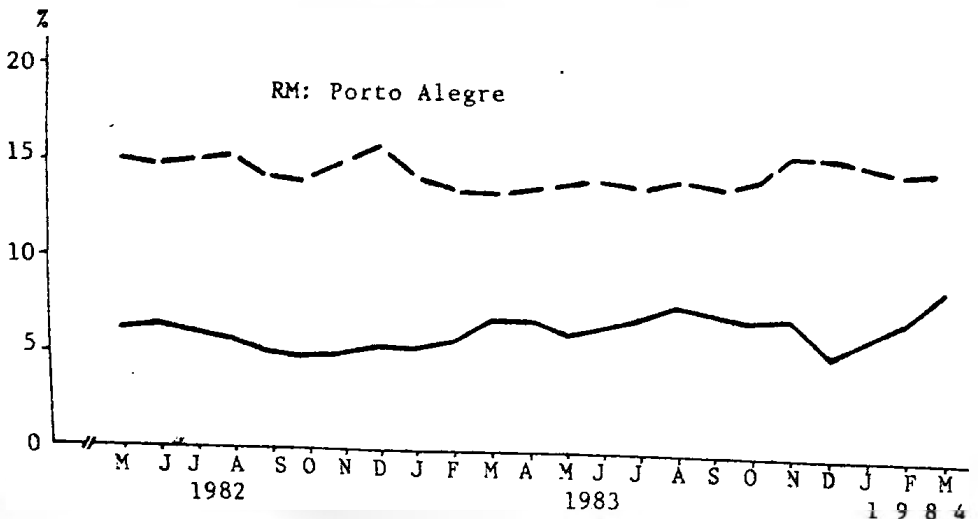
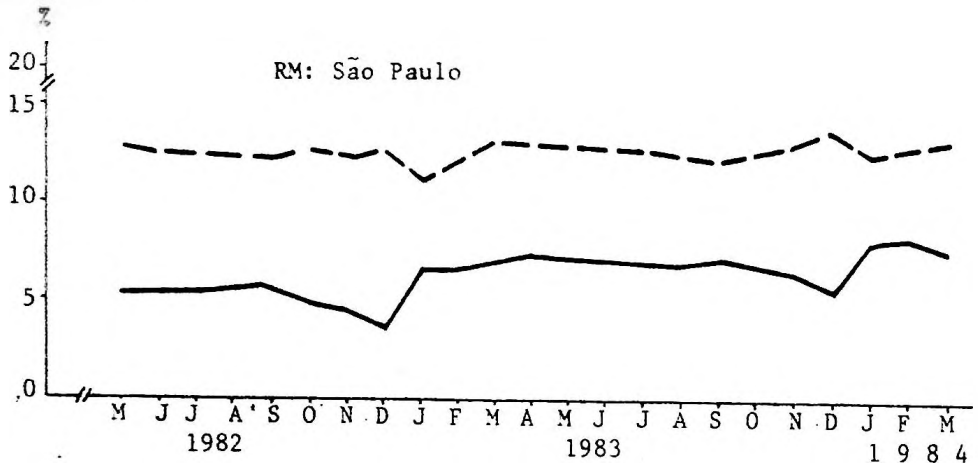
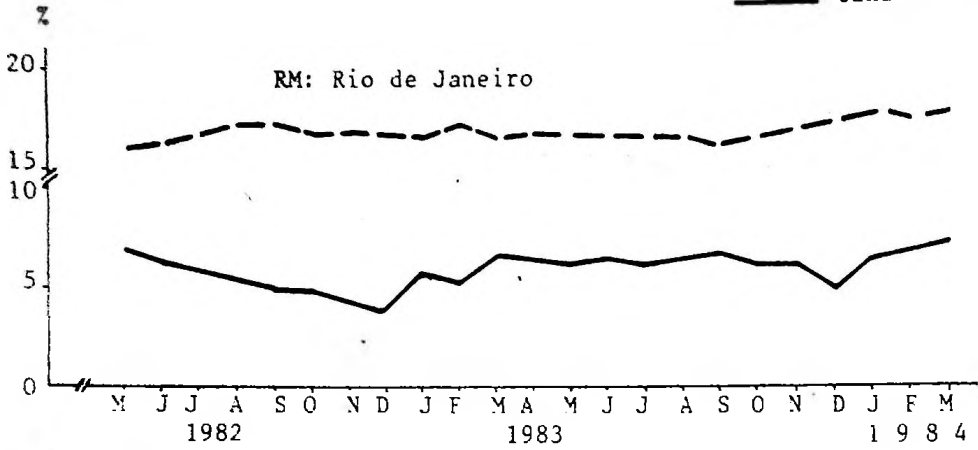


Gráfico 2

Taxas de desemprego aberto (TDA) e taxas de informalidade (TI) por
 áreas metropolitanas
 Brasil
 Maio de 82 à Março de 84

Legenda:

--- taxa de informalidade (TI)
 — taxa de desemprego aberto (TDA)



Por outro lado, a taxa de participação da força de trabalho ativa mostra uma tendência decrescente (gráfico 3) o que se desencorajando de procurar uma ocupação. Essa informação reforça a hipótese de dificuldades de ingressar no Setor Informal e aponta na direção de que a recessão atinge conjuntamente os dois setores, existe um tempo de ajustamento entre eles o que dificulta o ingresso e até a disposição pessoal de um desempregado do Setor Informal para que se ocupe no Setor Informal e vice versa. Além do que, não se pode deixar de mencionar que um assalariado desempregado pelo Setor Formal tem hábitos de trabalho e expectativas de emprego que podem impor-lhes resistências a trabalhar por conta própria. A mesma reação ocorrendo para um trabalhador autônomo que perde o exercício de sua atividade.

Assim, a guisa de conclusão, as informações acima mostram que em primeiro lugar há a necessidade de continuar construindo séries mais longas sobre essas taxas, mormente a partir da desagregação das informações procedentes do PME utilizando-se para tanto de tabulações especiais. E que em segundo lugar, *urge efetuar estudos de casos sobre a mobilidade do trabalho que complementem e esclareçam estudos agregados*. Por último, é necessário reconhecer que ainda não existem informações e análises suficientes que permitam rejeitar ou não as hipóteses em pauta.

Gráfico 3

1. Taxa de participação na atividade econômica por sexo
Área metropolitana: Rio de Janeiro/RJ

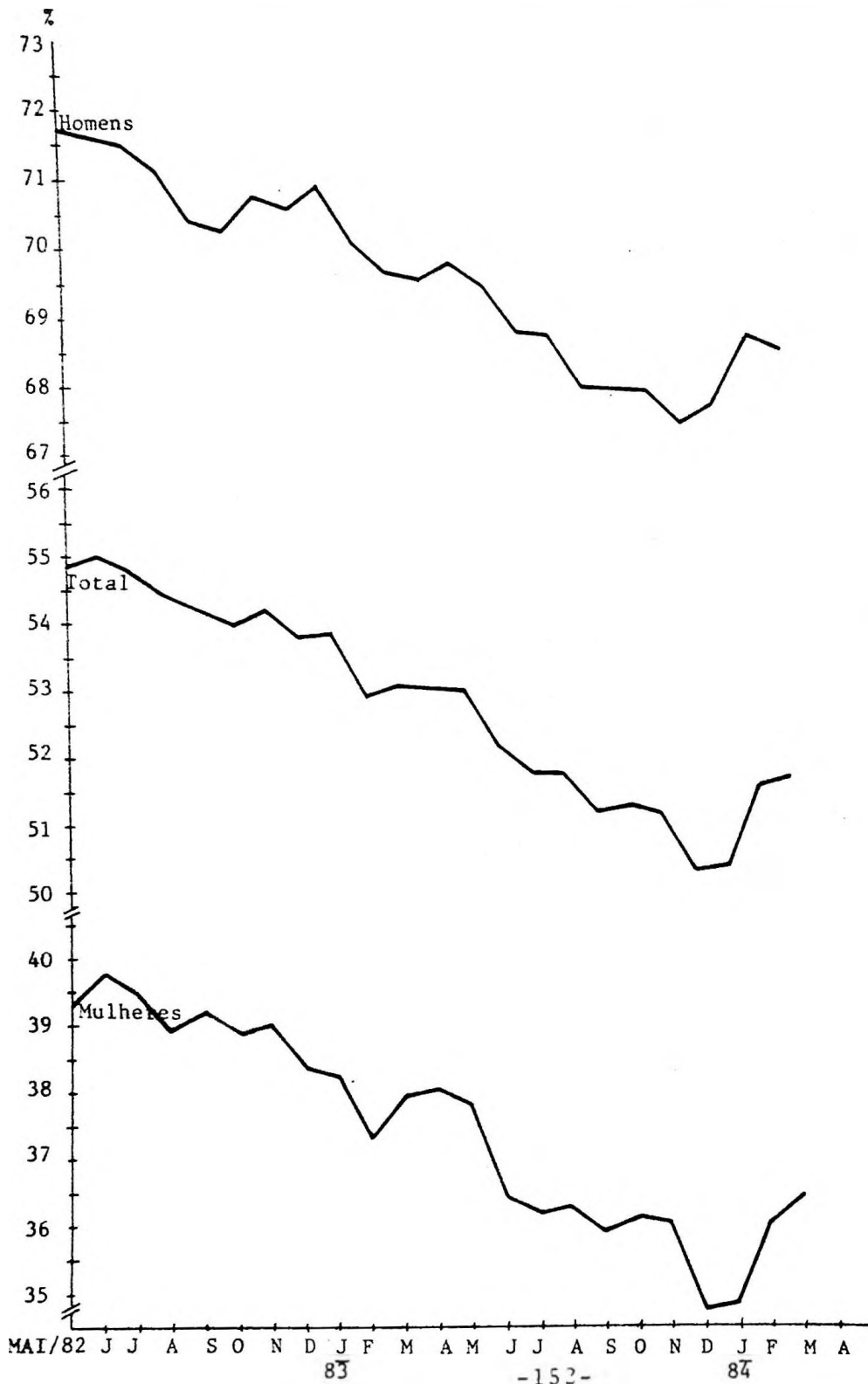


Gráfico 3

1. Taxa de participação na atividade econômica por sexo

Área metropolitana: Belo Horizonte/MG

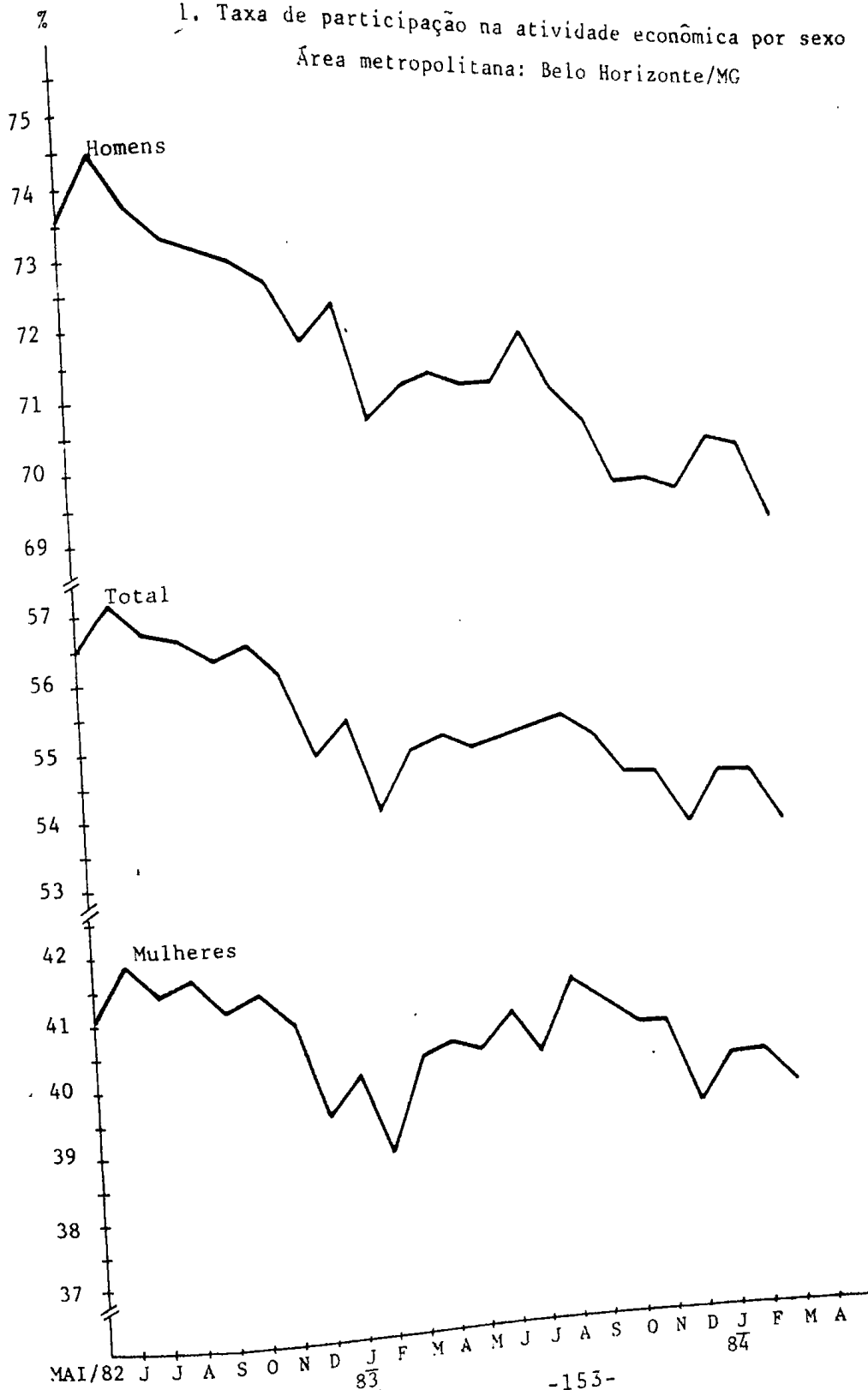


Gráfico 3

1. Taxa de participação na atividade econômica por sexo
Área metropolitana: Total das seis áreas

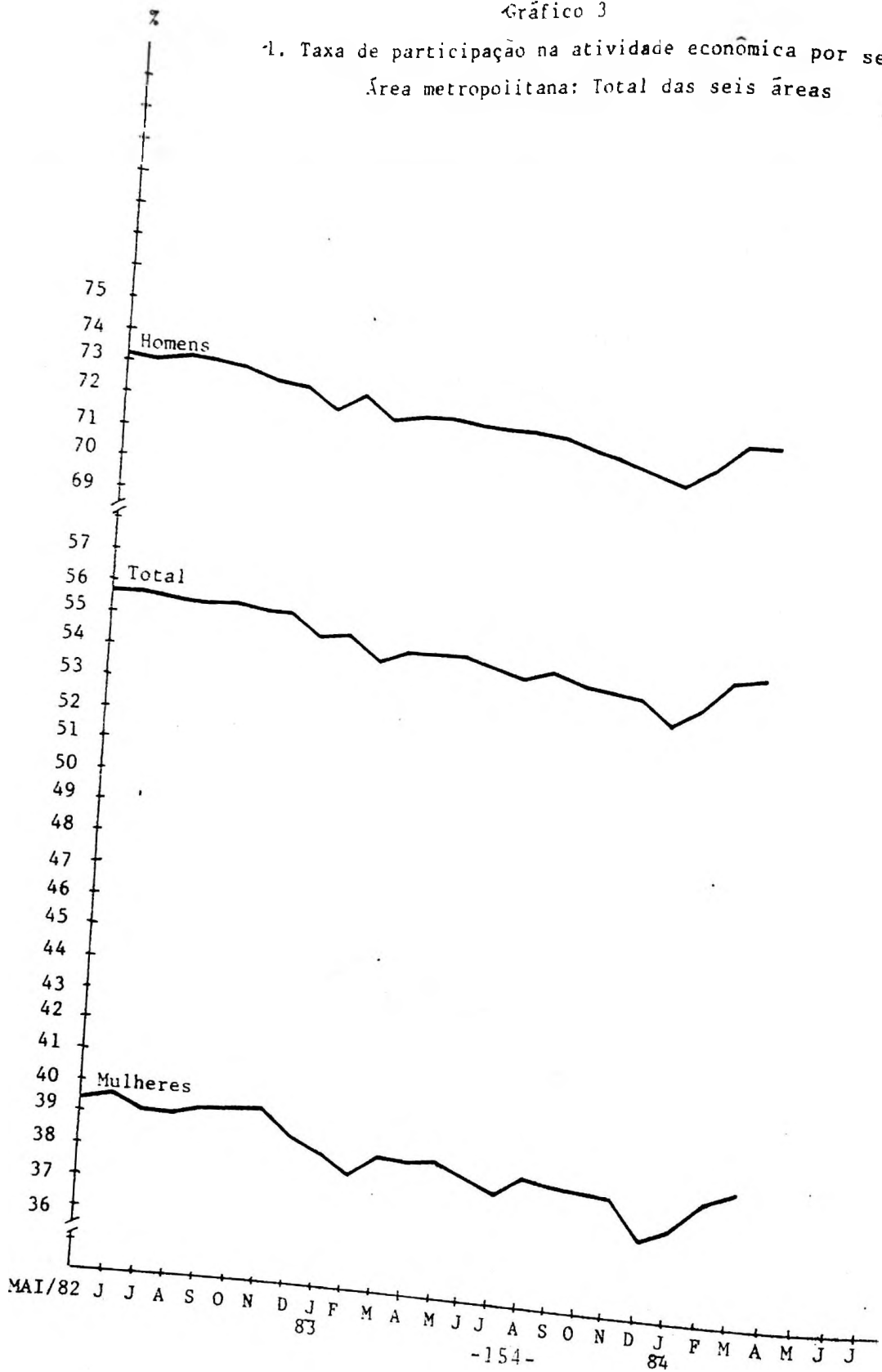


Gráfico 3

1. Taxa de participação na atividade econômica por sexo
 Área metropolitana: Recife/PE

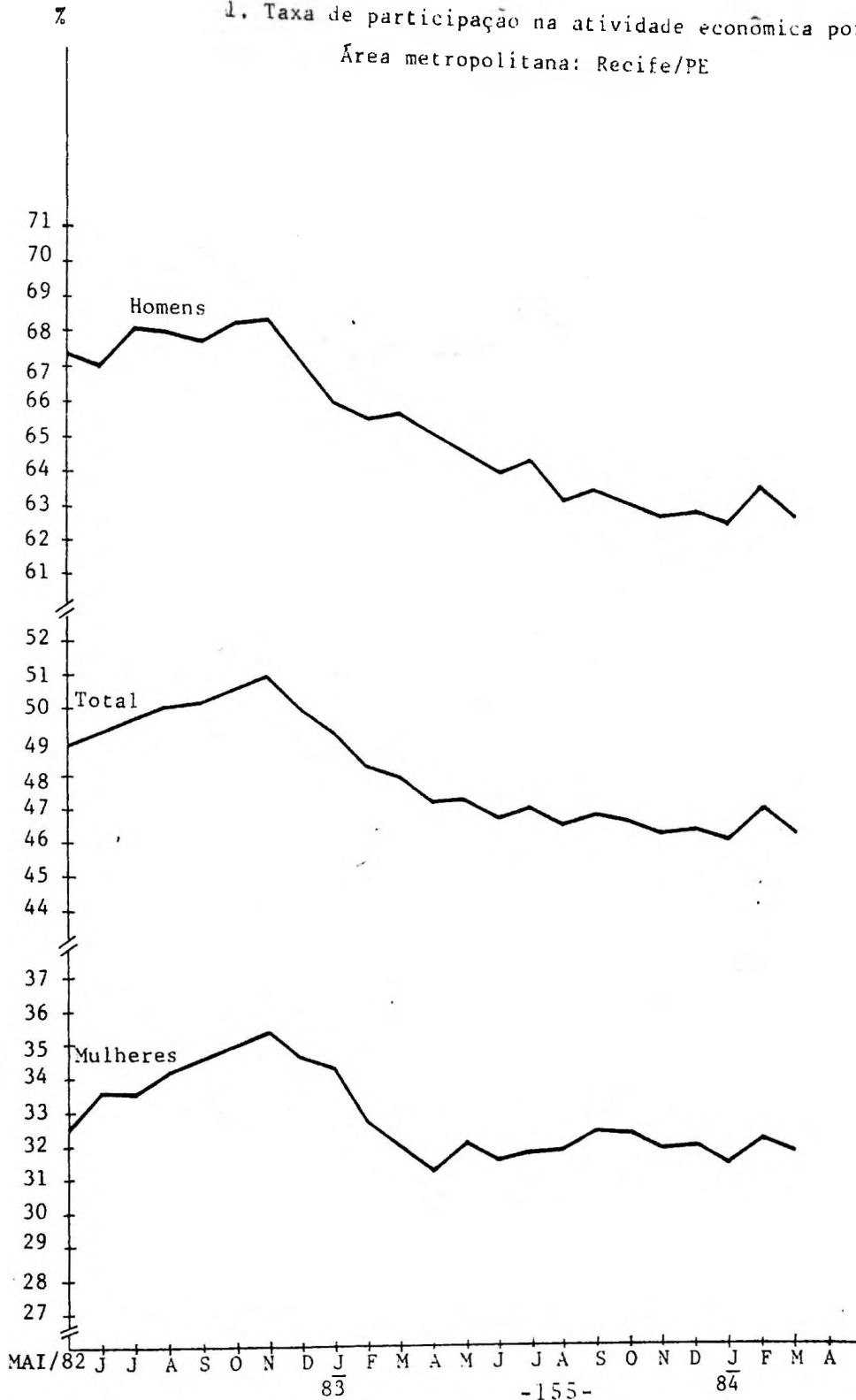


Gráfico 3

1. Taxa de participação na atividade econômica por sexo
Área metropolitana: Salvador/BA

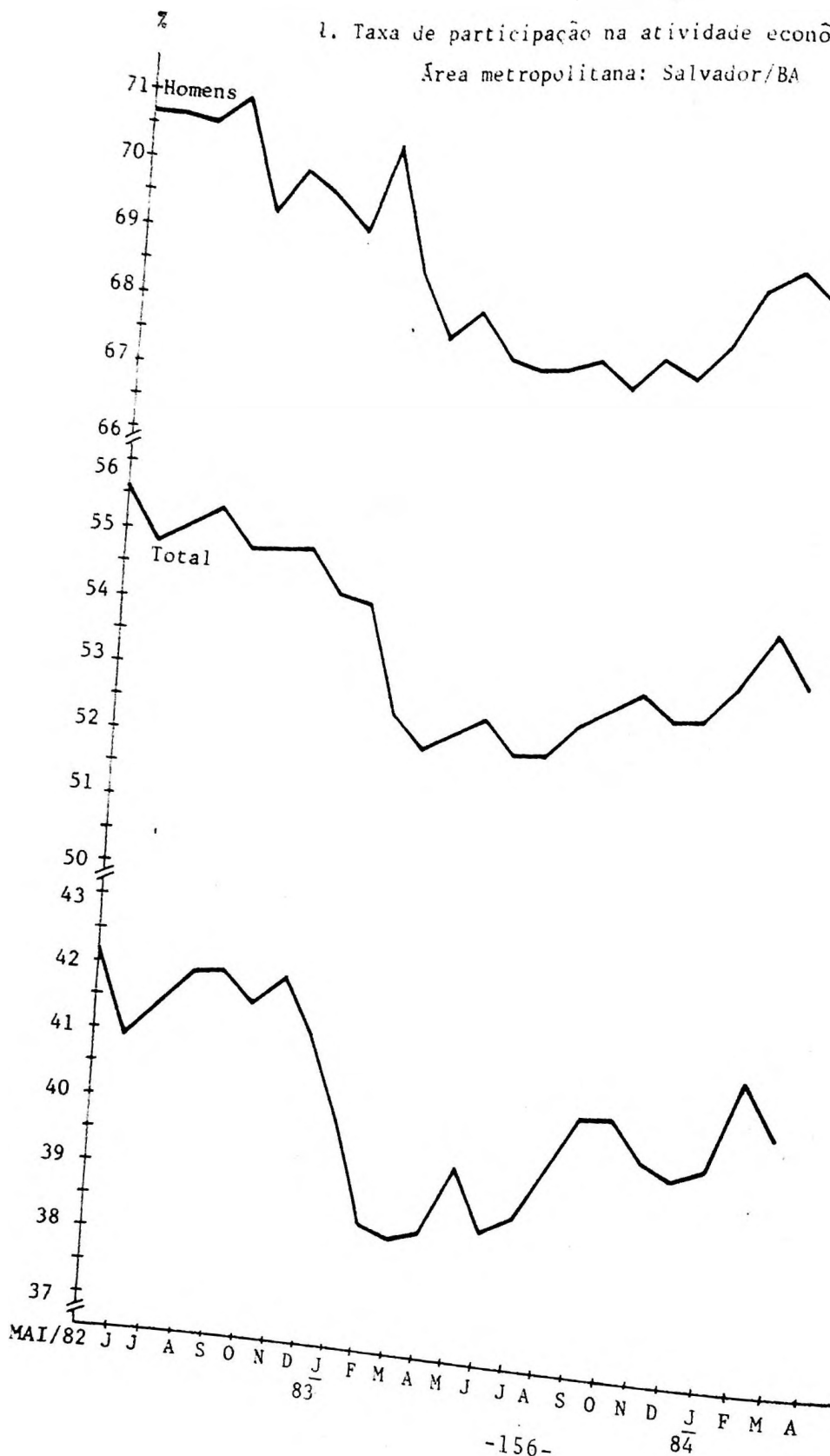


Gráfico 3

1. Taxa de participação na atividade econômica por sexo

Área metropolitana: São Paulo/SP

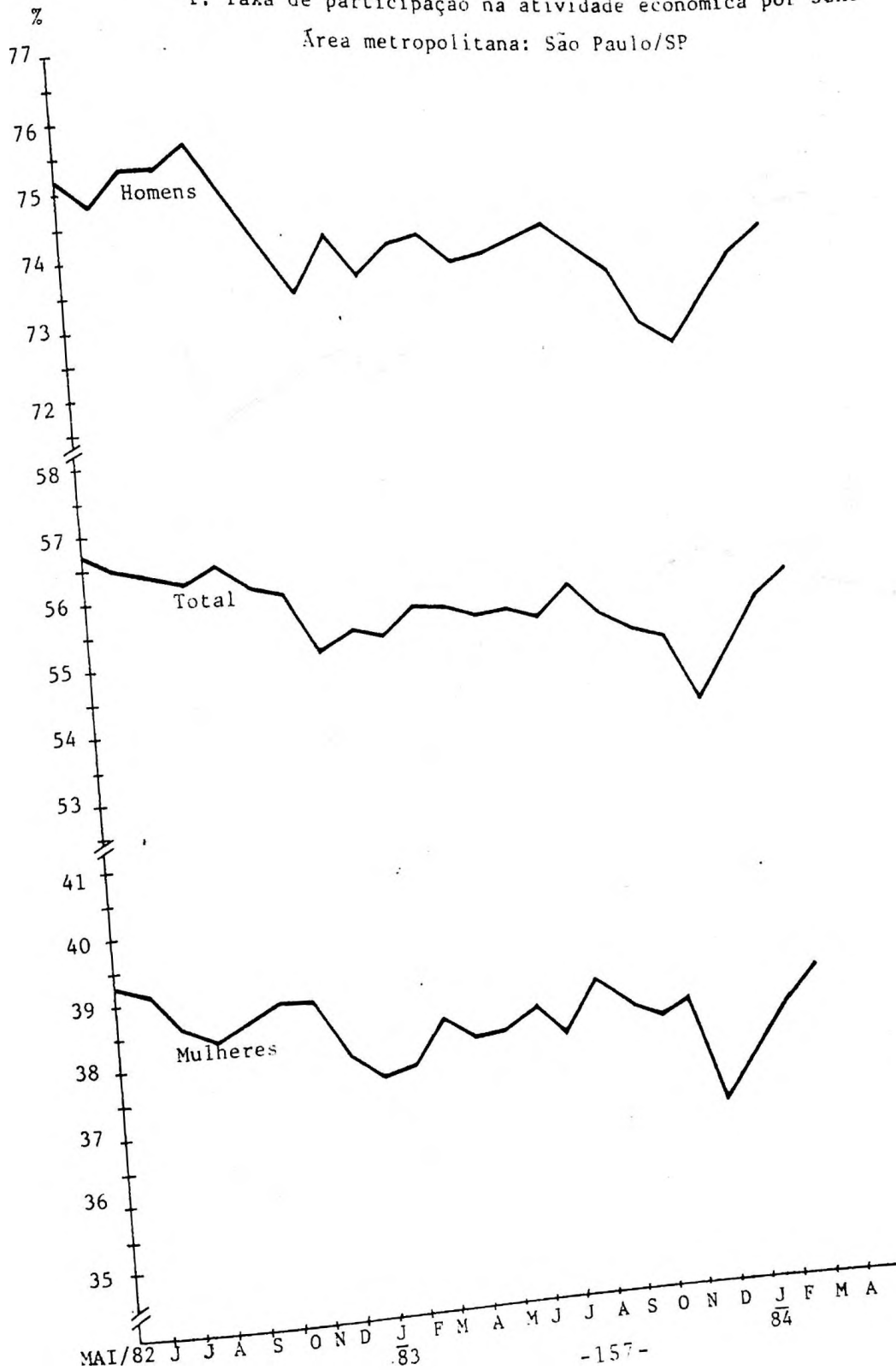
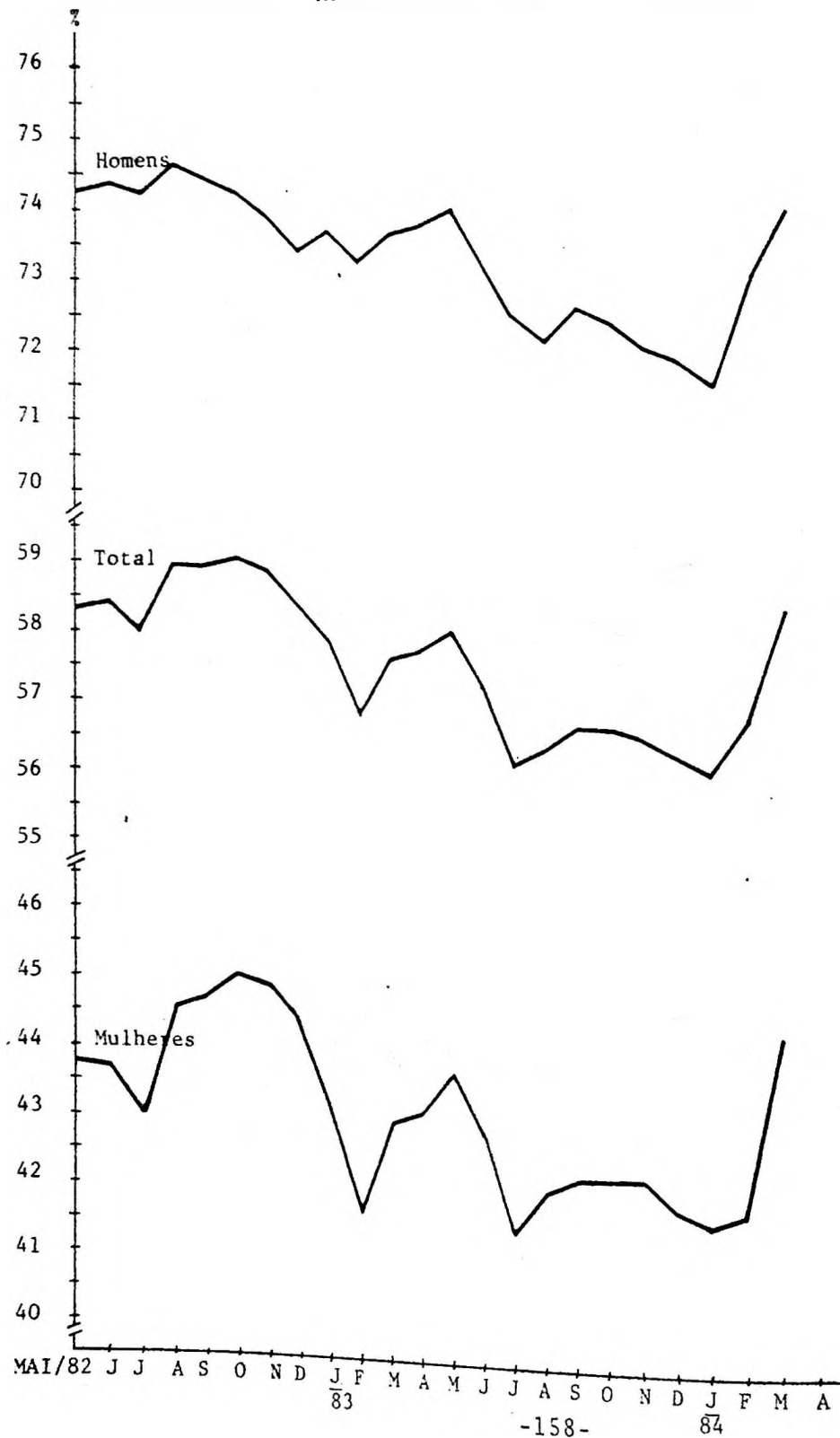


Gráfico 3
 4. Taxa de participação na atividade econômica por sexo
 Área metropolitana: Porto Alegre/RS



CONCLUSÕES

O presente estudo propõe-se a analisar as relações existentes ao longo do ciclo econômico entre a taxa de desemprego aberto e outras taxas associadas à *ociosidade* da força de trabalho.

Assim, em primeiro lugar, aponta as limitações conceituais e de mensuração na definição da taxa de desemprego aberto, e em segundo lugar, apresenta, um conjunto de taxas de desocupação da força de trabalho, aberto, subemprego e de informalidade, que podem vir a ser uma alternativa para outros estudos que estejam sendo propostos, dentro do mesmo quadro das preocupações que aqui foram apontadas. Esses itens compõem a primeira e a segunda seção deste estudo.

A terceira seção discute um aspecto que é usualmente destacados nos debates sobre desemprego no Brasil, ou seja a possibilidade de que o Setor Informal da Economia esteja paulatinamente absorvendo a força de trabalho que se encontra desempregada pela recessão prolongada da economia brasileira. Este estudo apresenta argumentos no sentido de que o Setor Informal possui limitações (barreiras e capacidade de expansão) para que essa transferência ocorra, pelo menos no curto prazo. Além do mais, uma recessão prolongada atinge ambos os setores, retrai o produto e a demanda de ambos e um processo de *informalização* de certas atividades econômicas exige tempo de ajustamento. Assim, considerando os níveis das taxas de crescimento da força de trabalho, o estoque de desempregados e subempregados (formais e informais) existentes, o prolongamento da recessões desembocará num empobrecimento geral da sociedade incidin

do de forma dramática nas camadas mais vulneráveis da força de trabalho⁽¹¹⁾.

As quarta e quinta seções apresentam estimativas para as taxas de desemprego aberto, de subemprego, de trabalhadores por conta própria na PEA e de participação na produção para o Brasil e para as Áreas Metropolitanas. Um primeiro conjunto de informações procede das PNAD's (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para o período entre 1973 e 1981, sendo apresentados em seguida dados originais da PME (Pesquisa Mensal de Emprego) entre maio de 1982 e março de 1984.

Os resultados obtidos indicam que:

- i) As taxas de desemprego aberto e de subemprego estimados por meio dos PNAD's entre 72 e 80 não apresentam fortes alterações, o mesmo ocorrendo com a participação dos trabalhadores por conta própria na produção (taxa de informalidade). No entanto a taxa de subemprego entre os trabalhadores por conta própria tende a crescer nesse período. Após 80, todas as taxas tendem a aumentar, exceção feita à última taxa mencionada. Ressalte-se, contudo que a participação dos trabalhadores por conta própria na produção é menos sensível às variações ao longo de todo o período e principalmente, após 80;
- ii) As taxas de desemprego aberto, de informalidade estimadas pela PME, após maio de 82, para as áreas metropolitanas, mostram também que o Setor Informal como absorvedor da força de trabalho ao longo deste período não desempenhou um papel significativo, a não ser em períodos mais típicos de crescimento sazonal (dezembro, carnaval, etc.). Além do mais, as taxas de participação da força de trabalho vem também caindo sistematicamente após maio de 1982;
- iii) Essas informações, apesar de não poderem ser consideradas como conclusivas pois, faz-se necessário cons-

truir séries mais desagregadas e longas a partir das informações da PME alimentam o debate e apontam a necessidade de que análises complementares e de profundidade sejam realizadas sobre o tema em questão.

Concluindo, se as tendências dessas informações persistir^{em} ao longo da recessão, e se esta última continuar de forma acen^{tuada}, não poderíamos deixar de apontar a *manutenção e expansão dramática dos níveis de pobreza no país*. A manutenção de políticas recessivas sem aparatos institucionais que preservem parcelas significativas de força de trabalho pode trazer, além dos aspectos éticos e morais e de desorganização social, *barreiras íngremes para a retomada do processo de crescimento econômico com consequências imprevisíveis* (estreitamento do mercado interno, escassez de qualidade de força de trabalho, etc.).

NOTAS

- (1) Uma revisão cuidadosa e analítica da literatura internacional, as metodologias e as formas de mensuração da taxa de desemprego aberto podem ser encontradas em Medina, R. (1984), especialmente capítulo 4.
- (2) Cacciamali, M.C. (1984).
- (3) Vejam-se por exemplo, os estudos PREALC (1978), e Hoffman (1977).
- (4) Por exemplo, Singer (1978) e Souza (1980 e 1982).
- (5) Ver outros argumentos alinhavados em Cacciamali, M.C. (1983), especial cap. 2 e 3, e outros mais completos em Cacciamali (1983b).
- (6) A conceituação teórica pode ser encontrada em Cacciamali, M.C. (1983).
- (7) Arias, A. (1984).
- (8) Exceção feita a TI e Variação do Produto Industrial
- (9) Provavelmente, a taxa de Informalidade é mais sensível à variação do Setor Terciário.
- (10) Esse indicador, tradicional em análises sobre força de trabalho, é definido como sendo a relação entre a PEA em uma faixa etária e a população total correspondente à essa mesma faixa etária.
- (11) Por exemplo, vejam-se os resultados obtidos para 1980 sobre distribuição de renda entre segmentos sociais para o Município de São Paulo. Cacciamali, M.C. (1984).

BIBLIOGRAFIA

- Arias, A. (1984) - Paineis sobre Força de Trabalho, IIIª Seminário Metodológico sobre o Censo Demográfico de 1980, Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP - Ouro Preto Junho de 1984.
- Cacciamali, M.C. (1984) - Distribuição de Renda entre Segmentos Sociais: O Caso do Município de São Paulo, *Trabalho para Discussão Interna*, nº 14/84, IPE, SP, 1984.
- Cacciamali, M.C. - Distribuição de Renda, Formas de Participação na Produção e Setor Informal, in Seminário sobre *Criação de Emprego e Renda na Economia Informal Urbana da América Latina*, FIJN/CLACSO, Recife, 1983.
- Cacciamali, M.C. *Setor Informal e Formas de Participação na Produção*, IPE/USP, Série Ensaio Econômico, nº 26, SP, 1983.
- Cavalcanti, C. *A Viabilidade do Setor Informal: A Demanda de Pequenos Serviços na Grande Recife*, FIJNPS, 1978.
- Cunha, P.V. A Organização dos Mercados de Trabalho: Três Conceitos Alternativos, *Revista de Administração de Empresas*, F.G.V. RJ., vol.19, nº1 jan/mar, 1979.
- FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil, RJ., diversos anos.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, RJ., diversos anos.
- Indicadores, RJ., diversos anos.
- Hoffman, H. *Desemprego e Subemprego no Brasil*. São Paulo. Atica, 1977.
- Ilo, *Measurement of Under Employment. Concept and Methods*, Genève, 1970.
- Medina, R. - *Oferta de Trabalho e Desemprego: Uma Proposta para Uma Nova Metodologia de Mensuração do Desemprego*, Tese de Mestrado em Andamento, Versão Preliminar, IPE/USP, SP, 1984.
- Prealc, *El Sector Informal Urbano*, Santiago, 1978.
- Salm, C. *Política Econômica e Política de Emprego*, Instituto Euvaldo Lodi, RJ., 1982.

Souza, P.R. *A Determinação da Taxa de Salários em Países Economicamente Atrasados*, Tese de Doutorado, apresentado no IFCH/UNICAMP em 1980.

Souza, P.R. *Desemprego: Um Grave Problema Ainda Não Equacionado*, in Salm, C. op.cit.

Agradecemos ao Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, a Fundação de Economia e Estatística da Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul e a Editora Massangana da Fundação Instituto Joaquim Nabuco pela cessão dos direitos autorais.

